

**ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DO ANO 2012

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
FFF	Fundo de Financiamento de Freguesias
PCP	Partido Comunista Português
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social-democrata
TSD	Trabalhador Social Democrata

Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Bragança, do ano de 2012, realizada em 27 de Janeiro, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	110
Membros que pediram substituição	5
Membros convocados	5
Quórum	5,75
Moções: 1 – Documento Verde (apresentada por António Malhão)	14
2 - Documento verde (apresentada por José Brinquete)	31
3 - Documento Verde (apresentada por Vitor Alves)	76
Intervalo para almoço	75

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 - PÚBLICO - Período de intervenção.	6
2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	6
2.1 – Discussão do Documento Verde – Reforma da Administração Local	

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Adriano Rodrigues	56
Afonso Domingues	51
Anibal Morais	6,32
António de Almeida	25,33,38,79,96
António Sá	53
Bruno Veloso	20,41,90
Adriano Rodrigues	26
António Malhão	11,18,82
António Pereira	99
Domingos Seca	69
João Alves	16,49
João Ortega	70
Jorge Novo	47,93
José Fernandes	56
José Brinquete	20,28,63,85
José Lourenço	8
Luís Pires	16,23,71

Luís Vale	26,38
Maria Branco	52
Norberto Costa	27
Paulo João	21,43
Paulo Xavier	22,44
Pedro Fernandes	89
Vice Presidente da Câmara	74
Presidente da Mesa	5,6,11,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,24,25,26,27,28,31,33,38,41,43,47,49,51,52,53,56,58,61,63,67,68,70,71,73,75,77,78,79,82,83,84,87,89,90,92,93,95,96,98,99,100,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110
Rui Correia	23,67,98
Telmo Afonso	61
Vítor Alves	27,75,79
Victor Pereira	58,87

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
António de Almeida	77
Bruno Veloso	78
Paulo Xavier	78

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Afonso Domingues	104
António de Almeida	104
Bruno Veloso	108
Carlos Moreno	101
Eduardo Malhão	109
João Rodrigues	106
Joaquim Queirós	101
Jorge Novo	103
José Brinquete	107
José Lourenço	109
Luís Pires	105
Pedro Fernandes	103
Paulo Xavier	100
Rui Correia	108

----- Aos **vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Primeira Sessão Extraordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das dezanove horas, na qual participaram noventa e quatro membros, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:.....

- 1 – PÚBLICO - Período de Intervenção**.....
- 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**
- 2.1 – Discussão do Documento Verde – Reforma da Administração Local**

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

SUSPENSÃO DE MANDATO (de 19 de janeiro a 30 de julho de 2012) – NUNO FILIPE MACHADO REIS....

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PS: Luís Filipe Pires Fernandes.....

CDS/PP: Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida

Movimento Sempre Presente: Cristina Maria Rodrigues Afonso.....

Presidentes de Junta: Castrelos – Amílcar Pereira Ventura – Substituído por Henrique Manuel Pires

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PS: Fernando Carlos da Silva Paula

CDS/PP: António Guedes de Almeida

Movimento Sempre Presente: Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro.....

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, já temos quórum, podemos iniciar a Assembleia.

----- Srs. Deputados, é hoje realizada a primeira sessão extraordinária deste ano de 2012, esta Assembleia, como se recordam, resulta de uma deliberação que teve lugar na última Assembleia Ordinária, ocorrida durante o mês de dezembro, no dia 18 de dezembro, em que foi feita uma proposta, que eu recorro o teor da proposta que dizia:

“ **a)** A reforma da Administração Local é um assunto de extrema importância que irá afetar todos os cidadãos de forma direta ou indireta;.....

b) Estamos num período de discussão pública, debate e análise, na qual deverão ser produzidos e apresentados documentos orientadores e de opinião.....

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária, no dia 16 de novembro de 2011, vem ao abrigo do disposto no art. 65.º, n.º1, b) do Regimento da Assembleia Municipal, propor à Excelentíssima Mesa:.....

1. A convocação de uma reunião extraordinária para o final de janeiro de 2012 tendo como ponto único a discussão do Documento Verde – Reforma da Administração Local.”

----- Portanto esta proposta foi feita pelos membros da Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação e foi, recorde, votada por maioria qualificada, com dois votos contra, nove abstenções e sessenta e cinco votos a favor.

----- Srs. Deputados é este o ponto único da agenda, temos os trabalhos a iniciar e, neste sentido, o primeiro ponto é dedicado à intervenção do Público.....

PONTO 1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

----- **Presidente da Mesa** - Portanto eu aqui aproveito a oportunidade para pergunta se há algum Município que esteja aqui presente na Assembleia e que queira proceder a alguma intervenção?

----- Não me parece que esteja aqui nenhum Município, fora, digamos, do âmbito do universo dos Deputados. Eu insisto se há alguém do Público que queira fazer uma intervenção, faça o favor de se inscrever.

----- Não há, a Mesa não regista nenhuma intenção do Público para proceder a inscrição para intervenção.

----- Nesse sentido entramos no ponto seguinte.

PONTO 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA......

PONTO 2.1 – DISCUSSÃO DO DOCUMENTO VERDE – REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL.

----- A Mesa promove aqui, já, um período de inscrição para intervenções sobre o tema.

----- A grelha de distribuição de tempos é aquela que se utiliza aquando da aprovação da Conta de Gerência e Plano e Orçamento, portanto é um período bastante longo.

----- Portanto, não se encontrando esgotados os tempos, os partidos podem utilizar os tempos disponíveis até se esgotarem esses tempos.

----- Vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Aníbal, que é o Coordenador da Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação, para ler o relatório desta Comissão depois de ter ouvido um conjunto de Presidentes de Junta, Câmara Municipal e outros organismos, julgo eu. Tem a palavra.

----- **Aníbal Morais – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Colegas, Comunicação social, público em geral.

A todos muito bom dia.

----- Dando cumprimento à proposta aprovada em reunião ordinária no dia dezassete de dezembro de dois mil e onze e no âmbito da mesma, a comissão de Administração Autárquica Segurança e Cooperação decidiu convidar os Ex. mos Srs. Presidentes de Junta das quarenta e nove freguesias que compõem o Concelho de Bragança e o Exmo. Sr. Presidente da Câmara, com o propósito de assim poder recolher opiniões, sugestões e preocupações daquilo que poderá vir a ser a Reforma da Administração Local. -

----- Foi determinado pela Comissão proceder à audição dos elementos referidos anteriormente no dia 12 e 13 do corrente mês, visto que seria difícil auscultar todos num só dia, optou-se por marcar para dois dias distintos. Assim, estiveram presentes o Sr. Presidente de Freguesia de Failde, Macedo do Mato, Rabal, Samil e de Sendas, bem como a receção de pareceres por escrito, enviados pela Delegação Distrital de Bragança da ANAFRE e dos Órgãos da Freguesia de Alfaião, Espinhosela e da Junta de Freguesia de Rabal.

----- Registou-se um baixo nível de participação dos intervenientes, a que não será alheio o tardio envio das convocatórias (apenas no dia 10), facto esse justificado pelo data do despacho, verificando-se que a assinatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal ocorreu apenas no dia 9 de janeiro, quando a minuta da mesma havia sido entregue nos Serviços Administrativos deste Órgão no dia 2 do mesmo mês.

----- Por último, resta-me agradecer a colaboração de todos os elementos e dizer-vos que esta comissão procurou realizar um trabalho isento e imparcial, limitando-se apenas a auscultar, a recolher opiniões e preocupações, daqueles que são os intervenientes diretos desta reforma. Disse”.

----- Eu aproveitava o momento, uma vez que muitos dos Presidentes de Junta não tiveram possibilidade de estar presentes, até porque receberam muito tarde a convocatória, e alguns deles se calhar nem receberam, e aproveitávamos esta ocasião para ouvir as vossas opiniões, que era importante, era muito importante que quem não teve a oportunidade aproveitasse esta oportunidade agora a para apresentar as suas opiniões, as suas sugestões, as suas ideias daquilo que poderá vir a ser a reforma.

----- Disse.

----- Eu chamava, agora, o Relator para proceder à leitura do relatório, o Deputado José Lourenço.
----- Muito obrigado.
----- **José Lourenço** – Bom dia a todos, cara Mesa, Exmos. Vereadores Presentes, caros colegas desta Assembleia
----- **Apresentou por escrito o seguinte relatório:**

“ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação

RELATÓRIO

A Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação, dando cumprimento ao definido nas suas competências, decidiu analisar e debater o documento base para a Reforma da Administração Local – Documento Verde. Tendo sido nomeado «Relator», por unanimidade, pela Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação da Assembleia Municipal de Bragança, e em conformidade com a legislação que enquadra esta matéria, designadamente o Artigo 19.º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro e outra, elaborei o seguinte relatório.

Parte I

Enquadramento Político

A Reforma Administrativa do Poder Local impõe-se, na atualidade, como um pilar fundamental para a melhoria da gestão do território e da prestação de serviço público aos cidadãos.

O Poder Local Democrático potenciou melhorias na qualidade de vida da população em todo o território nacional e alargou o seu âmbito de competências. No entanto, vivemos um tempo em que o modelo de gestão deve ser analisado e estruturalmente melhorado, permitindo-se de tal forma o reforço saudável do Municipalismo.

Considerando que:

A Reforma da Administração Local assume-se como uma prioridade do atual Executivo, baseada na proximidade com os cidadãos, fomentando a descentralização administrativa, valorizando a eficiência na gestão e na afetação de recursos públicos destinados ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental das várias regiões do País e potenciando novas economias de escala.

A Reforma da Administração Local viu reforçada a sua dimensão política por força do Memorando de Entendimento estabelecido entre o Governo Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu

e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do qual foi assumido o compromisso político da reorganização da Administração Local até junho de 2012.

Pretende-se com a presente Reforma o reforço do Municipalismo bem como a promoção da coesão e competitividade territorial.

O Documento Verde da Reforma da Administração Local visa, sobretudo, lançar o debate político, estabelecer os princípios orientadores e os critérios-base, promovendo o estudo e a análise do suporte legislativo em vigor.

Posteriormente, efetuar-se-á a revisão do quadro legal, tendo por base as alternativas geradoras do consenso possível e desejável entre as diferentes partes intervenientes nos eixos sobre os quais se pretende atuar.

Na base dos pressupostos atrás definidos a Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação decidiu:

a) Auscultar os quarenta e nove Presidentes de Junta do Concelho, bem como, o Presidente da Autarquia;

b) Solicitar a convocação de uma reunião extraordinária para análise e discussão do referido tema.

Parte II

Posicionamento crítico do Relator

O processo de reorganização da administração local contempla quatro eixos, conforme consta do documento verde, nomeadamente:

----- redução das empresas municipais;

----- a organização do território por critérios demográficos e geográficos;

----- a gestão e o financiamento local;

----- e a democracia local.

Verificamos que se deixaram as Câmaras Municipais de parte, para se atacar os parentes pobres que são as freguesias, que nem sequer representam a maior despesa.

Consideramos que a reorganização administrativa dos concelhos é um tema demasiado importante, que deve ser debatido na assembleia municipal, criando-se condições aos diversos atores locais, para fazerem com sabedoria o trabalho de casa, promovendo-se o diálogo com os presidentes de junta e com as suas populações, no sentido de minimizar qualquer tipo de atrito e questiúnculas que possam surgir.-

Pegar em critérios demográficos e aplicá-los cegamente, não pode produzir uma reorganização administrativa com cabeça, tronco e membros, sobretudo, na ausência de um quadro legislativo com

regras claras, e que simultaneamente, tenha em conta as complexidades regionais e locais para encetar qualquer processo de extinção e fusão de freguesias.

Acreditamos pois, que para uma reorganização justa é necessário tempo, participação da população e, sobretudo, seriedade.

Das auscultações realizadas aos Srs. Presidentes de Junta registou-se o seguinte:

a) Denota-se da generalidade das auscultações, a falta de informação acerca dos moldes em que na prática tal documento será implementado, assim como o ceticismo, relutância, mas principalmente, posicionamentos assumidamente de oposição no que respeita ao eventual desaparecimento das mesmas;

b) Na sua generalidade, todos defendem a manutenção das suas freguesias nos moldes existentes;

c) Apresentam algum ceticismo face ao aumento de competências referido no documento bem como o aumento de transferências financeiras.

Da auscultação realizada ao Sr. Presidente da Câmara registou-se o seguinte:

a) A Câmara Municipal de Bragança, através do Exmo. Sr. Presidente, manifestou a sua discordância relativamente aos critérios que constam do citado Documento, considerando no entanto como necessário o desencadear de um processo reorganizativo da Administração do Poder Local;

b) Defende que não deverá existir um sentimento de recusa por parte da população relativamente ao mesmo.

c) Defende a extinção das Freguesias Urbanas, ao invés da importância das Rurais, que são muitas vezes o único meio e recurso para apoio das suas populações;

d) Sustenta a imperativa necessidade de um quadro legal que defina de uma forma clara os critérios e metodologia a aplicar neste processo, que até à data não existe.

Parte III

Conclusões

1. A reorganização das freguesias para ser bem sucedida deve ser objeto de uma profunda reflexão em torno da nossa realidade autárquica, das suas dificuldades e potencialidades, bem como dos fatores geográficos que caracterizam o nosso território.

2. Um processo reformador desta envergadura deveria permitir um tempo e um espaço próprio para o debate e para a reflexão, até porque é um assunto complexo e que toca, em muitos casos, em questões sensíveis para as nossas comunidades. Promover ou despromover localidades do seu estatuto é algo que interfere com a identidade dos indivíduos, enquanto *ethos* comunitário; querer agrupar ou reunir localidades poderá perturbar as memórias enquanto comunidades e pode trazer consigo reminiscências

de velhas questões identitárias que o tempo se encarregou de relativizar e, depois, promover a ênfase dos sentimentos legítimos de pertença aos grupos”

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado Sr. Deputado, tem, agora, a palavra o Deputado Eduardo Malhão.

----- **António Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Vice-presidente do Município, Sra. Deputadas, Srs. Deputados, caríssimas Presidentes de Junta de Freguesia, Caríssimos Presidentes, Minhas Sras. e meus Srs., a todos muito bom dia.

----- De facto este Documento Verde nota-se que reflete e que representa alguma paixão e alguma discussão sobretudo ao nível das freguesias, e é exatamente por esse motivo que eu iria fazer a minha intervenção centrada nas freguesias, que é aquele assunto que gera precisamente mais ambiguidades e mais discordância e mais atritos.

----- Se existe alguma matéria fraturante é precisamente ao nível das Freguesias e nota-se que de facto as pessoas estão empenhadas em dar um contributo para melhorar este modelo, e de facto este Documento Verde representa sentimentos antagónicos e contraditórios. Se aquele conjunto de freguesias que reúnem os critérios para se manterem como freguesias, esfregam, de certa maneira, as mãos, de contentes, embora eu pense que não há muitos motivos para isso, que isso é muito prematuro, porque não sabemos exatamente como é que as coisas ficam. Para a generalidade das freguesias do nosso Município mais concretamente trinta e uma freguesias, isto é uma verdadeira certidão de óbito, porque entendo que este documento vai ferir a identidade, a cultura e a tradição secular da maior parte das nossas freguesias, diria que, se calhar, as freguesias são anteriores ao próprio Estado, tem origem concretamente nas paróquias e têm, de facto, uma existência de muitos anos, e não se percebe ao longo da história que as freguesias tenham tido um papel negativo na evolução da história e da democracia do nosso País, bem pelo contrário.

----- As Freguesias são pequenas democracias, que funcionam bem, penso que é a única divisão administrativa do País onde é que a democracia direta e a democracia participativa funciona bem, porque os restantes órgãos não refletem o envolvimento direto das populações e apenas, a meu ver, materializam a democracia representativa e não participativa. É certo que eu também concordo que as coisas não podem ficar como estão, o atual modelo já tem origem quase na idade média e é preciso fazer alguma coisa, mas não devemos passar do oito para o oitenta, eu penso que devemos ser mais comedidos nestes processos de rotura e de reformas. E, acima de tudo, isto são processos longos, processos que exigem um debate muito mais aprofundado, muito mais sistematizado e muito mais amadurecido, não se pode, processos que no passado, a última alteração do Código Administrativo

demorou, se calhar, décadas a concretizar, não é? E não se pode agora, porque há um memorando de entendimento com a Troika, de um momento para outro, sem a participação das populações. Eu recorro que este processo apenas envolve cerca de um por cento da população do País, porque as listas aos órgãos autárquicos agregam cerca de cem mil pessoas, que é um por cento da população, e desses cem mil candidatos apenas sessenta ou setenta por cento é que são eleitos, porque, por exemplo, para a lista de uma Assembleia de Freguesia podem figurar vinte ou trinta candidatos e desses apenas são eleitos sete, de todas as listas, não é? E quer dizer que todos os outros ficam à margem de todo este processo e não participam na discussão.

----- Por isso acho que ninguém de bom senso pode defender uma redução tão drástica de freguesias no nosso Concelho, concretamente trinta e uma, como disse, isto é mais de sessenta por cento das freguesias, nem é o meio-termo, é mais de sessenta por cento, quando o Documento Verde, na sua página vinte e cinco, diz precisamente que a redução deve variar entre cinquenta a sessenta por cento, no limite máximo. Ora, aqui ultrapassámos esse número, que não é um bom prenúncio, e é certo que o Governo também acena com uma majoração, uma bonificação de quinze por cento para os Municípios que conseguirem fazer este processo, mas isto, a meu ver, é presente envenenado. Os Municípios têm que perceber que muitos dos problemas são *triados* e são crivados logo na origem, nas freguesias, pelos Srs. Presidentes de Junta e pelo Órgão que é o principal recetáculo das reclamações dos Municípios.

----- Se as Freguesias terminarem, como este documento preconiza, os Srs. autarcas ao nível do Município irão ter muitas dificuldades para tratar todos os problemas que são resolvidos logo na base, e isto, se calhar, gera mais perturbação do que vantagens.....

----- Por outro lado eu entendo que um documento destes devia ser mais sistematizado, devia ter mais ciência, um trabalho mais fino, mais apurado, não vejo que um documento que não tenha quantificações em termos de ganhos de eficiência, em termos de políticas locais, não há números, não. ...

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, queiram fazer silêncio, o Sr. Deputado está no uso da palavra.

----- **António Malhão** – Bem, se a minha intervenção não desperta o vosso interesse obviamente que eu não me importo nada de me sentar, porque só faz sentido estar a intervir se ela for interessante, se não for, eu não me importo nada, se isto é um debate alargado acho que deve ser participado por todos e não deve haver perturbação, peço desculpa, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Sim, sim, fez muito bem, Sr. Deputado, prossiga se faz o favor.

----- **António Malhão** – Sr. Presidente, minhas Sras. e meus Srs., dizia eu que este documento de facto devia refletir os ganhos de eficiência ao nível de políticas locais, devia ter indicadores, objetivos, valores, devia dizer exatamente qual é a poupança em termos de despesa pública, quais são as vantagens em termos de desburocratização, em termos de aproximação das decisões aos cidadãos, do princípio de solidariedade e outros.

----- E depois percebe-se que este documento tem cerca de cinquenta páginas, mas é um documento que não fala só das freguesias, das freguesias fala em três ou quatro páginas, fala de todo o setor, toda a administração local, desde o setor empresarial local, às CIM's, aos municípios e às freguesias, que, de facto, são as autarquias de base de todo o sistema e de todo o poder local.

----- E depois também se percebe aqui neste processo, uma certa forma de regionalização encapotada, as pessoas não assumem que é preciso fazer a regionalização, mas depois temos aqui quase que estas *manigâncias* para materializar a regionalização sem dizer exatamente o que se pretende. Primeiro foram as comunidades urbanas, cujo principal mentor foi precisamente Miguel Relvas, atual Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares do Governo em funções, depois mudou de Governo, isso caiu, veio novo Governo, criou as CIM's, e não tenho qualquer dúvida que dentro de dois ou três anos, se calhar já com um novo ciclo político, que as CIM's também vão cair e damos dois passos em frente e um passo a trás, não há, de facto, uma evolução positiva e objetiva nesta matéria.

----- Voltando ao Documento Verde eu refiro, de facto há que ter em conta questões demográficas que são importantes, mas também há problemas de outra origem, nomeadamente das áreas que devem ser tidas em conta.

----- Depois há também a questão da preservação dos recursos e do património ambiental. Nós sabemos que se não forem as Juntas de Freguesia a preservar os caminhos rurais, a olhar pelos baldios, a preservar as florestas e a preservar os recursos naturais, a Câmara Municipal não tem capacidade para chegar a todos esses problemas. Eu cito aqui, por exemplo, o caso das freguesias de Aveleda e França são precisamente as freguesias com maior área territorial, com um vasto património florestal e ambiental e não reúnem os critérios, vão ser afastadas deste processo de reorganização das Freguesias, e eu acho que isso não é positivo em termos de afirmação do poder local e de valorização dos nossos recursos, nomeadamente até ao nível cinegético, que tanto nos batemos por isso.

----- Acho que de facto este Documento nos seus pressupostos tem algumas contradições, tem como objetivo principal dar escala e valor adicional às freguesias, reforçando a sua atuação e as suas competências. Ora bem, o que nós vemos acontecer é que há freguesias que se mantêm com cento e oito habitantes, e há outras freguesias com quatrocentos e oitenta e cinco habitantes e têm que ser

agregadas. Estamos a ver aqui uma disparidade de quase de um para quatro, não há aqui ganhos de escala, bem pelo contrário, não é? Se há freguesias que se vão manter, que estão na lista, que reúnem os critérios de organização territorial, com cento e oito habitantes, e obviamente não me estou só a referir só ao nosso Concelho, estou aqui a olhar, por exemplo, Alfandega da Fé, Valverde tem aqui a freguesia que tem cento e oito habitantes e reúne os critérios e vai manter-se como freguesia... ..

----- **António Malhão** - Peço desculpa! Está aqui um documento que tem aqui freguesias com cento e oitenta, está aqui

----- Pronto, mas não sei, este é um documento da ANFRE, que eu consultei ontem, mas mesmo que seja cento e cinquenta não faz sentido que haja freguesias com cento e cinquenta habitantes. Eu pediria aos Srs. Deputados que depois, se quiserem melhorar a minha intervenção, que venham aqui também e fizessem o contraditório para não entrarmos em diálogo.

----- Dizia eu que há aqui uma grande disparidade entre umas freguesias e outras, e de facto as freguesias não ganham escala, bem pelo contrário, muitas delas perdem eficácia e perdem escala.

----- De facto entendo que este documento reflete uma visão simplista, diria mesmo até errada e redutora, este caminho conduz-nos, na minha perspetiva, a um beco sem saída e sem futuro feliz para as nossas aldeias sobretudo aquelas mais isoladas, é, como disse, um mau documento, na minha ótica, e não tem, o que a meu ver é um erro primário, qualquer quantificação de ganhos, de sinergias ou de eficácias políticas locais como disse. De facto há ideais e valores que fazem parte da nossa própria dignidade e da nossa consciência cívica e como tal não podem ser alienados por um imperativo ético e imoral.

----- Termino com uma frase sintética e lapidar, que passo a citar, cujo autor é Francis Beiken e que diz – “Da indignação vem a dignidade”. Gostaria de dar corpo a esta minha indignação que obviamente corresponde à indignação de milhares de outros cidadãos como eu, Transmontanos e Brigantinos de gema e colocaria à vossa discussão e votação a seguinte proposta, que, se me permitem, passo a ler.

“MOÇÃO

----- 1 – Considerando que o “Documento Verde da Reforma da Administração Local” não reflete a vontade da maioria das populações locais e apenas tem em conta critérios demográficos, colocando de lado problemas específicos ao nível da área e da preservação do património ambiental, cultural e histórico das freguesias que vão ser agregadas;.....

----- 2 – Considerando que a redução drástica de freguesias no concelho de Bragança resulta de critérios injustos e complexos que não promovem a coesão territorial e as dinâmicas de desenvolvimento do meio rural, gerando antes discriminação das populações e o aumento das assimetrias intraconcelhias, o que provoca o seu crescente e inevitável empobrecimento;

----- 3 – Considerando ainda que o “ Documento Verde da Reforma da Administração Local” não respeita o modelo constitucional previsto no artigo 267.º da CRP, que estatui que a Administração Pública deve ser estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva, devendo a lei, para esse efeito, estabelecer adequadas formas de descentralização e de desconcentração administrativa;

----- **A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão extraordinária de 27/01/2012, deliberou propor ao Governo o seguinte:**

----- A alteração dos critérios de organização territorial das freguesias rurais, localizadas em municípios do interior, no sentido da sua uniformização, considerando as freguesias como um todo, independentemente da distância em relação à sede do município, devendo contemplar ainda os problemas da área, do número de povoações anexas e da valorização e preservação do património ambiental, cultural e histórico, garantindo assim a universalização e igualdade no acesso aos serviços públicos.

----- Mais deliberou remeter a presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.

O Grupo Municipal do PSD,
a) - António Eduardo Fernandes Malhão”

----- Eu, mesmo antes de terminar, recorro, contrariamente ao que se ouve aí, que a compilação e o tratamento de informação pela Secretaria da Administração Autárquica termina em abril, não está fechada, não faz sentido haver uma discussão de um Projeto Lei antes deste processo de discussão estar terminado e de acordo com o cronograma que está na página vinte e três do Documento Verde, essa compilação e tratamento de informação apenas termina em abril deste ano, e a apresentação à Assembleia da República da Proposta de Lei deverá acontecer no segundo trimestre, isto é, após abril. ...

----- Tenho dito, obrigado.

----- **Presidente da Mesa - Muito Obrigado, Sr. Deputado.**

----- Srs. Deputados, temos aqui uma Moção apresentada pelo Sr. Deputado Eduardo Malhão, há algum pedido de esclarecimento dos Srs. Deputados relativamente a esta moção? Há uma intenção de pedido de esclarecimento por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente de Junta.

----- Também uma intenção de pedido de esclarecimento do Luís Pires, do PS. Se entretanto surgirem mais intenções de pedidos de esclarecimento, façam o favor de dar essa indicação à Mesa.

----- **João Alves** – Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Vice-Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Srs. Deputados, Colegas Presidentes de Junta, bom dia a todos.

----- Ora bem, eu vinha cá, relativamente a esta moção do Eduardo Malhão, dizer o seguinte: Nós fizemos esta Assembleia para discutir o Livro Verde, neste último dia do mês de janeiro, quase que é possível porque o Livro Verde vai estar até ao final mês de janeiro em discussão e depois enfim tomará o rumo que bem entender. Acontece porém que nós estamos aqui e parece que quase todos irmanados com o mesmo espírito, eu comungo quase a cem por cento das palavras que o Eduardo Malhão aqui veio referir, as nossas preocupações são comuns, parece-me que não há aqui grandes diferenças partidárias, e por isso é que eu vinha dar uma sugestão que era, também já foi distribuída outra moção, os proponentes das moções, se efetivamente assim o entendessem, fizessem uma moção comum, isto para evitar que efetivamente possam vir aqui duas moções, algumas até contraditórias, serem votadas e aprovadas no mesmo órgão, pode não ser dignificante, não é? Daí que a minha proposta era mais ou menos esta: antes de se votar esta moção, já apareceu outra, que nos foi entregue, de alguém que vai apresentar outra moção, fazer um esforço para, se calhar, apresentarmos todas as moções e depois fazer um esforço para ser um documento comum.....

----- Não sei se o Eduardo assim o aceita, se o Sr. Presidente da Assembleia acha esta metodologia mais ajustada, mas seria de todo o interesse que saísse uma posição de força muito grande desta Assembleia, foi para isso que foi realizada extraordinariamente, e para isso acontecer não vamos votar cinco, seis moções, vamos votar uma que seria provavelmente o resultado da reflexão que aqui foi feita por todos e a partir daí, enfim, seria uma moção muito mais ajustada, sendo que eu, desde já, concordo com os pressupostos que aqui o Eduardo Malhão trouxe e que acho que quase toda a gente concorda. ..

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Vamos ouvir também o pedido de esclarecimento de Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Sr. Vice-Presidente da Câmara, muito bom dia, Sr. Vereador, comecei ao contrário, Sr. Presidente da Assembleia, Secretários, caríssimos amigos. Eu comecei ao contrário porque vinha para aqui e ainda vinha, pelo caminho, a pensar que me parece que estamos aqui a fazer um pouco de

mau trabalho, parece-me a mim. Esta Assembleia foi convocada no intuito de se ouvir um conjunto de pessoas, que às vezes não expressam a sua voz, para ver qual seria a sua opinião sobre este tema e aquilo que eu estou a assistir é que com este processo de políticas, chamemos-lhe assim, que é a nossa atuação típica, acho que já está no nosso ADN desta Assembleia, estamos a atirar com moções que se sucedem e que vão acabar por coartar aquilo que poderá ser o debate no final, ou seja um resumo final do que seria esta Assembleia e das opiniões que iram resultar desta Assembleia.....

----- Parece-me que não estamos a seguir pelo caminho adequado porque o que o nosso amigo Eduardo Malhão aqui acabou de fazer foi exatamente aquilo o que o Governo fez, ou seja, isto não serve, façamos esta com este critério que eu fiz e creio que sem grande estudo, não é? Portanto estamos a fazer exatamente o mesmo.....

----- Nós temos uma opinião concreta sobre o documento que está em cima da mesa, sobre todo o processo que tem a ver com a reorganização, inclusivamente analisámos com muito cuidado aquilo que está expresso no acordo da Troika, mas se aquilo que o Eduardo Malhão pretende é dizer - esqueçam estes critérios, estão claramente errados - e eu dou-lhe toda a razão, estão! Porque não se pensou, não vamos fazer o mesmo aqui, não vamos dizer assim - também não pensamos, mas apresentamos isto. Parece-me que é demasiado leviano para uma questão tão importante que tem a ver com o nosso País. O povo costuma dizer que de presa e bem não há quem, e acho que nem o Eduardo Malhão consegue fazer melhor.

----- Portanto aquilo que eu sugeria é que provavelmente se ouvisse tudo que tem que se ouvir, que não se apresentem aqui moções que nos obriguem a tomar decisões que depois se calhar numa outra moção vão ter que ser alteradas essas posições, podem ser até consonantes, podem ser até divergentes, mas acho que seria bom ouvirmos toda a gente, ver qual seria a sua tendência, a sua opinião e depois no final, se calhar, debatermos um bocadinho as moções. Acho que por este caminho vamos andar aqui a perder tempo sem fazermos nada de jeito, é só.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, cabe ao Sr. Deputado Eduardo Malhão proceder a algum esclarecimento e responder ao repto que foi solicitado.

----- Antes de lhe dar a palavra queria dizer o seguinte: em termos de condução dos trabalhos por parte da Mesa, as moções vão sendo recebidas e são da inteira responsabilidade dos Srs. Deputados que as apresentam, portanto carece da vontade de haver de facto uma resposta positiva, haver uma moção só, carece da vontade, primeiro por parte dos Deputados ou dos Grupos Municipais que

apresentaram a moção, não tem que a Mesa imiscuir-se nesse trabalho, parece-nos bem que devia sair uma posição reforçada por parte da Assembleia, mas esse é um trabalho que compete aos Grupos Municipais elabora-lo, se for o caso e se houver portanto essa vontade expressa nós podemos conceder algum tempo para construir uma redação de uma moção conjunta, mas não é competência da Mesa essa decisão, é vossa decisão, dos grupos municipais e/ou do Deputado que apresenta a moção.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado.

----- **António Malhão** – Muito obrigado, mais uma vez bom dia a todos. De facto, como diz o Sr. Presidente, e bem, para haver um casamento tem que haver vontade de das partes, não chega eu dizer assim - sim senhor - de qualquer maneira a sugestão do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde, parece-me positiva e assertiva e da minha parte, como sempre, estou aberto a essa concertação e ao melhoramento deste documento, porque de facto e eu não tenho o dom de fazer as coisas bem feitas, pelo contrário, faço as coisas muitas vezes mal e reconheço essa limitação, respondendo também ao Sr. Deputado Luís Pires, o problema é que nós de facto falamos muito, fazemos pouco e normalmente o que fazemos, fazemos mal, e apresentar aqui uma moção não significa que não haja debate, pelo contrário, está a despertar e está a disputar o debate, agora estarmos aqui a consumir recursos públicos e depois daqui vamos embora, damos duas de conversa e não resulta nada, também me parece pouco eficaz e pouco eficiente.

----- Obviamente que o Sr. Deputado Luís Pires é uma pessoa estudiosa, muito competente, muito capaz, muito dinâmica, e que vê mais além, mas recorro que há aqui presidentes de Junta que estão no cargo há mais de vinte anos, têm muita experiência para trazer aqui a este púlpito os seus contributos, e a minha moção visa precisamente isso, está aberta a contributos, a debates e a esclarecimentos, não é um documento fechado, é um documento dinâmico, é assim que eu vejo sempre as coisas na vida, posso lembrar e acho que não é necessário que eu próprio fui Presidente de Junta vários anos, também conheço bem a realidade das freguesias e tenho alguma experiência nessa matéria, não há nenhuma escola, e uma escola de Presidentes de Junta ou de Autarcas, nem nenhuma universidade, mas depois temos que apreender juntos e estamos aqui para isso.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado, vou pedir ainda que haja um momento de intervenção pela moção, não ficou claro, para mim, qual é a metodologia que aceita para eventualmente retirar esta moção e deixa-la à discussão em conjunto no momento que possam entender oportuno que a Mesa da Assembleia concederá para um debate entre os partidos, pode ser dez ou quinze minutos.

----- Tem a palavra, Sr. Deputado.

----- **António Malhão** – Se a Mesa aceitar e se o Plenário estiver de acordo, eu proponha que a votação da minha moção passasse para o final dos trabalhos, depois de ouvir todos os intervenientes, e na eventualidade de haver mais moções no sentido de fazer uma fusão de todas essas moções e produzirmos aqui um trabalho próximo do consenso.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Sr. Deputado.

----- Eu vou continuar a conceder a palavra aos inscritos independentemente dos pedidos de intervenção, se entenderem que ainda querem utilizar um tempo de intervenção sobre a moção que está em cima da Mesa, porque os inscritos que estão na sequência do pedido de inscrições para intervenções sobre o tema do ponto único desta reunião extraordinária, são também ao mesmo tempo líderes do respetivo Grupo Municipal, estou a ver o José Brinquete, estou a ver Guedes de Almeida, Luís do Vale, Luís Pires já falou, portanto seria aqui de ouvir o líder do Grupo Municipal do PSD, dos representantes dos Presidentes de Junta do PSD e do representante dos Presidentes de junta do Movimento Sempre Presente, para perceber que existe uma vontade única para se trabalhar uma moção em conjunto, para trabalharem uma moção em conjunto, se não, se entenderem esta metodologia que eu estou a dizer é dar voz a cada um dos previamente inscritos e que imagino que terão a oportunidade de revelar a sua intenção, porque se houver por parte de algum representante de um Grupo Municipal uma intenção clara de não querer a sua moção votada, já fica ferida esta intenção de juntar tudo numa moção só. Portanto eu continuava a perguntar: vamos continuar intervenções sobre esta moção? Pergunto. Já estou a ver uma indicação negativa de um representante e depois vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé que está a colocar o braço no ar para fazer uma intervenção.

----- Volto a lançar o repto, que o podem fazer ao microfone, dos representantes de cada um dos grupos Municipais que querem algum tempo para estudar uma proposta em comum, ou se pretendem que o debate continue e no final das moções dizerem se pretendem, porque pode haver dissonância de tal forma nas moções que não há consenso possível, e a Mesa porá as moções a votação, se vir que há consenso através da intervenção de cada um de vocês, para se pararem os trabalhos durante um determinado período para organizarem uma moção em conjunto, então não poria a debate esta moção e outras que vem a seguir, cabe a vocês decidir, a Mesa percebendo que não existe uniformidade de posição e de pensamento, porá a votação cada uma das moções.

----- O Presidente de Junta de Freguesia da Sé pediu a palavra, eu imagino, para pedido de esclarecimento?

----- Pedido de esclarecimento ou intervenção?

----- Então pretendem continuar com as intervenções?

----- Tem a palavra, de resto é o primeiro inscrito na sequência seguinte, mas imagino que José Brinquete também vai dar uma opinião. Eu volto dizer, convidava os Srs. representantes dos Grupos Municipais expressar aqui a vossa opinião sobre o que eu acabei de dizer.

----- **José Brinquete** - Sr. Presidente da AM, representantes da Câmara, Srs. eleitos na AM. Eu penso que se optarmos por conhecer primeiro as moções todas que possam haver, não é? Depois é que faz sentido ainda debate-las, porque se abrir o debate sobre esta também se for essa a decisão é por aí que vamos, então não aceitamos a outra parte que me parecia muito mais positiva, porque depois de conhecer as outras moções todas é possível ver até se elas se complementam, se não são contraditórias, porque esta não sei, mas é um bocado só sobre as Juntas de Freguesia e Livro Verde é um documento muito mais abrangente não é? Portanto peno que havia toda a utilidade de depois avaliar se há condições de fazer uma de consenso, e rapidamente os líderes parlamentares e os proponentes de cada uma das moções juntavam-se para ver o que é que tiravam de cada uma, até podem tirar as considerações todas e nas decisões ver o que é que se junta. Portanto essa decisão para mim é importante, é porque caminho é que vamos? Ou se vamos pela discussão da moção.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Perceberam o que eu disse? Portanto eu vou dar tempo às pessoas para expressarem a opinião muito rapidamente, mas a minha vontade é que sejam os representantes de todos os grupos Municipais aqui expressarem aqui a opinião. Portanto, Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé, não abríamos ainda a intervenção sobre este tema, seguimos esta metodologia, compreendam, é da vossa responsabilidade a decisão de como entendem que seja feito, se assim não houver uma indicação clara tenho que, volto a repetir, tenho que pôr à votação as moções à medida que as vão entregando.

----- Eu ainda vou dar a palavra, porque havia pedidos de intervenções, que era o Bruno Veloso, e o Paulo Xavier e depois chamo os Srs. representantes dos Grupos Municipais para expressarem a vossa opinião.

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos, Sr. Vice-Presidente, na ausência do Sr. Presidente, Sr. Presidente da AM, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta.

----- Só uma pequena proposta em termos de metodologia, esta AM é uma assembleia claramente atípica daquilo que são as Assembleias Municipais normais e portanto eu acho que deve haver uma

certa flexibilização porque esta, de facto, pretende-se que seja uma verdadeira Assembleia de trabalho, com todas as dificuldades que isso tem, com o número de pessoas que aqui estão presentes, mas o que eu sugeria ao Sr. Presidente é que, e com o natural acordo dos presentes, era que, de facto, houvesse uma flexibilização para que toda a gente dentro de um certo limite de tempo individual, inclusivamente para o caso dos Presidentes de Junta, pudessem falar, e só no fim então abríamos uma discussão geral com um tempo limitado e onde englobaríamos a discussão das moções e se fosse necessário também fazer uma certa pausa para haver uma conciliação de uma posição concertada. Naturalmente isto não é, de alguma forma, regimental ou de acordo com o Regimento, mas parecia-me que seria uma metodologia para transformar, de facto, esta AM numa Assembleia de trabalho produtiva com a finalidade de facto que ela se pretende que tenha no dia de hoje.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado. É nesse sentido aquilo que eu estava a dizer, portanto vou dar a palavra ao Presidente de Junta da Freguesia de Rabal e depois ao Xavier, e depois vou chamar cada um dos Grupos Municipais na sequência daquilo que eu acabei de dizer. Cada um dos representantes dos Grupos Municipais vem dizer a sua opinião, é se pretende que se faça dessa forma, como se acabou de dizer, que se apresentem todas as moções, sem votação, que se discutam e que depois eventualmente poderão fazer as vossas inscrições, que entenderem, e depois daremos um tempo para os líderes dos Grupos Municipais construírem, volto a dizer, só se houver interesse de cada um e de todos os Grupos, em haver uma união de esforços para uma moção única, que, se assim for, haverá uma interrupção dos trabalhos para os líderes dos Grupos Municipais lavrarem um documento único, no pressuposto que as moções estão muito próximas em termos de filosofia política. Tem a palavra o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rabal.

----- **Paulo João** – Ex. Mo Presidente da AM, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Vice-Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Sra. Deputadas, Comunicação Social, muito bom dia a todos.....

----- A essência de estarmos aqui é para discutirmos precisamente a reorganização administrativa em termos de Juntas de Freguesia, até porque houve desenvolvimentos a nível também das Assembleias de Freguesia, em que foi discutido este tema, em que os elementos da própria Assembleia de Freguesia também opinaram sobre este tema e com toda a certeza que cada Junta de Freguesia que queira terá que vir aqui emanar o seu ponto de vista, em termos de conclusão daquilo que se passou em Assembleia de Freguesia, e só aí sim é que eu era apologista que se fizesse uma moção unificada consensual e aí sim seria votada. Portanto acho que cada um de nós deverá expressar o seu ponto de

vista e só aí sim é que se reuniriam todos os Grupos Parlamentares para chegar um consenso, este é o meu ponto de vista.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Essa foi a opinião que eu tinha expressado já, Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé, tem a palavra.

----- **Paulo Xavier** – Sr. Presidente da Mesa da AM, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Comunicação Social, muito bom dia.

----- Eu acho que foi apresentada uma moção, o PCP já entregou outra moção, são moções completamente distintas, não quer dizer que eu concorde, mas são distintas, a metodologia que aqui foi apresentada nem me parece muito má, não parece muito má, até o PS fez aqui, pelo nosso amigo Pires, fez aqui um bom trabalho, agora eu acho que devemos discutir a moção que foi apresentada pelo membro do PSD e não ser votada se assim o entenderem, e do PCP quando tiver a sua altura também a mesma coisa, porque? Porque são completamente diferentes, aliás o próprio disse isso, não vamos fazer aqui uma mistura, uma caldeirada e vamos ver como é que é, aliás devemos ter uma atuação aqui proactiva e aqui está uma atuação muito radical, o que eu acho, e na minha ótica, isto deve ser alterado.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- A Mesa não conhece ainda o teor da moção da CDU, por acaso não temos nenhum documento, não posso afiançar ou a julgar sobre a proximidade ou não das duas moções.

----- Bom, a questão é a seguinte: Já percebi por parte do proponente da moção que está em cima da Mesa, que está aberto ao diálogo construtivo para acrescentar à sua moção, que é a que está em cima da Mesa, outros contributos. Percebi da generalidade dos intervenientes anteriores que estão abertos a uma discussão e portanto discussão essa que leve à produção de um documento final que reúna as sensibilidades de todos. Eu gostaria de ouvir, agora, para decidir se não pomos à discussão, e também ouvi a opinião do Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé, gostaria de ouvir a opinião dos representantes de cada Grupo Municipal para saber se aceitam a metodologia de ouvir as outras moções, porque há mais moções, então faríamos, se estão disponíveis vinham aqui dizer se estão disponíveis e se aceitam que sejam lidas as moções que estão já preparadas, ouvindo cada uma delas. Depois, se entenderem, que se discuta em conjunto com os Grupos Municipais a construção de uma moção única.

----- Então começava por ouvir os representantes dos Grupos Municipais, e vou começar pelo maior partido e vou seguindo essa metodologia. Nesse sentido ouviria o representante do Grupo Municipal do PSD, o que tem a dizer sobre esta matéria, se pretende ou não, volto a dizer, que sejam apresentadas primeiro as moções, se proceda à discussão e depois à elaboração de documento único, ou, se virmos na sequência da leitura das moções que não há espaço para tal, então poríamos a votação cada uma das moções. Tem a palavra o Sr. Representante do Grupo Municipal do PSD, Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Bom dia Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Vereador, Srs. Presidentes de Junta, Deputados Municipais, Comunicação Social, Público, a todos bom dia.

----- Nós achamos por bem, está uma moção em discussão, apresentada pelo PSD, já temos também em nossa posse a moção que a CDU irá apresentar, não sabemos se há mais moções, nós achamos por bem que sejam apresentadas todas as moções, agora, se houver alguma moção que seja apresentada agora, que haja um espaço de debate seguida de votação, poderá ser moção a moção, ou se virmos que as moções se podem aproximar ou não, poderá ser um documento único desta Assembleia, para já achamos que esta seria a metodologia a usar.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Deputado Luís Pires, representante do Grupo Municipal do PS.

----- **Luís Pires** – Bom, mais uma vez, muito bom dia a todos. Dada a natureza da origem desta Assembleia, ou a forma como é que ela foi convocada, entendemos que o que deve fazer-se nesta sessão é encontrar-se um conjunto de diretrizes para serem incorporadas no documento da Comissão para depois serem enviadas em tempo útil para o Ministério. Nesse sentido e para que não haja *direcionamento*, coartação ou coisa do género em relação à opinião de várias pessoas, achamos que, e não estamos aqui para vestir nenhuma camisola amarela, não fazemos questão que a moção a, b ou c apresentada por X, Y, Z, seja aquela que vai ganhar o debate aqui e que vai ficar com as ideias de líderes, não é isso que pretendemos, aquilo que se pretende aqui é que haja debate, que se ouçam todas as sensibilidades e consideramos que a apresentação dos pontos de vista individuais é fundamental.

----- Se as moções forem apresentadas também apenas como apresentação e que não tenham qualquer tipo de votação, ou seja, é apresentada a moção apenas como a expressão do ponto de vista do proponente, e depois que no final que se tente fazer um apanhado. É obvio que não estamos aqui a dizer que vai ser possível fazer um documento de consenso, mas, pelo menos, vai poder-se fazer um documento onde estejam plasmadas as ideias genéricas, acho que vamos contribuir de uma forma muito mais positiva para que saia uma posição reforçada desta Assembleia, seja unânime, seja com uma

posição de força de um grupo significativo ou não, mas acho que se clarificariam as coisas aí e não iríamos duplicar recursos a debater moções com pontos que podem à primeira vista não parecerem idênticos, mas depois que na sua essência podem ser similares, que é aquilo que eu discordo do que o Paulo disse, porque esta moção da CDU poderá eventualmente, com alguns retoques, aproximar-se daquilo que foi dito aqui pelo Malhão, e parece que é uma coisa dispare e se calhar não é, portanto acho que seria melhor fazer esse tipo de debate, esse tipo de discussão, e só no final coligir os dados, digamos assim, para chegarmos a um entendimento.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do Grupo Municipal Movimento Sempre Presente, José Lourenço.....

----- **José Lourenço** – Bom dia a todos, novamente. Obviamente que vamos concordar que efetivamente se discuta, se converse, se exponham ideias, solicitávamos, de facto, que as cores partidárias hoje ficassem fora da porta que está lá em cima. O Movimento obviamente que tem um cariz local, não tem qualquer estrutura vertical a partir de São Bento, ao contrário dos restantes Grupos. Atendendo ao que está aqui em causa, atendendo à complexidade e à importância para a nossa vida, dos nossos vizinhos, dos vossos conterrâneos, acho que era importante que se produzisse e que se tivesse efetivamente uma postura, uma posição reforçada do Município de Bragança para que efetivamente não tenhamos que receber o modelo imposto, isso vai depender de todos nós, da parte do Movimento obviamente a vontade é que haja aqui um trabalho uníssono, que haja um trabalho produtivo e que efetivamente mais tarde as nossas populações não nos apontem que não fizemos nada, que não tentámos contrariar efetivamente aquilo que hoje é fácil impor, as circunstâncias nacionais facilitam a imposição não, se calhar até por interesses individuais, mas por imposições externas, favorecem de facto a implementação de modelos que podem estar errados no momento e se calhar vai demorar muito a serem corrigidos, por conseguinte acho que no caso do Município de Bragança o que nós solicitávamos era que hoje as cores partidárias ficassem lá fora e se pensasse na nossa realidade, nas nossas características sociais e que efetivamente se produzisse, se discutisse. Era só isso.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Eu dava, agora, a palavra ao Sr. Deputado da CDU, José Brinquete.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, sou favorável a que se proceda às intervenções e à apresentação das moções e depois no final de as conhecer a todas, avaliar se há condições para um documento conjunto ou não.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado, obrigado pelo seu poder de síntese.

----- Agora chamava o representante e líder do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, Luís do Vale, peço desculpa, seria por ordem de votação, CDS/PP, Guedes de Almeida. Tem a palavra, agora, Guedes de Almeida, do CDS/PP.

----- **António de Almeida** – Muito bom dia a todos, cumprimento os Srs. Vereadores presentes, Sr. Presidente da Mesa da AM, Exma. Mesa e demais Membros, Srs. Membros desta Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público, se eventualmente estiver.

----- Nós estamos a discutir um Documento Verde sobre uma organização administrativa, organização administrativa de um, digamos assim, Estado administrativo, cuja estrutura já tem mais de cento e cinquenta anos, está visto nestes, pelo menos, sei lá, trinta e seis ou trinta e sete anos da experiência que não serve, nós hoje estamos nesta situação em que estamos, se alguma solidariedade imposta por parte da troika deve-se precisamente a isso, a atual situação não serve, há que começar por qualquer lado, devia começar pelas regiões administrativas, seria um critério, agora há que mudar qualquer coisa, e é isso que nós estamos a discutir hoje, porque vai ser imposta uma divisão administrativa ao nível das freguesias, não tenhamos dúvida nenhuma.

----- Também posso aqui informar que os critérios vão ser alterados, estes critérios que constam do Livro Verde não vão ser os definitivos, vão haver outros critérios, talvez que poderão ir de encontro àqueles problemas que estão aqui a ser levantados hoje, agora há que discutir as moções, eu conheço duas, a do Sr. Eduardo Malhão, a do José Brinquete, e no fundo elas confluem no mesmo sentido, a do Sr. Eduardo Malhão - está tudo bem, assim, se é para pior fica assim. A do José Brinquete é - está tudo mal, não se faz nada, continua tudo na mesma e vamos arranjar nós outra forma. Arranjamos quando? Não temos poder para tomar a iniciativa, portanto há que discutir estas, há que lhe dar o melhor arranjo possível, porque a realidade vai ser que vai haver nova divisão administrativa.

----- Há um valor fundamental que vem no Livro Verde, as populações não ficam sem representatividade nas futuras agregações de freguesias, todas as freguesias que agora existem está salvaguardada a sua participação nas futuras freguesias que vão ser criadas. Portanto não há aqui nada que belisque o sentido de participação das populações na nova reforma administrativa das freguesias. ...

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o representante do BE, Luís do Vale.

----- Eu ia pedir aos Srs. Deputados, porque tem havido, de forma recorrente, a ocupação das duas últimas filas do Auditório por parte dos Srs. Deputados, primeiro porque estou a ver os Srs. Jornalistas de pé, depois tenho a informação que esteve aí alguém do público que esteve sentado nas escadas e

que acabaram por abandonar a sala porque não tinha onde se sentar, eu pedia o obséquio aos Srs. Deputados que estão na última fila

----- **Presidente da Mesa** – Mas, Sr. Deputado Dionísio, só temos é um problema por parte da Mesa, a esta distância, quando é das votações, é problemático para a contagem, por isso pedia só que, pelo menos, deixassem só a última fila vaga, hoje, para se sentar o público, normalmente são duas, mas eu já estou a pedir que deixem só uma, que é para deixar que os Srs. Jornalistas ou membros do público possam sentar-se e que não haja perturbação em termos de contagem de votos por parte da Mesa.

----- Então dava a palavra ao Sr. Deputado Luís do Vale, para proceder à sua intervenção.

----- **Luís do Vale** – Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Mesa, Membros da Mesa, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social bom dia a todos.

----- Sr. Presidente, relembro à Mesa e relembro a esta Assembleia que esta Assembleia foi convocada no sentido de permitir que em período de discussão pública esta Assembleia, através da sua Comissão, pudesse contribuir, de alguma forma, para esse período de discussão pública, e portanto parece-me que faria todo o sentido e até por aquilo que aconteceu nomeadamente aquando da convocação dos presidentes de Junta, que este seria o momento ideal e último momento em que poderíamos auscultar a opinião de todos e principalmente, digo eu, dos Presidentes de Junta, seria importante. E portanto faria todo o sentido, ou faz todo sentido, do meu ponto de vista, auscultar e permitir que toda a gente possa participar e então no fim depois havendo ou não consenso nas moções procedermos à análise e à votação das mesmas.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Chamo, agora, para a sua intervenção, o Sr. Presidente de Junta, representante do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta do PSD, o Adriano.

----- **Adriano Rodrigues** – Bom dia a todos, Sr. Vereadores, Mesa, Deputados, Colegas e Público em Geral.

----- É evidente que os Presidentes de Junta concordam que sejam ouvidas todas as moções, ou discutidas, e depois no fim faz-se uma só, um documento forte para mandarmos para a Assembleia da República. Também queríamos pedir a todos os membros dos partidos que nos ajudem a tirar daqui alguma coisa de mais valia e não se discutam aqui assuntos políticos em termos partidários, porque nós pedimos o favor que nos ajudem porque estamos sinceramente um bocado crus na matéria, e se

alguma coisa conseguirmos fazer aqui de proveito para todos nós era bom e concordamos que sejam todas lidas e depois discutidas no fim. É só.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Adriano Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Rebordãos, expressou a sua opinião, em nome dos Presidentes de Junta de Freguesia do PSD.

----- Agora pedia ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Gimonde, Sr. Vítor Alves, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, para expressar a sua opinião, em nome do Grupo.

----- **Vítor Alves** – Novamente bom dia a todos. Nós concordamos efetivamente com esta metodologia que está a ser proposta, ou seja, que se faça a discussão desta moção e depois da seguinte, e depois no final, se possível, fazer um documento único e a votação desse documento. Sendo que também será depois importante com certeza para a condução dos trabalhos, até porque foram eles que propuseram esta Assembleia, a Comissão Autárquica, pelo menos, se calhar todos os Membros ou o Coordenador e mais outros que estejam presentes nessa reunião.

----- Só queria aqui pôr mais uma achega que é, eu já não me lembro da moção do Eduardo Malhão, se for possível tirarem uma fotocópia para nós depois podemos convergir naquilo que queremos fazer. .

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Para finalizar chamava aqui o Sr. Representante dos Presidentes de Junta do Movimento Sempre Presente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada.

----- **Norberto Costa** – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social e digníssimo Público.

----- Nós estamos de acordo que se entre num bom senso porque não podemos andar aqui todos os dias agora a bater sempre na mesma tecla. Eu sei que há freguesias, e as gentes das nossas Freguesias, não é o caso de Parada, mas temos Coelhooso, temos Faílde, Grijó, eu sei que as pessoas têm as suas tradições e pensam elas que se lhe vai tirar as tradições que as nossas aldeias já ao longo de tantos anos têm estas tradições e as pessoas andam assim um bocado revoltadas. Os de Coelhooso, que também é uma aldeia grande, dizem “nós para Parada não vamos”. Isto é um bocado difícil, eu penso que todos juntos e não andarmos aqui todos os dias a bater na mesma tecla, fazer-se uma reforma autárquica em condições e que as pessoas, porque nós somos Transmontanos, somos pessoas unidas e penso que não andamos aqui agora uns contra os outros e a prejudicar-nos.

----- Pronto é isso que eu penso e hoje estamos aqui a resolver as coisas todos unidos e cada um que dê a sua opinião e depois juntar tudo e fazer o melhor possível para as nossas freguesias que é muito

importante e nós temos que lutar pelas nossas freguesias porque se Portugal está em crise é unidos que resolvemos o problema. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Parada.

----- Então já ouvimos uma moção, vamos então pedir, julgo que de resto na inscrição inicial estava o José Brinquete já para tomar a palavra de seguida, nesse sentido eu pedia-lhe que viesse apresentar julgo que a sua moção e de seguida iria pedir aos Membros desta Assembleia, Presidentes de junta, Deputados Municipais ou Grupos Municipais que têm moções preparadas para se inscreverem de seguida para procederem à leitura das respetivas moções. José Brinquete tem a palavra.

----- **José Brinquete** – Srs. Presidente da AM, então, se me permite, como ponto prévio gostava de dizer que respeitando o que disse aqui o meu amigo José Lourenço, que não tem propriamente cores partidárias, nós não podemos ser ingénuos, todos nós estamos aqui por forças políticas e as forças políticas têm um programa, têm uma ideologia, têm um projeto de sociedade, e também têm um ponto de vista sobre o que é o poder local. Uma coisa diferente é depois conseguirmos, à luz de ideias transversais, um documento de consenso, mas o que estamos hoje aqui a tratar não é só a questão da extinção das Juntas de Freguesia e já isso era muito, a extinção de duas mil e quinhentas Juntas de Freguesia é coisa muito grossa, mas estamos aqui a tratar de coisas ainda muito mais importantes, conjugadas todas elas numa questão essencial que é por um lado o que é que a Constituição diz, por outro lado o que tem sido o poder local democrático, e por outro lado o que agora se propõe.

----- Assim, a minha intervenção, dentro do tempo que tenho, vai ser transmitir-vos o que é o meu pensamento sobre este Livro Verde.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “O Poder Local, expressão e conquista de abril, é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. Uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios essenciais, quer quanto à sua relação com o poder central – descentralização administrativa, autonomia financeira e de gestão, reconhecimento do património e finanças próprias, poder regulamentar – quer quanto à sua dimensão democrática – plural e colegial, com uma larga participação popular, representativa dos interesses e aspirações das populações.

----- A afirmação do poder local e as profundas transformações sociais operadas pela sua intervenção na melhoria das condições de vida da população e na superação de enormes carências são inseparáveis das características profundamente democráticas e da dinâmica popular que o poder local e o processo da sua institucionalização conheceram na Revolução de abril.

----- O Poder Local tal como a Constituição o consagra, é uma emanção e uma expressão direta da

vontade popular, uma afirmação do carácter progressista e avançado do regime democrático resultante de abril. E por essas mesmas razões sujeito de tentativas várias, a exemplo de outras transformações democráticas, para lhe limitar o alcance e o amputar das características que lhe deram expressão ímpar no quadro das administrações locais europeias.

----- Aqueles que hoje afirmam que este modelo está esgotado, o que tem para propor não são melhorias e aperfeiçoamentos, antes o fim da sua autonomia, a retirada de competências e meios financeiros, a alteração ao sistema democrático eleitoral, etc.

----- É deste ponto de partida que deve ser compreendida a ofensiva que tem sido dirigida contra o poder local e que conhece agora, a pretexto da ingerência externa e da imposição do pacto de agressão que lhe está associado, um novo e qualitativo salto para o subverter e liquidar.

----- Uma ofensiva que tem unido os principais partidos da política de direita – PS, PSD e CDS – e que os reúne de novo, no que é essencial, na declarada intenção de destruição do poder local democrático, presente no «documento verde para a reforma da administração local» divulgado pelo Governo e saudado pela direção do PS. Na verdade, a evolução e enquadramento do poder local tem conhecido um percurso de sentido marcadamente negativo, nos planos da sua autonomia, da sua expressão democrática e dos recursos financeiros.

----- Por exemplo, no plano dos recursos financeiros, e num quadro contraditório da evolução da legislação sobre finanças locais, a verdade é que o peso da participação da administração local, quando comparado com a evolução do PIB ou do conjunto das despesas do Estado, se encontra hoje desvalorizado em resultado de sucessivos incumprimentos da legislação sobre finanças locais ou suspensão arbitrária da sua aplicação, que os níveis de financiamento que lhe eram devidos se mantêm por recuperar, factos que, adicionados à progressiva transferência de encargos e sobretudo à imposição de limitações, arbitrarias e à margem da Lei das Finanças Locais, ao enquadramento sobre o acesso ao crédito e endividamento, tem conduzido a crescentes dificuldades das autarquias em responder ao conjunto de investimentos e ao desempenho das responsabilidades e competências que lhe são próprias.

----- Uma ofensiva que tem por detrás de sucessivos diplomas, decisões e atitudes – que vão desde as disposições sobre limites e classificação de despesas correntes à imposição transferência de encargos, da asfixia financeira, à desvalorização de carreiras operárias e do estatuto remuneratório dos trabalhadores das autarquias, da amputação da autonomia às limitações de despesas com pessoal, e até agora até ao seu número – uma ação determinada do Governo, convergente com as políticas e opções macroeconómicas: destruição do emprego público, redução da despesa pública, incentivo ao aumento

do preço dos de serviços prestados pelas autarquias ou de impostos arrecadados pelos municípios das receitas que lhe são negadas pelo Estado enquanto fator adicional de acentuação da distribuição desigual da renda nacional entre capital e trabalho, favorecimento da entrega ao capital privado de funções públicas hoje exercidas pela administração local.

----- Por isso mesmo, o denominado «livro verde» (negro e não verde, se ao seu conteúdo se fizer corresponder a cor) constitui um verdadeiro programa de subversão do poder local democrático.

----- Este programa de agressão ao poder local é, na sua essência e consequências, um programa de agressão às populações e às suas condições de vida, um fator de constrangimento do desenvolvimento económico e do agravamento de assimetrias regionais.

----- Bem se pode dizer que pretendem o regresso às definições e disposições do velho código administrativo de Marcelo Caetano (aliás já presentes na classificação dos territórios e órgãos autárquicos correspondentes por categorias – rurais e urbanas, de primeiro, segundo e terceiro níveis, ou no regresso da visão das freguesias enquanto subunidades municipais) e em que, tolerando ainda o princípio da eleição (embora irremediavelmente limitada e amputada), emerge a ambição de impor um sistema de governação local que, à boa maneira do fascismo, tratava de nomear presidentes de câmaras e regedores para as freguesias, remetendo a gestão política para os chefes de secretaria municipais.

----- Às altissonantes proclamações contidas no «Livro Verde» (de que são exemplo as repetidas referências a «ganhos de escala», «coesão territorial», «sustentabilidade financeira», «racionalização e eficiência» o Orçamento de Estado para 2012 contrapõe, em toda a sua exuberância e brutalidade, um verdadeiro programa de condenação do poder local democrático e um ataque sem precedentes ao municipalismo e à vida democrática no plano local.

----- Ou, agora, os mais recentes argumentos de que as autarquias que obedecerem e aceitarem a extinção poderão virem a ser premiadas com o reforço de verbas, como se alguém acreditasse que isto viesse a ser verdade.

----- A valorização do poder local reclama o combate a todas as expressões de gestão não democrática, de uso de poder para benefício pessoal, de alienação de competências e de favorecimento do interesse privado sobre o interesse público coletivo.

----- A defesa do poder local é inseparável do combate à política de direita e, na presente situação, da luta pela rejeição do pacto de agressão. Uma luta em defesa dos serviços públicos, do direito à saúde e à educação, com a defesa do Serviço Nacional de Saúde gratuita e de qualidade, do direito ao serviço postal, à mobilidade e ao transporte público a preços acessíveis e com oferta adequada às necessidades da água e da água pública, etc.

----- Ao mesmo tempo que devemos rejeitar esta contrarreforma,

----- É para esse combate que nos devemos mobilizar e empenhar.”

----- Portanto meus amigos, esta é a posição política da CDU e como puderam reparar o assunto é grave, mexe com muita coisa e o nosso pensamento sobre isso é aquele que eu transmiti.....

----- Outra diferente é a proposta de moção que aqui apresentei, a proposta de moção que aqui apresentei tem em vista não só a nossa posição política, mas as balizas que regem a nossa atuação num Estado de direito democrático e portanto visa, por um lado, respeitar a Constituição da República Portuguesa, por outro lado, ter consciência que estamos numa fase em que podemos manifestar a nossa opinião sobre as questões essenciais e de uma forma geral. Haverá uma outra fase que muito rapidamente se vai aproximar que é quando o Governo apresentar um projeto de lei na Assembleia da República e aí vamos ter que voltar ao assunto, porque aí o projeto de lei já será mais claro, já fixará todo o pensamento do Governo e tudo o que recolheu do nosso pensamento, do nosso e dos Portugueses todos. Portanto a moção que apresentei, que depois peço à Mesa para ler, não pode verter Ipsi verbis, e na íntegra, o pensamento político da CDU, mas visa sobretudo contribuir, nesta fase, para o debate que se quer construtivo.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Muito bem, então a Mesa passa a ler a Moção.

“MOÇÃO

----- Considerando que o poder local democrático é indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos, com submissão apenas à Constituição da República Portuguesa, às Leis, aos Tribunais em sede de aplicação dessas mesmas leis, e é parte da arquitetura do Estado Português;

----- Considerando que o Poder local é herdeiro de tradições centenárias (milenares no caldo de cultura de muitas freguesias) em cuja historia se consolidaram e nelas sobrevivera elementos essenciais da identidade comunitária à escala local e a própria identidade nacional;

----- Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a pura e simples extinção de freguesias e municípios.

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 27 de janeiro de 2012, decide:

----- 1. Não aceitar extinguir autarquias e reduzir as suas atribuições e competências à revelia das condições de autonomia previstas na Constituição da República Portuguesa.....

----- 2. Manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade de recursos públicos que são atribuídos às freguesias e pela forma exemplar como são aplicados:.....

a) As freguesias têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local;.....

b) A extinção de Freguesias em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública e será um fator de empobrecimento da vida democrática local.

----- 3. Considerar a importância da realização do imperativo Constitucional da criação das Regiões Administrativas como um fator estratégico para o verdadeiro e necessário Reordenamento do Território e de combate às assimetrias regionais.....

Enviar:

Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Órgãos de Comunicação Social

a) José António Saraiva Brinquete”

----- Está lida a moção da CDU.

----- Mais Moções?

----- Sim, mas se houvesse, como eu tinha dito, moções, dávamos prioridade de facto às moções preparadas, não sei se me fiz entender? Percebem? Aquilo que ficou decidido, liam-se as moções todas que existem e depois proceder-se-ia ao debate.....

----- Então não há mais moções?

----- Bom, há duas moções, foram lidas.

----- Tem a palavra o Aníbal, que é o Coordenador da Comissão Autárquica.

----- **Aníbal Morais** – Mais uma vez renovo os cumprimentos, já agora agradecer ao Vítor porque realmente lembrou-se que existia uma Comissão a trabalhar neste assunto, porque acho que toda a gente tinha esquecido.

----- Eu acho que o relatório que aqui foi apresentado pode ser uma boa base para uma futura moção, lá já reflete alguns desses aspetos, e depois aquilo que se pretende realmente com esta Assembleia é ouvir os Srs. Presidentes de Junta, neste caso são eles os que são mais afetados, era muito

importante ouvirmos a opinião de cada um, aqui, e a partir daí é que poderia ser construído esse documento.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Eu volto a dizer, foi pedida a opinião de todos e todos disseram que era esta a metodologia que devia ser feita, ou seja, ouvir as moções. Pronto, ouviram-se as moções, só havia duas moções, e agora vamos a intervenções, foi o que,

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Um debate aberto! Está bem, e vamos ver até que ponto depois se houver intenção suspendemos então a Assembleia para os Grupos Municipais elaborarem um documento, portanto estamos a seguir a metodologia, isto para responder naturalmente ao Sr. Deputado Aníbal, a metodologia que foi previamente estabelecida.

----- Bom, nesse sentido abrimos o debate, há duas moções em cima da Mesa, para intervenções, havia já deputados previamente inscritos, vamos seguir esse encadeamento, não vamos prejudicar o encadeamento efetuado no início, e naturalmente os Sr. Presidentes de Junta têm aqui o espaço para intervir, todos ou alguns, aqueles que entenderem, a Mesa não pode forçar ninguém a intervir, apenas pode registar os pedidos de inscrição, mas convidar a aceitar esse repto de virem cá a intervir.

----- Então, assim sendo, esta é a lista de quem está escrito: temos Eduardo Malhão, que já falou; José Brinquete apresentou a Moção, não sei se o José Brinquete quer ainda fazer a intervenção? Enfim, não fez uma intervenção, fez a apresentação da Moção e os considerandos políticos, mas enfim; Guedes de Almeida; Luís do Vale, Luís Pires não está presente, penso que Vítor Prada Pereira.....

----- Então vamos ler: Luís Pires; Paulo Hermenegildo; Paulo Xavier; Jorge Novo; Presidente da Junta de Freguesia do Castro de Avelãs, José Vicente; Presidente de Junta Freguesia de Gimonde, Vítor Alves; Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pombares, Afonso Domingues; Sra. Presidente de Freguesia de Grijó de Parada, D. Helena Branco; Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Gostei, a D. Carolina; Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro, Sr. António Sá; Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, Adriano Rodrigues. Até ao momento são as inscrições registadas, mas a todo o momento o debate mantém-se aberto para inscrições seguintes. Então tem a palavra o Sr. Deputado Guedes de Almeida.

----- **António de Almeida** – Mais uma vez bom dia. Eu vou começar aqui por, de certa forma, fazer um reparo a uma expressão do Sr. José Brinquete na apresentação da moção:

----- Ele falou que este documento é uma agressão ao poder local, objetivamente acho que não o é, pelo contrário, e comparar este documento, no regresso ao antigo regime de escolha de regedores e de Presidentes de Câmara, eu julgo que também não o é, pelo contrário poderá melhorar aquilo que ainda hoje se é, e hoje concretamente à CDU, ou aos pequenos partidos, com a atual estrutura e densidade populacional das freguesias é impossível que haja discussão política, que haja participação aberta das populações, não há população na maior parte das freguesias deste Concelho, estamos a falar do Concelho de Bragança, e é aqui que temos que tomar uma posição, em que as forças políticas consigam formar listas, não conseguem, é impossível, isto levará a seguir fazer uma outra observação da positividade deste documento. E é importante que se olhe, e aquilo que se está a discutir parece que preocupa mais é se vão ser, chamo-lhe extintas freguesias, isto poderá ser uma sugestão desta Assembleia, em vez de se chamar extinção de freguesias ou redução de freguesias, poder-se-á chamar, e será uma sugestão, comunidade das freguesias tais e tais, o que passará a haver objetivamente são menos Presidentes de Junta, esta é que é a realidade concreta, as populações não ficam desprotegidas, e a opinião pública, o cidadão comum, nota, e acho que o Sr. Presidente da Câmara também já o expressou, que não fazem sentido, hoje, determinadas Freguesias, concretamente, por exemplo nas zonas urbanas tantas Freguesias, tem que haver uma redução de freguesias nas zonas urbanas, porque os problemas das populações e o sentido digamos assim do reforço e da preservação dos interesses do poder local ou das populações locais, tem a ver com a proteção que tem por parte da administração, neste caso da Administração Local.

----- Não faz sentido que em Bragança, eu acho que há incompatibilidades de funções, a maior parte das populações quando há que reparar uma torneira uma fuga de água, não são as Juntas de Freguesias, são os Serviços Municipais. Estes são apenas pormenores para dizer que há que fazer uma reforma nisto.

----- Mas o Livro Verde diz mais, o Livro Verde foi apresentado e também poderemos dizer assim - É um imperativo da Troika - se formos em questões de legalidade e de inconstitucionalidade, tudo o que a Troika diz é inconstitucional, não se deve aplicar essa Lei, mas nós dependemos, chegámos a este estado. E porque é que chegamos a este estado de situação em que tem que ser a Troika a impor as regras? Mas impõem regras positivas também, impõem regras de representatividade democrática, e hoje a nossa democracia, aquilo a que chamamos democracia saída do 25 de Abril, como se fala, a revolução de abril. A revolução de abril levou-nos a isto, com muita mágoa minha também, mas levou-nos a isto, andar aqui a mendigar e ter que ser alguém a tutelar a nossa Administração Pública, e obrigou que a nossa representatividade, a participação política que vem na Constituição não acontece, e nós sabemos como é que hoje, ... até nos partidos políticos, qualquer indivíduo mais participativo é afastado, a por de fora, e

ficam só quem se quer, quer dizer, a eleição direta de qualquer cidadão não acontece, um Presidente da junta é candidato, é escolhido, o Presidente da Câmara é escolhido por alguém, quer dizer, é a quarta democracia menos participativa da União Europeia, dos vinte e sete. Porque? Porque efetivamente não há a participação ativa das populações e eu considero que este documento embora sugerido, com muitos defeitos, tem muitos defeitos, dever-se-ia ter começado por outra ponta, começou-se por aqui, mas que vai ser positivo no aspeto da participação das populações, digamos assim, do diálogo democrático.

----- Isto também para dizer que eu estou de acordo com alcance das duas moções, quer dizer, há que melhorar, mas nós temos que participar, porque o Livro Verde também salvaguarda na agregação de freguesias, a última palavra é das freguesias, ninguém impõe nada, claro que se não houver acordo entre as freguesias, e sabemos que aqui é que está o cerne da questão, ninguém quer perder a sede, ninguém quer deixar de ter o protagonismo na terminada área, é o grande problema, mas prevalece, de acordo o Livro Verde, a vontade das freguesias.

----- Se Gimonde e Labiados se se quiserem agregar, a vontade é dessas freguesias, prevalece, não há ninguém que imponha nada, efetivamente que não havendo pronúncia terá que haver regras, terão que haver os critérios, e esses critérios são definidos, mas também pode haver sugestão por parte desta Assembleia para os alterar, pelo menos sugerir que sejam alteradas de acordo com as características do Concelho, com o distanciamento da sede Concelho, com o envelhecimento da população, podem ser aconselhados portanto junto do Governo, que sejam tidos em conta novos critérios para o Concelho de Bragança.

----- E isto para dizer que, e eu estou-me aqui a cingir concretamente a linhas de ação por exemplo em que Concelhos que já se debruçaram sobre isto, discutiram bastante, talvez mais do que nós, e é bom que hoje estejamos aqui, hoje, a discutir tudo isto, porque eu, pessoalmente, não gosto de ser indiferente a nada, nem ninguém deve ser indiferente a nada, naquilo que acontece na gestão da comunidade, porque também nos influi para o bem ou para o mal.

----- Bem, se isto assim está bem, digo assim, por maioria de razão para mim também estaria, mas não está bem, e o Documento Verde relativamente à reforma da Administração Local pretende ser, e isto é que temos que ver, tem - reforma da gestão - a atual gestão municipal nós criticámos aqui em quase todas as sessões, os orçamentos, que esta gestão da Câmara Municipal de Bragança está mal feita.

----- Tem a ver com a forma de gestão de tudo o que tenha a ver com o poder local, e que tem depois incidências, nós também já aqui o discutimos, por exemplo, há um controlo maior sobre as empresas públicas municipais, e também visa impedir, o Documento Verde, que haja critérios para nomear

naquelas que existirem os órgãos de gestão, que não podem ser escolhidos, pelo menos há uma limitação maior, há mais cautelas, e também uma reforma política.

----- Isto tem quatro eixos, tem o setor empresarial local, que tem a ver com as empresas municipais, nós há dias aqui já se discutiu, acabou por ser abolida uma, Bragança tem duas e outra vai a caminho, quer dizer, com esta regra ao fim de três anos vai automaticamente, portanto não andamos aqui a discutir, basta o relatório de contas e é negativo vai embora, portanto acho que isto é muito mais positivo em termos gestão dos recursos públicos.

----- E tem a ver com a democracia local que é importante. Numa pequena freguesia com a população idosa que democracia local existe? Existe um representante que de certa forma informa a determinada população num determinado núcleo habitacional, ao passo que se forem agregadas numa área maior pode haver maior disputa político/partidária, pode haver maior debate, pode haver maior discussão sobre os problemas locais, pode haver maiores formas de reivindicação, e a reivindicação é importante, pronto, o Documento Verde trás isto. E depois efetivamente tem a ver, dentro destes critérios, com a racionalização dos recursos ao nível de cada Concelho. E isto são pontos que são retirados do Livro Verde,

----- Este Livro Verde, este documento que estamos a discutir, prevê também ser mais eficiente e canalizador de uma melhor articulação entre a Administração Central e a Administração Local, também lá está previsto, claro que tem que haver regulamentação.

----- Vai redefinir as competências das Comunidades Intermunicipais e das Comunidades Metropolitanas, obriga a uma revisão do regime de financiamento das Autarquias com vista à sustentabilidade financeira e definição do novo paradigma de receita própria, quer dizer vai alterar os critérios que têm estado em vigor, que nós discutimos aqui todos os anos, em que uns vem de certa forma “camuflados”, vai obrigar a maior clareza.

----- O documento obriga também que as atribuições e competências das freguesias devem ser reforçadas, portanto devem ser reforçadas e diferenciadas de acordo com a sua tipologia e dimensão. Uma Freguesia rural não pode ter o mesmo tipo de competências que tem uma freguesia urbana, portanto irá haver uma maior especificação das competências e características de cada freguesia.

----- Também obriga, o novo Livro, de acordo, quando vier a ser implementado e vai ser, se não aqui, se não houver um critério, digamos assim, de acordo, de concordância entre todos, irá a haver redução de Freguesias, irá haver agregação de freguesias, vai haver menos Presidentes de Câmara, este é um termo técnico, porque as freguesias, as populações continuam a votar, continuam a ter os mesmos direitos, portanto não perdem nada dos direitos constitucionais, passar a haver menos Presidentes de

Câmara, menos Presidentes de Junta, também alguns Presidentes de Câmara será a seguir, que também é voz corrente que não se justifica, nós discutimos aqui, agora transpondo um bocadinho para as Câmaras, há muito gente que diz - Para que serve a Câmara de Vimioso? Para que serve a Câmara de Freixo de Espada à Cinta? - Não servem para nada, quer dizer, só acabam por ser Freguesias, aliás todas tem menos população do que a Junta de Freguesia da Sé, nós sabemos disso, menos eleitores, muito menos. Portanto há que por cobro a isto tudo para não continuarmos a ser penalizados sobre tudo os funcionários com cortes de subsídio de férias.

----- Relativamente, e ali para o PS, que me interpelaram, o Livro Verde garante depois da regulamentação, a representatividade das atuais freguesias, isto é, não há nenhuma freguesia, por exemplo vamos supor que Gimonde é agregada a outra, que Gimonde não passa a fazer parte dessa freguesia, não tem representatividade na nova organização. Tem! Vai ser garantido por lei, portanto não há nenhuma freguesia que desaparece, que deixe de participar, que não seja tida em conta para exercer os seus direitos cívicos e políticos. Agora pode haver depois sugestões daqui desta Autarquia em que os critérios possam ser alterados, possam ser alterados em função do número da população, em função do distanciamento, em função da idade das populações.

----- Em que possam ser enquadrados em determinado nível, por exemplo escalões entre cem habitantes por quilómetro quadrado, duzentos e cinquenta habitantes por quilómetro quadrado, que seja aqui definido determinados escalões para enquadrar as novas freguesias, porque há que mudar este estado de coisas, este não serve. E depois a seguir também a lei eleitoral, também não serve, nós hoje estamos no Concelho de Bragança e estamos aqui, e discutimos isto e várias coisas, o Concelho de Bragança hoje é o segundo Concelho, já foi dito, com a população mais envelhecida, envelhecida pelas políticas que foram seguidas com esta rotura que agora se pretende renovar.

----- Mais de cinquenta por cento do território do Concelho de Bragança não tem não tem acessibilidade a um médico, grande parte da população, eu iria dizer também que cinquenta por cento da população não tem direito a votar, a das anexas não votam, ou vão no carro de quem pretendem votar, ou lhes é facultado uma urna para votarem diretamente no próprio núcleo habitacional onde habitam. Isto é uma inconstitucionalidade gritante, isto é sonegar direitos.

----- Há muitas pessoas neste Concelho, sobretudo idosas, que só vêm à cidade, à sede de Concelho, uma por mês, ou uma vez por semana, retiraram-lhe os transportes públicos diários. Portanto há cinquenta por cento de cobertura do Concelho de Bragança que não acede às redes móveis de telecomunicações, e esta experiência é tirada no terreno, e este quadro de coesão no concelho de Bragança tem que ser posto em prática, não podemos continuar assim divididos quase entre o meio

urbano e o meio rural ou aquele núcleo rural mais perto da cidade de Bragança, o Concelho é basto, o Concelho tem que se aproximar da sede do Concelho, as populações têm que ter um tratamento adequado à sua dignidade como pessoas e não pode haver pessoas que praticamente não tendo dinheiro por exemplo para estarem em lares de apoio a idosos, estarem fechadas e poderem morrer no dia a seguir. Isto vai ajudar a alterar esta situação e é essa a filosofia do Livro Verde.

----- Evidentemente que o Sr. José Brinquete falou aqui em esquerda e direita, eu situo-me em qualquer setor, para mim isso desapareceu há muito tempo, centro-me no interesse das populações, e este Livro Verde foi elaborado pelo ... o PS está de acordo, nos princípios, está de acordo, evidentemente agora luta também, mas isso são outras razões que não vou aqui discutir, não tem interesse, mas na sua essência é fundamental, o CDS/PP efetivamente está de acordo com os critérios aqui definidos, mas sempre aberto a que sejam as populações a decidir a última fórmula relativamente à agregação de freguesias, que passe a ser a freguesia tal, tal ou tal, com nome próprio? Não. Que se poderão chamar, também será uma sugestão que pode sair daqui, agregação das freguesias, por exemplo da Lombada, agregação das freguesias de tal sitio... ..

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, vai ter que terminar.

----- **António de Almeida** – E eu vou terminar para dizer efetivamente e concluir que este Livro Verde que obrigou a esta discussão não é mau de todo, podia ser muito melhor, mas nós temos uma grande responsabilidade em ajudar a melhora-lo relativamente àquilo que nos interessa aqui no Concelho de Bragança.

----- E é tudo.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Luís Vale.

----- **Luís Vale** - Obrigado, Sr. Presidente.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Gostaria de começar esta intervenção manifestando a minha convicção e a minha total concordância com a necessidade de Portugal proceder a uma reforma de administração local. Portugal real dos nossos dias já não se reconhece nos preceitos administrativos trazidos desde antanho. É necessário, é urgente, atualizar e reestruturar o nosso território.

----- Em relação a esta sessão da Assembleia Municipal de Bragança, convocada por solicitação da Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação, tem por objetivo último, ser um espaço de debate e de partilha de sensibilidades e opiniões, de forma a podermos participar na discussão pública que decorre e contribuir ativa e positivamente para a construção de um novo mapa autárquico

nacional. Por isso, e repito, lanço o repto a todos os membros desta Assembleia e, em particular, aos Senhores e Senhoras Presidentes de Junta de Freguesia para partilharem connosco aquilo que é a sua opinião e a opinião das respetivas Assembleias de Freguesia.

----- Depois ainda, dizer-vos que o Bloco de Esquerda reconhecendo a necessidade de uma revisão do mapa administrativo nacional, assume uma posição muito crítica sobre as atuais propostas do governo PSD/CDS para a materialização dessa reforma. Ainda ontem, no jornal Público, o ministro Miguel Relvas afirmava “*É um verdadeiro choque reformista*”. Segundo essa mesma notícia do Público, a proposta de lei relativa ao novo mapa autárquico contempla um conjunto de alterações em relação ao Livro Verde, desde logo uma majoração de 15% nas verbas que o Orçamento do Estado transfere para as freguesias que aceitem fundir-se, ou seja, uma chantagem do próprio Estado sobre as autarquias locais – ou aceitam e fundem-se ou então veem as suas verbas reduzidas. Inacreditável é esta forma de gerir o processo.

----- Assim, no âmbito do debate sobre a reforma da administração local em curso, marcada pelo memorando da troika e pelo “documento verde”, o Bloco de Esquerda:

----- Diz.

1.----- Defende a eliminação da generalidade das entidades que compõem o Setor Empresarial Local (SEL), acautelando os direitos dos trabalhadores e o princípio da autonomia local, mediante processos de extinção e de absorção nos serviços camarários ou, em situações comprovadamente justificadas, de fusão. Para estes casos, exige-se o aumento de competências das Assembleias Municipais quanto ao SEL, designadamente na aprovação dos respetivos planos e contas, garantindo-se que ficará abrangido pelos mecanismos de controlo democrático que se aplicam à gestão dos recursos públicos;

2.----- A extinção/fusão de autarquias exigirá, em quaisquer circunstâncias, a realização de referendos locais. A reorganização coerente da administração territorial deve partir da regionalização e da definição do mapa da distribuição geográfica dos serviços públicos que permaneçam na dependência da administração central. A regionalização e a reorganização territorial implicarão a redefinição das atribuições e competências dos vários níveis autárquicos;

3.----- As Áreas Metropolitanas, cujo objetivo é o de assumirem atribuições e competências descentralizadas da administração central para um território supramunicipal - metropolitano, não podem deixar de ter órgãos executivos que emanam e são responsáveis perante assembleias eleitas diretamente pelos cidadãos da área abrangida;

4.----- O “superpresidencialismo”, ao arrepio da conceção constitucional sobre a democracia local tem-se afirmado sub-repticiamente na lei e na prática, defendido pelos partidos do bloco central e, agora, pelo “Documento Verde” do governo. Distorce a proporcionalidade e a vontade dos cidadãos, humilha a capacidade democrática de decisão dos órgãos representativos eleitos diretamente, diminui a democracia local e procura apoucar a cidadania.

----- Esse caminho anticonstitucional para o “superpresidencialismo” autárquico, consubstanciado no reforço de poderes das CIM, nas formas propostas de designação dos presidentes de câmara e dos novos poderes a adquirirem, é rejeitado pelo Bloco;

5.----- A dupla legitimidade entre Câmara e Assembleia perdura como uma das mais estranhas situações do sistema autárquico. Para além do anacronismo em si, o resultado tem levado à desvalorização da Assembleia Municipal como fórum onde deve residir o essencial da capacidade de proposta, debate e decisão municipais e, conseqüentemente, ao desvirtuamento do papel das/os deputadas/os municipais face à quase onipotência exercida no sistema pelo executivo e, em especial, pelo presidente de câmara. O Bloco defende que o executivo passe a ser eleito pela assembleia, podendo ser demitido na sequência da aprovação de moção de censura ou do chumbo repetido do plano, orçamento e contas. Assim, o executivo encontra a sua própria legitimidade democrática na assembleia, cujos membros adquirem poderes efetivos de fiscalização e de apresentação de propostas que, sendo aprovadas, vinculam o executivo (ao nível dos atuais vereadores). A assembleia veria, necessariamente, as suas competências e poderes reforçados, aumentando potencialmente a intensidade da democracia local;

6.----- As freguesias têm-se afundado numa espiral de dependência financeira (e política) das câmaras municipais, degradando a autonomia que lhes é constitucionalmente conferida. A participação dos presidentes de junta nas assembleias municipais não resolve o problema e, em muitos casos, acentua essa dependência. O Bloco defende o reforço das transferências diretas do OE para as freguesias (atualmente cerca de 0,1% do OE), assim como das suas atribuições e competências, resgatando o papel de representação política, necessariamente autónoma, deste nível que é o mais próximo das populações. A concretização deste pressuposto retira qualquer justificação para a integração por inerência dos presidentes de junta nas assembleias municipais;

7.----- O Bloco aprofundará nas suas propostas todos os mecanismos da democracia participativa, elemento essencial para o reforço e estruturação da democracia local, como sejam o direito de petição, formas de participação em decisões de caráter orçamental, regulamentação das relações com as organizações de moradores, referendo local, entre outras”

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Bruno Veloso, do PS.

----- **Bruno Veloso** – Mais uma vez muito bom dia a todos. Relativamente àquilo que aqui nos trás hoje, em concreto, a discussão do Livro Verde, o PS tem claramente uma posição muito bem definida sobre o Livro Verde e desde há muito também sobre aquilo que entende que devem ser a gestão dos municípios, das autarquias e das juntas de freguesia. O PS orgulha-se de, com outros partidos da democracia, ter permitido a que o País se desenvolvesse, nestes últimos trinta e seis anos, como um País capaz, através das suas autarquias locais e através dos seus órgãos eleitos. E essa foi uma grande escola de democracia, mas foi também uma grande viragem e as juntas de freguesia constituem-se como grandes dinamizadores de muito e grande parte do desenvolvimento do nosso País. E é por isso que o PS entende que quando se está a falar numa reorganização de um modelo autárquico as coisas devem ser absolutamente pensadas.

----- Em primeiro lugar a questão economicista. Nunca e em momento algum, e o Deputado Eduardo Malhão, e muito bem, aqui referiu, o Livro Verde faz alguma contabilidade àquilo que são os benefícios desta redução drástica, desta redução - como é que *hei de dizer* - desta redução quase tenebrosa, do número de juntas de freguesia como o único método baseados na população, em área, na distância ao Município e que, de facto não tem rigorosamente nenhum sentido e certamente também não terão sido ouvidos os melhores estudiosos sobre a organização territorial para nos apresentarem, e mais do que nos apresentarem, tentar impor um modelo assente nestas três premissas que acabei de enunciar.

----- E o PS nesse aspeto é muito claro, o PS aceita e defende uma reforma da Administração Local onde efetivamente se discutam duas coisas, ou várias coisas, entre as quais as competências, aquilo que a gente quer para as autarquias e aquilo que se quer para as juntas de freguesia.

----- Depois e naturalmente como consequência disso, a reforma da própria lei eleitoral autárquica que também nos parece sobejamente importante.

----- O PS também entende que a extinção de Municípios nunca deve ser efetuada e muito menos contra os interesses das populações e apenas e só como vontade das populações.....

----- Relativamente às Juntas de Freguesia, o PS contrariamente àquilo que o Deputado do CDS que parece conhecer ou não conhecer a posição do PS, ao tentar dizer que o PS defendia o que está no Livro Verde, pois não, o PS é claramente frontal contra os critérios e contra o Livro Verde que nos foi apresentado e para o qual o PS não foi ouvido e portanto tal como todos nós, o PS foi apresentado com este Livro Verde que rejeita na sua totalidade, e como é obvio não podemos aceitar essa colagem e muito menos vinda de um Deputado que pertence ao CDS também responsável por este Livro Verde porque ele não é só do Governo do PSD.

----- Depois, naturalmente sobre aquilo que é específico das Juntas de Freguesia é importante ter claramente duas moções e muito mais do que aquilo que estão explicadas no Livro Verde, e terem a intenção de racionalização que será possível nas freguesias urbanas, de uma forma mais abrangente, mas que nas freguesias rurais é preciso ter em atenção: a história, as populações, a especificidade regional, a especificidade local, e cada caso é um caso para ser discutido.

----- Sobre aquilo que foram as moções aqui apresentadas, já me referi à moção do Eduardo Malhão, que julgo que vincula o PSD, não sei se é verdade, eu acho que a sua moção tem, de facto, alguns princípios interessantes nomeadamente e particularmente no seu preambulo, acho que define muito bem o interesse relativamente à questão das freguesias, o interesse e a importância que elas têm e portanto, de alguma forma, exterioriza também alguma revolta contra este Livro Verde e estes únicos critérios, do meu ponto de vista peca única e exclusivamente por tentar-mos apontar caminhos concretos para situações que muitas vezes podem não ser concretas, e particularmente podem não ser concretas atendendo a que cada caso é um caso, como disse, mas acima de tudo é importante ver toda esta reorganização autárquica como um todo, desde a reforma da Administração Local, a lei autárquica e portanto eu acho que deve ser a AM a apontar caminhos genéricos, quando muito.

----- Relativamente à moção do PCP eu acho que tem uma outra ótica muito mais abrangente relativamente ao Livro Verde, mas também com muitas das coisas que o PS enquanto também fundador do regime democrático como aliás todos os partidos aqui presentes, de facto, e na defesa do poder local, olha de uma forma transversal a todo o poder local e acaba naturalmente na regionalização que também o PS defende há muito tempo, e eu pessoalmente sou um acérrimo defensor da regionalização e portanto eu acho que a cautela à questão de regionalização, salvaguarda o interesse dos Municípios e os interesses das Freguesias, eu acho que, de facto, tem uma visão mais abrangente e, de facto, não vai de encontro a aumentar propostas, mas de alguma forma a salvaguardar aquilo que é o poder local democraticamente tal qual ele foi uma conquista de abril e uma conquista democrática, e portanto parece-me que temos aqui margem para trabalhar, eu acho que aquilo que foi apresentado e com as discussões que aqui temos conseguiremos certamente criar um documento único, forte, e capaz de condensar todas estas sensibilidades, assim haja, de facto, esta abertura que me parece que existe por parte de todos os Deputados Municipais e particularmente os proponentes, o PS está também aberto a contribuir para esse documento assente obviamente nalguns princípios e entendendo de facto onde cada um dos proponentes com toda a sua bondade quer chegar, mas conseguiremos assim produzir um excelente documento e é isso que faço votos e esta é, de alguma forma, a posição do PS.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Rabal, Paulo Hermenegildo.

----- **Paulo João** – Bom dia a todos, mais uma vez. Eu vou ser breve. Após reunião de Assembleia de Freguesia de Rabal, resumidamente:.....

----- Ponto um - Rabal é contra a extinção ou aglutinação das freguesias pelo papel de proximidade, interajuda, interatividade que as mesmas prestam junto das populações. Também pela identidade, costumes, tradições e características gerais.

----- Ponto dois – O Documento Verde é redutor, obscuro, não objetivo, revelando dualidade de critérios para situações zonais e geográficas similares, considerando nós até anticonstitucional, pois é diferenciador.

----- Ponto três – O documento Verde não contempla atribuição de competências bem como atribuição financeira para as freguesias.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé, Paulo Xavier.

----- **Paulo Xavier** – Reitero os cumprimentos. Tinha aqui um grande discurso para apresentar, mas não vou apresentar uma vez que já se falou aqui muita coisa e são muitos oradores e vamos ser sintéticos.

----- Um membro da Assembleia, o Dr. Guedes, falou aí claramente e eu que ultimamente e até porque é uma reunião extraordinária, falou efetivamente aquilo que é essencial, essencial no seu todo. Primeiro, um documento, um documento que é aberto, dinâmico, e que mais que tudo é só um instrumento de trabalho.

----- Por outro lado temos também aqui uma posição do nosso caríssimo amigo e meu amigo, Eduardo Malhão, que também concordo que é uma no cravo e outra na ferradura, está bem, um chapéu de abas largas dá para tudo.

----- Depois uma posição muito mais radical, para não lhe chamar radical, completa também, do PCP, do nosso amigo José Brinquete.

----- Queria-vos dizer que também o Veloso aqui apresentou e teve uma postura proactiva. O que é importante aqui neste momento e para as freguesias era elencar alternativas válidas, coisa que aqui não existiu. E não existe porque ainda não percebemos que Portugal mudou, o mundo mudou e o poder local tem que mudar, aliás fizeram-se vários debates, por exemplo, eu enquanto coordenador, ali com o meu companheiro Jorge Novo, corremos o Distrito todo, falámos com todos os Presidentes de Junta, todos os que apareceram, como é obvio, e foram muitos. Bragança não é exceção, e o problema maior do Presidente de Junta, mas que não está no documento e não cabe na cabeça de ninguém que este documento apresentado pelo Governo, seja ele do PSD ou do CDS, neste caso, ou do PS, que também ele assinou e foi o promotor, que é importante, da dita Troika, e que está abrangente, também reitera o documento com algumas desmanches, até em termos eleitorais, o grande problema dos Presidentes de Junta, era, mesmo em Bragança, atenção, estamos a falar de Bragança em particular, era a favor de uma reorganização porque se necessita uma reorganização administrativa. Mas o grande problema era exatamente as competências e os meios financeiros, e aquilo que a nossa Assembleia, os Municípios, as Assembleias de Freguesia, os Executivos, devem dar é efetivamente esse contributo, é aquilo que se pede, porque depois temos outros calendários para se discutir.

No entanto não são os considerandos de José Brinquete, estão completamente descabidos, na minha ótica, respeitando obviamente, mas que democraticamente, e diz-nos assim - não aceitar e extinguir Autarquias e reduzir as suas atribuições - nós queremos é um reforço, queremos a separação dos poderes que é aqui o grande problema entre o que é o Município e as Freguesias.

----- A Freguesia da Sé, reunida também em Executivo, e depois levou também à Assembleia, votou

em maioria a agregação da Freguesia, enquanto Sé, Santa Maria e Samil, as três urbanas, e vota a favor efetivamente pela proximidade de todos, pela sua singularidade. Aliás nós temos aqui exemplos, o que foi Izeda no passado, houve uma *involução* e depois foi uma evolução, é história, isto é história, portanto a sua singularidade, os seus costumes, os seus hábitos, mantém-se tudo na mesma. O grande problema é que também não é crível, e escutem, reparem só neste pormenor, daqui a um ano vamos a eleições, e com um ano o partido A, B, C, ou D vai à procura dos melhores, porque aqui estão os melhores, foram os mais votados, a seguir o Partido B, quando for lá à freguesia, não faz, e não faz lista, pergunta-se - isto é democracia? Ponto número um.

----- Ponto número dois – A autonomia, que tanto falamos, para as freguesias e que eu ouvi aqui membros desta digníssima Assembleia, no debate promovido pela ANFRE, em abril do ano passado, até eram contra a presença dos Presidentes de Junta aqui no plenário. Das duas, uma. E porque? Porque não têm autonomia financeira. Vejamos nós nos nossos bolsos se não tivermos autonomia financeira, não temos autonomia, não somos capazes. Primeiro de tudo temos nós que nos preocupar em dar um contributo claro, inequívoco, daquilo que era importante para as freguesias, diferenciar exatamente as competências do Município com as freguesias e cada um segue o seu caminho e pode prometer efetivamente ao seu eleitorado aquilo que é da sua competência.....

----- Outro pormenor é o seguinte - Em termos eleitorais quando chegamos à altura de entregar os manifestos, o candidato ao Município, os candidatos à junta, reúnem-se, normalmente em 99% dos casos, e traçam aquilo que são as promessas eleitorais, mas nós, presidentes de Junta, não temos essas competências que nós prometemos, quem as tem é o Município, e se o Município não cumprir, porque não pode também, mas quem fica mal são os Presidentes de Junta. Portanto cada um tem que prometer aquilo que pode, que é a sua competência, e aqui é que nós devemos dar o nosso contributo, se não fizermos isso estamos a fazer mau serviço, não estamos a ser pró-ativos, e porque a sociedade Portuguesa mudou nós também temos que ter um processo de transição e modernização, e, claro, meios financeiros, patrimoniais, mais que tudo dar dignidade aos eleitos, os eleitos da Freguesia, muitas vezes, são tratados como Presidentes menores, e quando reunimos com os Presidentes, aqueles que foram e foram em número considerado, era exatamente essa posição que eles tinham, nós, enquanto delegação da ANAFRE, enviámos para todas as Câmaras, todas as Assembleias, até poderiam ter distribuído para todos vocês, as preocupações transversais ao Distrito e não particularizar exatamente Bragança, ao contrário, a Sé não, no seu território fez claramente aquilo que devia fazer. Eu e o Jorge, por exemplo, demos nos debates dos Concelhos que promovemos, demos como exemplo as duas Freguesias, por exemplo, Sé e Santa Maria, a agregar, não havia problemas nenhuns, desde que, e aqui

é que está a grande questão, desde que tenham competências bem definidas e o aspeto financeiro claro e inequívoco.

----- Por isso a proposta, e desculpe, meu caro amigo José Brinquete a sua proposta, aliás tem como objetivo bem diferente. Setenta e seis foi um período em que todo este movimento autárquico tinha cabimento, pela sua abrangência, pelo seu dinamismo, para ter as pessoas a trabalhar efetivamente para um poder democrático que nós queríamos, na altura, ser consolidado. Acontece porem que hoje essa já não é a verdade e todos nós fazemos as críticas diversas, nos sítios certos, aos Presidentes de Junta - é porque é o orçamento, porque votam não sei quantos, porque não votam não sei quantos - e muitas vezes não temos coragem de admitir isso, era a altura, senão será uma oportunidade perdida, nós termos a capacidade de, hoje, aqui, fazer exatamente ou uma moção ou um documento capaz de, primeiro de tudo, não ser radical, ser afirmativo, ser pró-ativo, o Documento Verde ainda bem que veio à discussão, que nos obrigou a nós também a discutir este documento e o problema das Freguesias.

----- Concordo quando o Brinquete bem diz que os municípios é uma pura verdade, mas não é pura verdade os municípios aqui da nossa região, pior do que isso temos no litoral municípios muito mais pequenos, muito mais pequenos do que a Freguesia da Sé e são municípios. Portanto não é só verdade aqui no nosso Distrito, há outros Distritos que sofrem disso.

----- Por isso eu gostaria de votar uma moção ou um documento que fosse abrangente, que tivesse uma nota *preocupativa*, de aceitamos determinadas regras de coesão, que é importante. Aliás também é preciso falar que o raio dos quinze quilómetros já caiu, e já é assumido pelo próprio Governo, como também aqui a distinção do rural e urbano, também já caiu, ou seja, os fatores de coesão são completamente diferentes ao fazermos as nossas contas. Agora que é claro que tem que haver uma reforma capaz, independentemente de nós gostarmos muito da nossa Freguesia, mas que a Freguesia da Sé, neste caso e em particular, porque é aquela que eu estou aqui a representar, Santa Maria, Samil que também é uma freguesia urbana, vocês acham que um eleitor da Sé ou um eleitor de Samil, ou um eleitor de Santa Maria tem algum problema de se assumir como um todo, claramente q1ue não, e aliás se houver novas competências, se o aspeto financeiro e uma autonomia e dignidade aos eleitos, é claro que ninguém se importa, porque além de ter falado já com muita gente, não tem o mínimo de problema, de que a cidade é una e que não haja fronteiras entre as freguesias, estamos a falar da cidade.

----- A expressividade das rurais pois temos aqui efetivamente opiniões, são opiniões de cada Presidente, e legítimas, agora uma coisa é certa, continuar como está acho que é uma oportunidade perdida.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta Freguesia da Sé.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo.

----- **Jorge Novo** – Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sra. e Sr. Secretária, Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Sras. e Srs. Membros da AM, Comunicação Social, Publico, bom dia a todos.

----- A minha intervenção antecede-se de uma nota informativa de que a minha Assembleia de Freguesia bem como a Junta de Freguesia votaram na sua maioria, só com um voto contra. a favor da proposta de agregação das freguesias. Feita a reflexão e também minha posição pessoal, essa reflexão vai no sentido de que o atual ordenamento do território em termos de organização administrativa das Freguesias tem que ser alterado, claramente tem que ser alterado, substantivamente porque as freguesias como estão atualmente não respondem às exigências dos tempos atuais, isto é, o que está previsto, o que está contemplado em lei, deixa às freguesias pouco mais do que passarem atestados, certidões, declarações, e quando muito, algumas competências ou algumas tarefas ou algumas iniciativas que os municípios, arbitrariamente, porque não está nada *protocolizado* nem muito menos em lei, para ele as fazer, e digo isto face à realidade geral do País, não à nossa realidade Concelhia. E face a este estado de coisas, nós pensamos - queremos continuar como estamos, ou vale a pena mudar? Se queremos continuar como estamos, há muita gente que quer, e que quer porque, se calhar, é esse o caminho para extinguir as freguesias, quer dizer - deixá-las manter como estão, que há de haver uma altura que as pessoas não vão sentir nenhuma necessidade delas e depois extinguiamo-las e já miguem discute - se calhar os defensores da extinção das freguesias queriam isto, que elas continuassem como estão, que é para depois daqui a três, quatro anos - sim senhor, extinguem-se, que elas não fazem nada, têm competências, não têm recursos - ninguém discute e acabou-se.

----- Eu sou apologista, sou defensor das freguesias, e como sou apologista e defensor das freguesias, acho que elas devem ter mais competências, acho que elas devem ter mais recursos, e essas competências e esses recursos, meus caros e minhas caras, hoje está em lei, hoje está preto no branco, hoje está claramente definido a distinção entre o que é competência do Município e o que é competência da freguesia e está claramente em lei o que é recurso, o que é financiamento do município e o que é financiamento da freguesia, ou então não vamos lá, e se este Documento Verde, que está agora em discussão, penso se tem alguma lacuna, desde logo, e tem muitas, é aqui, essa lacuna aqui é gritante, é absolutamente gritante, porquê? Porque, enfim, tem a bondade de apontar, de indicar, de permitir sugestões, de fazer reflexões, é verdade, e é um bom caminho que nós temos que fazer, mas

ele não aponta mais que isso, alguns critérios, diz que, aliás até na página vinte e quatro até diz uma coisa assustadora, que eu penso que ela vai ser alterada, que é de que a transferência para as freguesias decorre da transferência do orçamento do município, na minha versão é na página vinte e quatro, e eu penso que isso já está alterado, aliás devo dizer o seguinte. O próprio Conselho de Ministros e toda a gente já sabe disso, no dia de ontem já estava para aprovar, em sede de Conselho de Ministros, uma proposta de lei para a Assembleia da República, relativamente à Reorganização Administrativa, e não aprovou, não avançou com ela, porque quer a consensualização com o PS e vai levá-lo ao próximo Conselho de Ministros, o que é que isso significa? Que este Documento Verde poderá estar aqui subjacente à nossa discussão, não é já o documento base fundamental nem *fundante* para a discussão, há de haver a própria lei.

----- E então eu refiro fundamentalmente isto, é que as freguesias devem ter mais competências, mais recursos, as freguesias têm que ser consideradas distintivamente entre freguesias do litoral e freguesias do interior, e freguesias, dentro do interior, entre freguesias urbanas, freguesias semi urbanas e freguesias rurais.

----- Sou apologista, sou defensor das freguesias rurais, isto é, a capacidade delas tem que ser mantida, tem que ser garantida, eu coloco como mínimo, aceito o critério dos 150 habitantes, a partir daqui acho que estamos bem, há um mínimo que tem que se ter, há um mínimo de competências e há um mínimo de recursos e depois tem que se fazer distinção de competências e de recursos, quanto mais competências mais recursos, quanto mais ação tiver que fazer, mais recursos também tem que ter para a execução das ações. As freguesias rurais são fundamentais, a representatividade, a presença local do Estado é essencial e faz-se também através dos representantes da autarquia chamada freguesia, para mim considero isso fundamental.

----- E deixo também uma nota final. Eu concordo com a moção que o Sr. Eduardo Malhão apresentou, sobretudo da preocupação com a coesão territorial, acho que está bem explícita, bem clara, a necessidade disso. Nos considerandos, mais ou menos.

----- Relativamente àquilo que disse o Deputado Bruno Veloso, concordo que deve associar-se a esta proposta também algumas preocupações relativamente à lei eleitoral autárquica, à lei do financiamento local, são aspetos que não estão dissociados e nem se podem dissociar e portanto poderemos também pensar relativamente a isso alguns pontos fundamentais, tem que haver um mínimo, um tronco comum para todas as freguesias, um mínimo de financiamento e um mínimo de competências, acho que isso é plausível, isso deve-se defender. Mais ainda, que se deve defender um protocolo que tinha sido proposto e assinado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a própria ANFRE com o

beneplácito do Governo, que foi em dois mil e dois, protocolo de transferência de competências que eram delegáveis para competências próprias, esse protocolo estava, enfim, unanimemente aceite por todos os atores políticos, pode ser um bom princípio para a próxima lei, relativamente às próprias competências.

----- E depois dizer o seguinte, sobre a moção da CDU eu sou a frontalmente contra, nomeadamente porque - tudo como dantes, quartel em Abrantes - não pode ser, não concordo absolutamente, não me revejo nessa posição, respeito-a mas não me revejo nela.

----- E por último deixo esta preocupação e ao mesmo tempo expectativa positiva. Dá-me a sensação que o que estará para decisão, o que estará para deliberação relativamente às freguesias, essa deliberação e essa decisão será muitíssimo, em parte, se não em todo, tomada pelas próprias assembleias municipais, aliás o Sr. Secretário de Estado referiu publicamente de que serão as assembleias municipais, eu tenho aí o recorto do Jornal onde é que ele disse isso, o Dr. Paulo Júlio, que serão as assembleias municipais, relativamente ao seu Concelho, que irão tomar as decisões, claro está, segundo a proposta de lei, balizada um pouco pela proposta de lei, mas que dará a essa proposta de lei espaço de manobra para deliberação das assembleias municipais, e é aqui que eu vejo com expectativa positiva, mas também com algum aspeto desafiante que teremos que nós em AM ser capaz de fazer bem a reflexão, de pensar bem o que é que nós queremos enquanto ordenamento e administração do território, para que aquilo que surgir seja em resposta à pergunta fundamental. E qual é a pergunta fundamental? O que é melhor para as nossas populações? Como é que poderemos servir melhor as nossas populações? Não são outras perguntas que devem presidir, mas devem ser estas, nomeadamente esta, que deve presidir à nossa reflexão.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria.

----- Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Castro de Avelãs, José Vicente, tem a palavra.

----- Sr. Presidente da Junta de Castro de Avelas não está?.....

----- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde, Vítor Alves, tem a palavra.

----- **João Alves** – Mais uma vez, bom dia a todos. Estou a gostar imenso desta Assembleia, está a ser uma reflexão bastante profícua, e aqui até deixar um elogio ao nosso Presidente da Assembleia devido à forma sensata e flexível com que tem conduzido os trabalhos.

----- Ora bem, eu também vou dar a minha opinião, não trouxe aqui uma moção sobre o Livro Verde, eu penso que muitas coisas que se têm falado hoje além do Livro Verde, mas quero recordar aos Membros da Assembleia que essencialmente foi o Livro Verde que nos trouxe aqui, nomeadamente

porque até ao dia trinta e um de janeiro seria a altura de nós apresentarmos as propostas e espero depois que saia daqui uma proposta bastante concreta acerca desse mesmo Livro. E por isso mesmo há muitas outras coisas que se dizem, mas não está nada plasmado nem nada documentado que possa ser tido em conta, aquilo que se diz, as palavras leva-as o vento, não sabemos depois se se vão concretizar em lei, em livro ou no quer que seja. Daí que nós possivelmente relativamente ao Livro Verde que tece uma série de considerações, eu não quero falar aqui naquilo que se refere no Livro Verde e até a maior parte às câmaras municipais, aos executivos, às competências, às próprias empresas municipais, porque isso eu sei pouco sobre municípios, nunca tive nenhuma responsabilidade nem nunca me interessei muito.

----- Quanto ao resto já muitos Presidentes de junta aqui vieram e falaram muito bem sobre cada um dos aspetos, eu, no entanto, retenho, porque já apresentei aqui noutra Assembleia, dois aspetos que são essenciais e que já foram enunciados anteriormente, mas quero especificar melhor.

----- Ao nível das competências será de extrema importância definir essas mesmas competências para que a reorganização que se venha a fazer tenha mais sentido.

----- Ao nível da legislação da lei autárquica também seria extremamente importante nós conhecermos alguns aspetos, em conjunto fazer depois uma leitura global do documento para podermos saber qual seria a melhor forma de reorganizar as nossas freguesias. Há, no entanto, um aspeto que me parece que no Livro Verde pouco fala das freguesias, é bastante específico e eu queria que a Assembleia, no geral e depois na proposta que poderemos apresentar de seguida, em conjunto, fosse bastante taxativo. Um livro relativamente ao financiamento das novas freguesias ou das novas comunidades de Freguesia que se vierem a criar, aglomerações, como quiserem dizer, é taxativo relativamente ao financiamento e isso deixa-me bastante preocupado, porque se houve alguma coisa que nos últimos anos as freguesias, no fundo, ganharam, foi uma certa autonomia relativamente aos municípios, ao nível do financiamento tinham uma verba que vinha diretamente do Orçamento de Estado, através do FFF (Fundo de Financiamento de Freguesias) e que efetivamente era pouco, mas íamos gerindo à nossa maneira.

----- O Livro Verde sugere efetivamente que agora o financiamento passe pelas câmaras municipais, o que para as freguesias é mau, porque perdem a sua autonomia financeira e para os municípios provavelmente ainda vai ser pior, e isso porque? É evidente que aqui algumas pessoas já vieram dizer que com a reorganização do poder autárquico não havia grandes poupanças. Ora bem, aqui pode estar efetivamente a grande poupança, ou seja, as Freguesias passam a depender financeiramente dos municípios e os municípios terão que alocar para as freguesias algum financiamento que provavelmente

não será compensado pelo Orçamento de Estado. Daí que a grande proposta que eu tinha efetivamente era deixar bem claro que esta Assembleia é contra o facto das freguesias virem a ser financiadas pelos municípios, ou seja, que as freguesias, tal como qualquer outro órgão, dependam diretamente do Orçamento de Estado, aliás coisa que me parece que o Livro Verde sugere é que aquele financiamento que seria para as freguesias passa depois para as áreas metropolitanas e para as CIM, e provavelmente depois as freguesias essas dependem só do município, ainda que as CIMs e as áreas metropolitanas possam também depender de algum financiamento dos próprios municípios.

----- Provavelmente terei ainda mais intervenções a esse nível, sendo que tinha também a dizer-vos que esta reorganização que se quer fazer, do poder autárquico, é extremamente importante. Às vezes e parece entender-se que o Livro Verde quer fazer um pouco a reorganização à pressa, poderá subentender-se de alguns prazos que aqui aparecem, no entanto nós também poderemos sugerir que aquilo que há a fazer seja feito atempadamente, pensado, se o Livro Verde efetivamente teve algum condão de importância foi levar-nos a discutir a todos o que é que nós queremos para as nossas Freguesias, o que é que queremos para as nossas câmaras municipais e sugerir também depois as Comunidades Inter-Municipais.

----- Daí que provavelmente a pressa do Governo tem a ver com as próximas eleições autárquicas, que não são à manhã, ainda, se em junho a reorganização não estiver feita eu acho que a Troika não vai trazer grandes problemas porque as poupanças ao nível do financiamento também não ser muitas antes das próximas autárquicas, ou seja, se nós tivermos o processo concluído, bem feito, com uma reflexão coletiva e ponderada, seis meses antes das eleições autárquicas, eu penso que não virá nenhum mal ao Mundo, e poderemos ganhar uma coisa que é extremamente importante, se for uma reorganização bem feita ficará para os próximos vinte ou trinta anos, se for feita à pressa, sem a concordância de todos, poderá ser uma reorganização a prazo, ou seja, daqui a dois ou três anos teremos necessidade de voltar ao assunto, teremos necessidade de gastar novamente energias, de passarmos grande períodos de tempo a discutir o que é que queremos para as nossas freguesias, o que é que queremos para as nossas câmaras municipais, e esta reflexão, toda a energia que nós gastamos foi, provavelmente, em vão. ---

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Gimonde, tem a palavra agora o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Pombares.

----- **Afonso Domingues** – Muito Bom dia Sr. Presidente da Mesa, Secretária, Sr. Vereador,

----- Eu venho aqui transmitir a opinião da minha Freguesia que é a seguinte: Nós não nos importamos de nos anexar seja a quem for, desde que fique sempre um representante da Freguesia

nesse aglomerado que se criar, caso contrário, se isso não se verificar, preferimos, é a ideia dos meus eleitores, ficar diretamente dependentes da Câmara Municipal. Porque é assim, atualmente existe um meio de transporte semanalmente para a cidade e as pessoas organizam a sua vida contando com esse aspeto, caso contrário, noutra situação diferente, suponhamos que nenhum elemento da minha Freguesia fica representado no conjunto que se vier a verificar, suponhamos que ficamos na Freguesia de Salsas, do Sr. Filipe, por exemplo, as pessoas não tem meio de transporte para Salsas tendo que alugar um táxi ou outro meio de transporte que tinham que pagar, essa situação portanto seria muito irreversível tendo em conta que a maioria da população, como todos sabemos, é idosa.

----- Outro aspeto que temos em conta também, não só ao nível da Freguesia mas a nível do Concelho, principalmente no interior, é o aspeto eleitoral, porque com a anexação das freguesias as pessoas para irem votarem a um local muito distante, não vão, e daí se verificar o aumento da abstenção e o desinteresse pela política. Por isso seja qual for o modelo que venha a ser aplicado o momento eleitoral deve continuar a ser sempre o mais possível perto da residência das pessoas. Reforço, se queremos aproximar a população da política, sendo assim, temos que as integrar diretamente dando-lhe a possibilidade de eleger os seus representantes mais próximos que vivem nas aldeias, por isso aquando das eleições as listas à Câmara Municipal, devem integrar um elemento de cada aldeia do Concelho, deixando de existir aldeias anexadas a outras evitando-se assim como se vê hoje, todos sabemos, mas ninguém quer falar, que há sempre o favorecimento da aldeia principal em *detrimento* das anexas.

----- E basicamente era isto que eu tinha para dizer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Pombares, Afonso Domingues.

----- Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Grijó de Parada, D. Helena, tem a palavra.

----- **Maria Branco** – Muito bom dia Sr. Presidente da Mesa, Srs. secretários, Sr. Vice-Presidente, Membros desta Assembleia

----- Ora bem, eu como Presidente e residente em Grijó de Parada sou totalmente contra a união das Freguesias, e a população da minha Freguesia também, e ninguém vá lá a falar às pessoas de Grijó em deixar ser Freguesia porque elas não aceitam isso bem, e penso que nas outras Freguesias é a mesma coisa.--

----- Havia outras formas de reduzir custos, de certeza que havia, sem ser à custa dos mais fracos, que são as aldeias. Como vai fazer agora uma pessoa idosa de oitenta e mais anos para ir buscar uma prova de vida à sede de Junta que é sei lá a quantos quilómetros? Não tem carro, não tem carta, não

tem família, como é que ela se desloca para ir buscar um documento que necessite? Chama um táxi, vai, quando chega, o Presidente não é a tempo inteiro, portanto não está na sede da Junta, é uma sorte ir à Freguesia encontrar o Presidente de Junta, o que é que faz? Vira para trás. No dia seguinte chama novamente o táxi e volta, é assim que vão funcionar as freguesias, agora? Uma pessoa que recebe 200€ vai chamar um táxi cada vez que precisa ir à freguesia, à sede da Junta buscar um documento? Se é assim que ficamos melhor eu não compreendo.....

----- O Presidente da Junta é a pessoa mais próxima e disponível na maioria das aldeias, é assim ainda que acontece, e agora vão ficar sem Presidente de Junta, pronto, se é assim que vamos ficar melhor, na minha opinião não é.

----- Muito obrigado, bom dia.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Presidente de Junta.

----- Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Gostei, D. Carolina. Prescinde? Chamamos então, agora, para a sua intervenção, o Sr. Presidente de junta de Freguesia de São Pedro, Sr. António Sá.

----- **António Sá** – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Vice-Presidente da Câmara, Caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Membros da Assembleia.

----- Trazia aqui uma intervençãozinha mais elaborada, mais trabalhada, mas começa a estar ultrapassada pelas outras intervenções. Começaria por fazer uma pequena crítica à Assembleia, ou à convocação da Assembleia, na minha opinião dá-me a impressão que já deveria ter sido feita, que já devíamos ter tratado o tema com a profundidade que o estamos a tratar hoje.

----- Farei também uma crítica aos próprios Presidentes de Junta, é a primeira vez que estamos a tratar deste tema, independentemente das iniciativas que a ANAFRE distrital tem tomado. Acho que deveríamos ter feito não de uma forma heterogenia e pessoal, mas devíamos ter feito primeiro em conjunto, em grupo e hoje vínhamos se calhar com outra força, com outras decisões e com outras propostas.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Já se discutiu muito, já se tiraram muitas conclusões que nada ou minimamente favorecem o conteúdo do documento apresentado, antes pelo contrário o rejeitam nos justos termos em que está elaborado.

----- Veja-se as conclusões do congresso da ANAFRE do dia 2 e 3 de dezembro, onde a moção de um jovem presidente de Junta, aprovada por maioria com 2 abstenções, reconhecia a necessidade de se trabalhar a reforma autárquica mas nunca nos moldes do documento verde, pelo que apelava ao abandono do mesmo, devendo partir-se para novo projeto de reforma administrativa local, onde,

obrigatoriamente, participassem os diferentes parceiros em jogo, ANAFRE E GOVERNO, criticando ainda na mesma moção a forma invertida como a reforma administrativa está concebida, *ou está a ser pelo menos encaminhada*

----- Para ilustrar, ainda o nosso ponto de vista, lembremo-nos aqueles que tiveram oportunidade de assistir ao Prós e Contras, àquele celebre programa da TV1 aos Prós e Contras sobre este tema, como o Ministro Dr. Miguel Relvas ficou isolado do princípio ao fim do programa. Apesar de ter reconhecido a crítica e a falta de apoio à sua proposta, não se inibiu de afirmar, contra tudo e contra todos, já em fase de conclusão, que a reforma era para levar para a frente, *admito que seja necessária, mas feita noutros moldes*

----- Das reuniões de pertença esclarecimento, promovidas pela delegação distrital da ANAFRE pouco soubemos a não ser as opiniões, as conclusões e as sugestões que traziam dos diversos Concelhos e dos diversos presidentes de Junta, eles nada mais poderiam adiantar porque também pouco sabiam. Da promovida pela Assembleia Municipal, no dia 18 de novembro, neste Auditório, os conferencistas limitaram-se a formular opiniões meramente pessoais sem se comprometerem com os conteúdos em análise. Por isso, posso-vos garantir que pouco ou nada nos trouxeram de novo àquilo que já sabíamos do Documento Verde.

----- Por fim e por iniciativa e mérito dos TSDs de Bragança, honra lhe seja feita, eis que aparece, também neste auditório, alguém que apadrinha o documento, o Prof. Dr. Carlos Abreu Amorim que explanou demoradamente sobre o projeto de que é autor e que o defendeu com unhas e dentes, dissipando qualquer dúvida que poderia subsistir sobre a bondade ou maldade do documento.

----- Acredito que este homem seja um bom professor de direito administrativo, mas parece desconhecer, no seu conteúdo, a realidade autárquica no espectro nacional, quando programa e assume um trabalho que não tem em conta as especificidades locais do interior, que contraria a lógica dos serviços de proximidade, hoje prestados, com reconhecidos prejuízos para aqueles que mais precisam tanto em termos de saúde como de meios. Aliás ele próprio nos autoriza a pensar desta forma ao afirmar que entrou uma única vez nas instalações da sua Junta de Freguesia e quando se contradiz ao afirmar que as populações são soberanas na sua decisão e escolha mas que as Assembleias Municipais são o órgão democraticamente melhor posicionado para intervir e decidirem as agregações e novas denominações dos agrupamentos de freguesias.

----- Se até aqui ainda mantinha a ideia, que os seus defensores procuraram fazer passar, de que estávamos perante um documento de partida e não de chegada, fiquei, antes, convencido que se trata de um documento hermético que acabará por ser imposto unilateralmente, sem cedências nem

contemporizações. *Hoje sobre este ponto já talvez comece a fazer uma ideia mais moderada, parece-me que não será assim por aquilo que se tem aqui afirmado, oxalá que assim seja.*

----- Membros desta Assembleia, presidentes de Junta será que somos capazes de interiorizar, uma vez por todas, que seremos corresponsáveis pelos maus resultados da aplicação de uma lei que não nos serve e muito menos serve a nossa gente e que teremos de carregar o seu odioso quando se aperceberem que nada fizemos em defesa dos seus legítimos interesses? *Esta pergunta fica, mas parece-me que estamos a trabalhar em sentido contrário, ainda bem.*.....

----- Oxalá, que esta Assembleia, apesar de tardia, faça uma reflexão séria e exaustiva sobre o tema em agenda e que seja capaz, pela força e oportunidade das conclusões a encaminhar aos órgãos de decisão, de os convencer a alterar e adaptar o documento à realidade da nossa região e outras congéneres de maneira a que todos beneficiem com a reforma administrativa e que deixe de ser gerador de dificuldades e constrangimentos.

----- Atitude semelhante já teve a nossa Câmara Municipal, que a tempo e horas, dia 29 de novembro, enviou a sua reflexão muito bem elaborada e fundamentada, ao Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, propondo que a todos os Municípios em áreas predominantemente rurais APR se considere o regime de coesão de nível 3, pontos 1 e 2, passando a ser exigido um mínimo de 300 habitantes e de 150 para as freguesias para além de um raio de 15 km da sede do Município. *Parece-me que isto está ultrapassado, e aqui também comungo com a ideia e com aquilo que afirmou o Jorge Novo, dizendo que o mínimo deviam ser 150, também apostava nesse número*

----- Já que o documento verde mais nada nos propõe para discutir, na minha opinião, senão a fusão e agregação de freguesias, deixando ao exclusivo critério do governo, o financiamento e atribuição de competências, nada mais nos resta que sermos exigentes e persuasivos no abandono do documento proposto ou na sua alteração substancial, no que se refere à matriz de critérios de agregação de freguesias.

----- Todos reconhecemos que os critérios em jogo não são corretos nem aplicáveis nos justos termos em que estão propostos para a nossa região. Não posso entender porque, se os rejeitamos, os presidentes de Junta se deixam cair no engodo do documento verde, dando logicamente o seu acordo, quando manifestam a vontade de se agregar a esta ou aquela Freguesia. *Acho que é prematura estarmos a fazê-lo neste momento.*

----- Pela parte que toca à minha freguesia, devo adiantar que mais beneficiaria manter-se nos moldes atuais, que andar metido nesta barafunda e incerteza. *Não vou dizer as razões, também as tenho aqui escritas, mas não vale a pena estar a explicar.*

----- Dentro de todo o meu pessimismo tenho esperança, que o bom senso prevaleça e a voz da razão seja ouvida.

----- Aguardaremos, pela evolução dos acontecimentos.

----- Muito obrigado.....

----- Tenho dito”.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Castro de Avelãs, José Vicente. ...

----- **José Fernandes** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Vereador, Caros deputados desta Assembleia e Colegas Presidentes de Junta.

----- O que eu venho dizer, portanto já não adianta dizer nada, que já tudo foi dito por os antigos colegas e participantes, só queria dizer aqui ao Sr. Aníbal, que faz parte da Comissão de Administração Autárquica, que não estive presente na reunião porque só recebi o convite no dia seguinte, foi o motivo porque não estive presente.

----- E quero reforçar as palavras da nossa colega Helena, a Presidenta da Junta de Freguesia de Grijó, em relação aos atestados médicos, aos estados de residência, às provas de vida, como é que vai ser assinado depois, não é? Ou as pessoas vão andar sempre atrás do Presidente de Junta para que lhe assine as provas de vida e os atestados de residência.

----- É só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia do Castro de Avelãs.

----- Tem, agora, a palavra, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rebordãos, o Sr. Adriano Rodrigues.

----- **Adriano Rodrigues** – Ora, boa tarde a todos, outra vez. Então eu vou responder aqui ao Malhão. O Malhão, há bocadinho, disse que as freguesias reuniam critérios, que estavam contentes. A minha Freguesia reúne os critérios e não estou assim tão contente com a situação. Depois também queria ainda falar sobre a Comissão. A Comissão Autárquica devia ter antes de chegarem aqui aquelas propostas de moções, devia salvaguardar e entre eles deviam ter chagado a um acordo para ninguém apresentar moções ou trazer uma já mais ou menos feita em comum e não andarmos aqui a perder tempo como foi há bocado.

----- Relativamente ao Livro Verde, eu acho que, na minha Assembleia de Freguesia nós fizemos reunião, a Junta e a Freguesia, e como a nossa freguesia reúne os critérios para ficar só, eles disseram que tinham que aguardar e que esperavam que isto tivesse uma conclusão favorável a todos as

Freguesias, visto que a nossa reunia os critérios não se renunciaram muito, mas que estavam de acordo com o que se resolvesse. Também não sinto o que sentem muitos dos meus colegas, visto que a nossa Freguesia reúne as condições, sinceramente ainda não estive do lado de lá, como se costuma dizer. Atenção que eu estou a falar em termos de Presidente da Junta de Freguesia de Rebordões e não como representante, por isso os meus colegas que não levem essa minha interpretação para comum.

----- Eu acho que alguma coisa tem que ser feita porque o que está hoje não serve para nada, embora nós digamos que sim que serve, que serve, eu acho que não. Se repararmos, as competências que nós temos em termos de freguesia são nulas totalmente. Porque eu ainda não há muito que tive lá uma situação na minha Freguesia, que tomaram um abrigo feito pela Junta, e a Junta foi para Tribunal e perdeu só por não ter a competência de zelar por esse bem. Por isso vejam bem, é um absurdo, a Junta de Freguesia hoje não tem competência nenhuma. Estamos aqui com muitas situações, lavram um caminho, por exemplo, acontece isto no meio rural diariamente, o Presidente da Junta chega lá e o tratorista diz assim – olha! Vai embora, não quero saber, vai - não temos competência nenhuma, nem de mandar, as pessoas é que ainda guardam um bocado de respeito principalmente as mais idosas, porque as mais novas não nos passam cartão nenhum, por isso acho que alguma coisa tem de ser feita, e eu acho até que os critérios que deviam ser para nível nacional e não por concelhos, porque já disse aqui mais que uma vez, noutras reuniões, que não se admite, Celas pertence ao Concelho de Vinhais ,com 150 habitantes e pode ser Freguesia. O Zoio que tenha 400 habitantes e é confinante, tem os mesmo problemas, mas porque pertence ao Concelho de Bragança não o pode ser, também não concordo.

----- Eu acho que os cento e cinquenta habitantes que é muito pouco, eu acho que vamos a ser nós os Presidentes de junta daqui a três ou quatro anos que vamos a pedir outra agregação de Freguesias, porque ninguém pense que quando fizermos a agregação de freguesias, que uma freguesia com cento e cinquenta habitantes que vai ter as mesmas competências e os mesmos poderes económicos que vai ter uma com dois ou três mil habitantes, não tenham dúvidas, isto não pode ser. Por isso penso que nós é que vamos pedir, daqui a pouco tempo, para sermos maiores, para sermos iguais àqueles, porque quando virmos que aqueles fazem isto, isto e isto, nós não temos poder económico nem competências para o fazer, eu acho que somos nós que vamos pedir para nos voltar agregar porque sem termos poder não fazemos nada, não é possível cento e cinquenta habitantes no meio rural ter o poder que tem a Vila de Izeda, que tem mil, por exemplo, mas se vier a ter dois mil ela vai ter mais competências, vai ter mais poder. Por isso vamos aguardar.....

----- Agora o Livro Verde eu acho que na página trinta e não vinte e quatro como disse o meu colega

Jorge, é que está aqui o grande problema, vai criar-se aqui umas CIMs que eu não sei o que isto é, penso que é mais uma roubalheira no País, porque deve ser para criar tachos, e o orçamento da Junta de Freguesia ou do núcleo que se vier a criar tem que ser diretamente do Governo, porque toda a gente recebe do Governo, menos as Juntas de Freguesia, recebe a Assembleia de Freguesia, recebe a CIM, recebe a Câmara, e depois a Câmara volta a dar para a Assembleia e volta a dar para a CIM, duas vezes, não sei qual é estas duas passagens de dinheiro para as CIMs, e para a Freguesia vem da Câmara uma coisa muito pequenina, inclusivamente aqui na fotografia é um simbolozinho que nem se enxerga tem que se por óculos. Por isso eu acho que devemos lutar para que o orçamento das futuras freguesias seja dado pelo poder central.

----- E é só, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rebordãos.

----- Agora tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Vítor Prada Pereira.

----- **Vítor Pereira** – Cumprimentar naturalmente o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Exma. Mesa, Srs. Deputados, Comunicação Social, Público presente, a todos muito bom dia.

----- Bom, já muito foi dito sobre esta reflexão sobre o Documento Verde, e eu queria também dar algumas achegas, umas pessoais outras que também é evidente que comprometem o Bloco do PS, começando pela famigerada Troika, que me parece importante o que está escrito na Troika, e o que está escrito na Troika são duas linhas, não sei se já leram, muito simples, e até falaram em reestruturação para atingir eficácia e eficiência dos municípios, dos municípios. Isto é importante, e é importante porque este Governo conseguiu fazer a leitura do documento da Troika e fez a leitura que lhe interessou, em vez de falar em municípios, automaticamente pensou foi em freguesias, isto porque? É evidente que nós não somos parvos, nós estamos atentos e percebemos que isto tem a ver com dividendos políticos, é evidente que ninguém se quis meter com dinossauros, é evidente que ninguém se quis meter com Presidentes de Câmara e é evidente que se agora com este documento Verde hipoteticamente poderá perder ou criar anticorpos em termos políticos, falando melhor, com os municípios perderia muito mais, e é por isso que vem com esta à pressa, de uma maneira apressada fazer esta fusão ou esta reorganização.....

----- É evidente que isto é um assunto muito sério, é um assunto muito importante e que na opinião, e eu aqui falo na opinião quer minha, quer do PS, exigia um grande consenso, uma grande reflexão, uma grande maioria, eu já nem se quer falo só dos dois terços da Assembleia da República, mas falo inclusivamente dos partidos mais pequenos, quer do PCP, quer do BE, quer dos Verdes, isso sim que era uma reforma que se pretende e que se exige, era assim que devia ser feito, mas não! Vem de uma

maneira apressada apresentar-nos e lançar-nos um conjunto de critérios, quanto a nós é quase mandando-nos areia para os nossos olhos, e agora - têm aí, tomem, comam e façam. Isto foi a primeira face deste processo famigerado, o Livro Verde.

----- A partir de determinada altura percebeu pela contestação que essencialmente os autarcas e os Srs. Presidentes de Junta e a prova provada e o momento simbólico disso foi em Portimão, quando no célebre Congresso da ANAFRE em que o próprio Ministro foi *vaiado*, coisa nunca vista, e portanto percebeu que tinha que recuar, e recuou dizendo agora aquilo que nos vem dizendo, que os critérios vão ser alterados, que já não é 500 já passa a 150 e passa a 300, os quilómetros se calhar acabam, e etc. etc. etc. que não é a mesma coisa como o dito professor Dr. que um Sr. veio aqui trazer, que já não é a mesma coisa falar do litoral e falar de interior, inclusivamente vem dizer que as verbas não podem ser as mesmas do litoral e as mesmas do interior, mais uma vez no fundo lançando algumas achas que resumidamente só nos vem prejudicar, e é isso que está a acontecer.

----- E também me parece que há aqui outra coisa que não está a ser bem discutida e interiorizada pelos Srs. Presidentes de Junta, isto não é uma reforma dos Srs. Presidentes de Junta, isto é uma reforma das freguesias, e o que me parece é que há muita gente que confunde isso, eu vi aqui o Paulo Xavier, e desculpa Paulo, eu vi aqui outro Sr. Presidente de Junta, salvo o erro o Presidente da Junta de São Pedro, interiorizarem uma reforma como se fosse esta a sua reforma, isto não é uma reforma, e o Presidente Jorge Novo veio dizer exatamente a mesma coisa, isto não é nós queremos, e as populações? Então as populações não têm nada a dizer sobre isto? Então as populações não pensam o seu território? Então as populações não sentem o que é ser de França ou ser de Rabal ou ser da Aveleda, não sentem isso? As populações não têm nada a dizer sobre isto? E portanto isto não pode ser feito desta maneira.

----- Quando o PS veio aqui propor na última AM uma moção em que se disponibilizava juntamente com qualquer Grupo Parlamentar para ir às freguesias e discutir, informar, debater com as populações este assunto, foi completamente rejeitada aqui, e foi rejeitada essencialmente até por os Srs. Presidentes de Junta, e é isso que eu não entendo e não percebemos muito bem. Agora aquilo que eu penso e que o PS também pensa deste assunto e o pensamento é conjunto, é que isto devia além do tal grande consenso que eu falei há bocado, devia começado pela lei fundamental, e assim sim, nós *entenderíamos*, isto é, uma nova lei autárquica, com competências, com verbas, com sedes de freguesias, com executivos de freguesia, com assembleias de freguesia, onde ficariam as sedes, quais eram os critérios. Tudo isto devia ter que estar definido em lei, e a partir daí sim, nós iríamos fazer a tal reorganização e a tal estruturação com o Livro Verde ou amarelo, ou azul, ou cor-de-rosa, seja o que for. Isso é que era o correto, na nossa opinião.

----- Mas isto agora tem outra casca de banana que nos estão a querer pôr aqui, que ouvi falar aqui, que é mais grave ainda, e nós se não estivermos atentos, nós elementos das Assembleias Municipais, já nem sequer falo em assembleias de freguesias, que pelos vistos não lhe vão passar cartão, esse é que é outro problema que estão a pôr aqui, esta casca de banana que nos estão a querer por, é que o Governo, como eu disse há bocado, percebeu que isto vai ter reflexos políticos, vai, isto vai sobrar para eles, e como vai sobrar para eles então toca de tirar a casca de cima do ombro e dizer assim: nós vamos fazer uma *leisita, agora*, um projeto lei imediatamente a seguir, era para ser nesta quinta-feira, para o levar a Concelho de Ministros, não o fizeram, porque algo sentiram, então vamos levá-lo ao próximo, se é que é no próximo ou para o outro a seguir, e então dizem eles: Nós definimos aqui um conjunto de critérios e agora, e agora, uns Srs., eu ia dizer aqui um palavrão, mas é melhor não o dizer porque depois fica gravado para a posteridade, e aqueles Srs. que estão lá em Bragança ou lá em Vimioso, ou em Vinhais, ou num lado qualquer, ou em Monção, ou Beja, ou em Portalegre, uns *palurdios* quaisquer que estão para ali, vão-se pronunciar sobre isto e então juntamente com o seu autarca, com o seu Alcaide do seu Concelho vão reorganizar isto, e eles próprios é que vão fazer isto, eles é que vão ter que fazer, quer dizer nós dizemos uns *critérioizitos*, e depois eles fazem, não sei se estão a ver qual é o problema em que nos querem meter. Ora, nós, eu, e eu acho que vocês também, eu não fui mandatado para fazer uma coisa destas, eu quando fui eleito acerca de dois anos e meio não fui mandatado para me pronunciar sobre uma coisa destas para dizer que Alfaião se iria agregar com São Pedro, ou que Izeda que iria apanhar os de Macedo do Mato, que pelos vistos não estão para aí virados, pelos vistos não querem nada disso, quer dizer, e agora vou eu a pronunciar-me sobre isto e a votar favoravelmente ou a abster-me, ou dizer isto ou a dizer aquilo, mas quem sou eu para isso. Portanto este é um problema, é um problema que vai surgir e portanto nós Assembleias Municipais, aliás eu faço parte da Comissão Autárquica e interroguei o Sr. Presidente da Câmara de Bragança sobre isto, também não está de acordo e também acha que não deve ser feito assim, que nos disse, à Comissão Autárquica, porque também já percebeu o problema que vem aí, já percebeu. E portanto nós temos é que nos deixar de partidarices, neste caso, e de pensar, às vezes, no nosso umbigo e temos que pôr o interesse geral, do Concelho e das Freguesias, para, no fundo, não sermos culpados daqui à manhã, na minha opinião, que vamos ser, que vamos ser, se o processo passar para a AM e juntamente com o Executivo, vamos ser, vamos ser culpados e vai sobrar para nós a responsabilidade política e não só, da decisão, que eventualmente, se aceitarmos isso, viermos a ter aqui, e era para isso que eu queria alertar porque também acho que nesse documento que nós vamos fazer, penso eu, o mais consensual possível, também acho que deve vir um pontozinho a dizer exatamente isto - esta AM não quer de maneira

nenhuma aceitar a responsabilidade de ser ela a espartilhar o seu Concelho – claro, evidentemente com outra redação, com outro Português, não vamos por lá o espartilhar, porque senão o Sr. Ministro Relvas, se calhar, ficaria muito chateado com isto. E portanto era isto que eu para já, neste momento, tenho a dizer.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Espinhosela.

----- -

----- Defesa da honra? Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Sé, eu confesso que não ouvi nada. Mas eu posso dar depois a palavra para uma intervenção, porque confesso que em termos de defesa da honra não me parece, foi apenas uma intervenção política que não o ofendeu em nada, apenas manifestou a sua própria opinião em contradição com a sua, lamento, mas tem tempo para fazer uma intervenção se entender. Tem a palavra agora o Sr. Presidente de Junta de Espinhosela o Sr. Telmo afonso.

----- **Telmo Afonso** – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Vice-Presidente, Srs. Vereadores, caros Deputados, Caros Colegas Presidentes da Junta, Público em geral e Comunicação Social.

----- Eu trago aqui escrita a posição da Junta de Freguesia de Espinhosela, mas antes de começar a manifesta-la vou a lê-la, pelo que ouvi dizer ao Vítor, pelos vistos ninguém quer a batata quente. Por um lado queremos que o Governo decida, como decidiu do Livro Verde, todos sabemos que está mal elaborado e que por isso mesmo é que há discussão pública e por isso é que se está a melhorar em termos de critérios, e que também o contributo, mesmo negativista, do PS é positivo, e por outro lado é quando não nos dão alguma coisa para decidir ou dar esse poder à AM, a este órgão para decidir em termos de elaboração dos agrupamentos de freguesia não o queremos, porque não estamos mandatados para ele, alguma coisa temos que decidir e a nossa posição tem que ficar bem definida ou então dizemos assim - não queremos nós tomar posição, o Governo que decida - e os outros concordamos, e na proposta de Governo durante a Campanha Eleitoral do PS fazia parte, segundo quanto sei, o agrupamento de freguesias, ou portanto a reforma da Administração Local, ou extinção mesmo de Freguesias. E o que se passa aqui, neste momento, e o que nos é proposto, segundo o que sei vai ser em termos de proposta de lei, nem é extinção, quem fez a extinção, começou a Câmara Municipal de Lisboa e que foram os Presidentes da Junta que concordaram na fusão das freguesias ,daquilo que foi feito lá, e acho que nós em termos da AM nos podemos vir a manifestar se queremos

fusão ou se queremos agrupamento. Também devo dizer que em termos de Freguesia de Espinhosela embora não esteja aqui escrito, o Executivo opta pelo agrupamento, em termos de Assembleia de Freguesia quando levámos este ponto à Assembleia de Freguesia, a Assembleia de Freguesia achou, por unanimidade, optar pelo agrupamento, além de também concordar com esta tomada de posição da Junta de Freguesia. Portanto eu penso que é bom entendermo-nos e dizer aquilo que queremos e só criticarmos e não pormos os pontos nos “is”

----- Em relação ao Aníbal também venho aqui a ler esta tomada de posição da Junta de Freguesia porque nós enviamos para aqui para a AM esta tomada de posição e não foi lido por ti. É verdade que a carta para a convocatória da reunião recebi-a no dia a seguir, aconteceu o mesmo com o José Vicente, e portanto não podia estar presente quando não sabia da reunião marcada para sermos ouvidos. Como não foi lida que tinhas enviado esta tomada de posição de forma escrita, venho lê-la aqui perante a AM.

----- “Portanto em período de discussão pública, a Junta de Freguesia de Espinhosela vem, expor a sua tomada de posição relativa à Reforma da Administração Local, concretamente no diz respeito às Freguesias do meio rural, onde se encontra inserida, já foi aqui explano a posição em relação às Freguesias do meio urbano, nós estamos a explana-la em relação às freguesias do meio rural.

----- 1- As Freguesias do meio Rural, no interior do País, encontram-se despovoadas e com uma população cada mais idosa, portanto com mais dificuldades de mobilização e de mobilidade.

----- 2 – Os agrupamentos vão acentuar ainda mais o empobrecimento das pessoas, que têm rendimentos económicos e financeiros cada vez mais baixos, as despesas de deslocação à sede de Freguesia vão ser maiores, a distância também será maior. Portanto as Freguesias do meio Rural não têm rede de transportes públicos, as pessoas vão assim ter que recorrer mais vezes ao serviço de táxis, *o que vão ter que despender portanto mais meios financeiros.*

----- 3 – Algumas das freguesias a agrupar já integram várias aldeias. Exemplo disso é a da Freguesia de Espinhosela, que já contempla quatro aldeias, o que faz com que a deslocação do executivo às anexas, seja praticamente diário. Com mais aldeias anexas, mais quilómetros o executivo tem que percorrer, *e que nós saibamos, não estou a pedir isso para as Juntas de Freguesia, as Juntas de Freguesia não têm direito a automóvel para se poder deslocar às anexas, e também não tem que ter, só aceita ser candidato a Junta de Freguesia quem quer.*

----- 4 – Os critérios do Documento Verde da Reforma da Administração Local estabelecem que o agrupamento com outras freguesias venha praticamente a fazer triplicar o número de aldeias por agrupamento. O caso da Freguesia de Espinhosela terá que fazer agrupamento com outras Freguesias, como por exemplo Carragosa ou Parâmio, o Parâmio tem que ser mesmo agrupado com Espinhosela ou

Gondesende, em alternativa a Carragosa, para termos o mínimo de 500 habitantes, segundo os critérios portanto do Livro Verde, que é exemplo disso mesmo.

----- 5 – As competências e o modo de financiamento não estão definidos. O financiamento dos futuros agrupamentos não pode colocar de parte o número de anexas. Cada anexa representa despesas ordinárias de manutenção das infraestruturas existentes, assim como investimento a realizar em cada uma delas. *Portanto se o financiamento, até agora, nas Juntas de Freguesia é feito em função da área e em função do número de leitores, o número de anexas, posteriormente, não pode ser colocado de lado para o financiamento destas Juntas de Freguesia.*

----- 6 – Se a reforma é do território e de gestão, levantam-se-nos algumas dúvidas no que diz respeito à gestão dos baldios e à gestão das zonas de caça, *são áreas geográficas portanto que estão inseridas na Freguesia, perguntamos nós o que irá ser futuramente, ou quem irá administrar futuramente estas zonas porque são do território e são de gestão.*

----- 7 – No que respeita à escolha de cabeça do Agrupamento, somos a pensar que há critérios que devem ser prioritários na respetiva escolha, como: maior área, mais habitantes, mais eleitores, onde já existe edifício de sede de Junta de Freguesia e ainda outras regalias sociais como Escolas do 1.º Ciclo, etc. etc., ou outros serviços de apoio social.

----- No ponto 8, *e isto foi uma tomada de posição, repito, da Junta de Freguesia de Espinhosela.* Sugerimos à Câmara Municipal de Bragança que crie uma Comissão capaz de fazer um estudo sério para elaborar o agrupamento de Freguesias, sem se limitar aos níveis apresentados no Documento Verde, porque, muitos deles, encontram-se desfasados da realidade do nosso meio rural, *como já foi discutido aqui durante toda a manhã.*

----- Perante o exposto, a Reforma deve ser esclarecedora e não deixar dúvidas na sua aplicação, com o objetivo de não provocar conflitos e constrangimentos entre as populações, principalmente as do meio Rural.”

----- Portanto, sabemos que, em relação à proposta de lei, vem a dar poderes nesta área da elaboração das Comissões, que pode ser da AM, mas nós mantemos a nossa posição enquanto não estiver a proposta de lei apresentada, portanto não temos nada a retirar da tomada de posição da Junta de Freguesia.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Espinhosela.....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado José Brinquete, da CDU.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, eu pedi a palavra, novamente, para acrescentar só mais

duas ou três questões que considero da maior importância. Mas antes, como ponto prévio, queria dizer que das intervenções feitas até agora, gostei particularmente da intervenção da Sra. Presidente da Junta de Grijó e do Sr. Presidente da Junta São Pedro, sobretudo porque foram intervenções muito ligadas aos problemas que se vão colocar à sua realidade própria.

----- Mas o que eu ainda aqui gostava de vir a dizer é o seguinte. Àqueles que dizem que o modelo do poder local democrático está esgotado, coloca-se um desafio que é dizer onde é que está esgotado, onde é que falhou e que propostas é que têm. E o que se contesta é que as propostas do Livro Verde e o Livro Verde não se pode vir agora aqui dizer que já não vale nada; vale muito, porque a lei não vai ser muito diferente, pode ter ali pequenos acertos, mas não vai ser muito diferente do Livro Verde, o Livro verde não é para melhorar um sistema democrático do poder local, em todos os aspetos nos 4 ou 5 pilares em que mexe, e eu lembro, na autonomia que retira ao poder local, as Câmaras deixam de ter mais dinheiro, deixam de poder decidir do pessoal, deixam de poder decidir de uma série de gastos como já está este ano no Orçamento de Estado. Depois acabar com: a eleição dos Executivos Municipais, isto não é de menor importância; expulsar os Presidentes de Junta das Assembleias Municipais, isto não é de menor importância; não fazer regionalização, isto não é de menor importância; criar a fiscalidade municipal, que é dizer que deixa de vir dinheiro do Orçamento do Estado e passam a criar-se coimas e taxas e impostos municipais, isto não é de menor importância, e é isto que estamos a tratar, bem, mas também é preciso dizer que o modelo que dizem que está esgotado tem tido evoluções que algumas não tem sido boas, ou seja, o poder local tem 36 anos, mas sabemos que a lei das atribuições e competências já vai na terceira versão, esta última que é a 169, com os acrescentos da 5-A, é a terceira lei, não é? A primeira foi a de 76, depois saiu a de 84, e sobre isso até nem sequer se melhorou, podia-se dizer assim - os acordos que o PS e o PSD fizeram na alteração para a 100/ 84 e para a 169 com a 5-A melhoraram - mas não! O que é que fizeram? *Presidencializaram* os municípios, o Presidente da Câmara ficou com poderes excessivos que até em relação aos seus Vereadores faz deles o que quer, atribui-lhe as competências quando quer, atribui-lhe as competências delegadas para pagamento, quando quer, etc.

----- Fizeram mal, não melhoraram, retiraram poderes às Assembleias Municipais, já com a 100/84 e agora com 169. As Assembleias Municipais deixaram de poder fazer propostas para o Plano de Atividades e Orçamento, deixaram também de fazer propostas de melhoria para as taxas, coimas e impostos e todas as outras que estão na lei, que não vou aqui referir, e portanto houve uma evolução que nem foi muito boa, e agora querem fazer uma evolução ainda pior, e há outras propostas para melhorar, aliás quando o debate se fizer na Assembleia da República, pela parte da força política que eu

represento, tenho a certeza que vamos fazer propostas e algumas até rerepresentá-las.....

----- Dou um exemplo. O PCP já apresentou na Assembleia da República, por dias vezes, um projeto de lei de Associações de Freguesias, isso é que era verdadeiras junções, ou verdadeiras aglutinações, como aqui vocês dizem, porque não querem assumir a palavra de extinção, porque extinção significa não fazer eleições naquela freguesia onde se fazia até aí, e o nosso projeto de lei foi rejeitado pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, e aí resolvia-se o problema que aqui estamos a trata.....

----- E até me podem dizer - mas as juntas de freguesia podem-se associar - não é disso que estou a falar, ainda há pouco tempo um grupo de Presidentes de Junta criou a Associação das Juntas de Freguesias do Alto Sabor, eu vi lá nas fotografias o Presidente da Junta de Paradinha, ali o Domingos, vi também o de Argoselo, o de Coelhooso, etc. Portanto todos somos livres de criar Associações, vamos ao Notário e criamos Associações, mas não é nestas condições que interessa, interessa é nas condições de que se determinadas freguesias se associarem para determinados fins, para determinados serviços em conjunto, no seu território, têm verbas, têm competências e têm meios.

----- E alguém pensa que é o que vão fazer agora? Nada disso! Porque há aqui uma coisa que nos une, a mim, ao Paulo Xavier e ao Jorge Novo, é na questão do reforço dos meios e competências das Juntas de Freguesia, mas pode haver outras coisas que nos separam, e eu percebo, mas não é a moção que nos separa, vamos ver o que é que ali nos separa. Separa-nos o seguinte, o Jorge e o Paulo Xavier são capazes de estar de acordo com o que o Presidente da Câmara disse à Comissão, que não deve de haver Juntas de Freguesia nas Cidades, eu não estou de acordo, mas vocês podem estar de acordo com esta opinião do Sr. Presidente da Câmara, não é?

----- Bem, aliás eu não estou de acordo que se extingam freguesias, e até pode estar de acordo que há um conjunto de freguesias que hoje precisavam de se junta, o Presidente da Junta de Pombares é o exemplo disso, ele representa quarenta e oito cidadãos, que têm tanta dignidade como nós, e que devem ter, talvez até nem tenham, mas deviam ter, e que têm vontade de ter ali outras soluções e ter outros meios, o pior é abrir a “caixa de Pandora”, o pior é que à pala de dizerem que querem fazer arrumações e melhorar, vão destruir isto tudo, vão destruir isto tudo.

----- Os meus amigos vejam o que está no Orçamento de Estado, aliás vejam que não é por acaso que ontem era para ir para o Conselho de Ministros o projeto de lei, até sem acabar o debate, mas o que é que saiu ontem para a opinião pública para envenenar a opinião de toda a gente? É de que as câmaras municipais estão na falência, para atacar o poder local, nem sequer atacam as juntas porque pensam que as juntas não têm capacidade de resistência, mas têm, as juntas também têm capacidade de resistência.

----- E o que é que acontece? Eu na AM de dezembro, remeti-me a ler trechos do Orçamento de Estado e vocês estavam aqui, ouviram, e está na ata, das verbas que vão tirar ao poder local já neste ano ainda, antes até desta reforma. E portanto é preciso ter ideia de que o Livro Verde já fez o seu trabalho. Olha! Como no Acordo de Concertação Social, aquela meia hora a mais das oito horas, que depois retiraram, foi um coelho a correr para disfarçar porque depois estava lá tudo de mau, e depois disseram - tiramos a meia hora - parece que o horário não vai aumentar, o horário vai aumentar, porque acabam com feriados, acabam com pontes, etc., o horário de trabalho vai aumentar.

----- Agora meteram aqui também uns coelhos a correr que é a ideia dos 15Km ou a ideia dos 150, mas globalmente a reforma é um desastre autêntico, a reforma é um desastre autêntico, se nós considerarmos que o poder local democrático implica que haja órgãos com autonomia, aliás a Constituição é isso que remete, e por isso, eu, para não levar mais tempo, gostava só de colocar aqui uma questão que é a seguinte.

----- Nesta fase em que está quase à porta o surgimento de um projeto de lei que ainda muita água vai passar debaixo das pontes, é preciso ver se o PS chega mesmo a acordo com o PSD ou não, não é por acaso que o Miguel Relvas anda a empatar, porque precisa do apoio do PS, mas depois também a Assembleia da República vai discutir e nós próprios também vamos ver o que é que está agora ali, já não é só o Livro Verde que é uma base de trabalho, é uma lei, e depois eu tenho esperanças, sinceramente, de ver muitos de vocês a terem que alterar o que disseram aqui em relação às boas intenções que tinham em relação ao Livro Verde.

----- Mas concretamente em relação à moção, porque eu não estou de acordo que a Comissão Autárquica tenha que elaborar nenhuma moção, a Comissão Autárquica como as outras Comissões que se criaram, têm dentro do Regimento da AM também parâmetros para atuar e nunca se pode sobrepor ao órgão supremo e deliberativo que é a AM, e a AM é que tem que encontrar as soluções e até agora há aqui duas soluções que nem sequer são contraditórias, são complementares, porque a moção do Sr. Eduardo Malhão visa expressamente só uma vertente, o Livro Verde, e todo o debate que estamos a ter e a reforma em geral é muito mais basta, e aquela que eu apresentei, que eu penso que não tem ideologia nenhuma, que não tem nem marca do PCP, a questão que eu queria colocar ao Jorge Novo e ao Paulo Xavier é o seguinte. É se não estão de acordo que não sejam reduzidas atribuições e competências que estão aqui mesmo, que vocês deviam defender, logo no ponto, à revelia das condições da autonomia previstas na Constituição da República Portuguesa. Precisava de saber se acham que se pode violar a Constituição da República Portuguesa?

----- Depois em relação às freguesias, o que aqui está escrito é a importância que as freguesias têm

tido e a sua indispensabilidade para o progresso local. E depois é má afirmação de que a extinção das Freguesias em quase nada contribuirá para a despesa pública. Bem, e isto todos, provavelmente, partilhamos, que é, aqui não é nenhuma exigência, é constatar, as Juntas de Freguesia recebem 0,16% do Orçamento de Estado

----- **José Brinquete** - Como? 0.03%, diz o Eduardo Malhão. E então é a afirmação que não é por aqui que vamos resolver os problemas económicos do País, que não nos venham iludir, não é?

----- E, por último, se votarmos esta moção é considerar a importância da regionalização. Consideramos ou não consideramos a importância da regionalização? Eu, por a minha parte, considero que a Constituição da República Portuguesa é a nossa Carta Magna, a Carta Suprema, até temos um Tribunal Constitucional e pagamos-lhe fortunas àqueles juizes todos que lá estão, para zelarem pelo cumprimento da Constituição, eles vão lá todos os dias para zelar pelo cumprimento da Constituição, a Constituição diz que é um imperativo constitucional fazermos a regionalização, nós achamos que isso é importante ou não? Pela minha parte considero que para a planificação estratégica de um território superior a uma Freguesia e a um Concelho a regionalização é a solução.

----- Tenho dito, obrigado, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Temos mais uma intervenção, do Sr. Deputado do PSD, Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Obrigado, Sr. Presidente. Bem, o que nós estamos aqui discutir, hoje, de facto, é o Livro Verde e este é um documento que serve de base a uma discussão, a uma discussão nacional, todos nós, a titulo individual ou aqui como estamos a pretender fazer em Assembleia, podemos dar contributos, contributos para o seu enriquecimento e que venham no sentido de sofrer algumas alterações positivas, sendo que no decurso deste período que está em discussão, já sofreram algumas alterações, mesmo na mente de quem criou este documento, por isso foram apresentadas já algumas propostas, que depois foram apresentadas aqui também há bocadinho pelo Vítor, como se alguma coisa tem a ver com uma *partidarice*, e penso que não, tem a ver com a evolução de pensamento, todos nós podemos apresentar evoluções de pensamento, isso tem sido feito, até porque assim a discussão torna-se mais rica, dizendo-nos - nós já evoluímos neste capítulo e portanto a vossa reflexão se a querem fazer até ao final de janeiro tem que ter por base também esta evolução.

----- A verdade é que nós, o PSD, pelo menos, achamos que devemos praticar uma boa democracia e não aquela ideia que foi apresentada aqui pelo Vítor que devia vir tudo decidido, já devia vir tudo decidido, aplicava-se a lei e pronto. Portanto nós parece que às vezes não estamos numa democracia, e

se aplicamos regras democráticas de discussão é-se penalizado, se por ventura fosse já uma lei feita, quer pelo Governo, quer pela Assembleia, então seria uma ditadura, portanto há que também começarmos a ter aqui algum equilíbrio, porque, de facto, esta ideia do comer e calar também não me parece muito boa.

----- A batata quente para a Assembleia e para a Autarquia pois, se calhar, é uma batata quente, mas então deixamos que sejam os outros a decidir por nós ou dão-nos essa oportunidade de sermos nós próprios a gerir como é que queremos estar organizados dentro do nosso território, acho que é preferível sermos nós a ter que descascar essa batata quente do que ser imposta, eu pelo menos penso assim e acho que o PSD pensa assim. Fazemos alguma coisa ou não? Agimos ou limitamo-nos a reagir? Parece que temos que começar a agir. A situação não está bem, já vários Presidentes de Junta vieram aqui a dizer que a situação não está bem e por isso temos que fazer alguma coisa para modificar esta situação. Não fazer nada, como parece a proposta da CDU, também não me parece muito lógico, quer dizer, pare-se para pensar, parece que estamos a empurrar para frente, está a dizer o Brinquete que não, mas é um bocadinho esta a ideia que dá.

----- Esta divisão deve ser, de facto, das populações e aí concordo com o Vítor, mas também não vi o PS, que é o principal responsável do documento que serve de base a esta proposta, que é o Memorando de Entendimento com a Troika, não vi o PS apresentar uma alternativa do género um referendo local, podia ser uma hipótese, vamos referendar a população, a população que decida por si.

----- E termino perguntando aos Srs Deputados do PS se se identificam com o que foi dito pelo Deputado Vítor Prada Pereira, que é uma posição, a meu ver, pouco democrática, é algo até mesmo radical, apresentavam uma situação e nós tínhamos que engolir e mais nada, e confesso que não me parece, tendo em conta o teor das declarações anteriores, quer do Luís Pires, quer do Bruno Veloso.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Eu pensava que esta era a última intervenção, mas não é, porque imagino que os Srs. Deputados já estão com apetite para o almoço e nós vamos ter que suspender os trabalhos para continuar da parte de tarde, espero, já para votar uma moção, mas ainda temos tempo. E vejo que ainda há mais dois deputados interessados em participar, que é o Sr. Deputado Ortega e o Deputado Bruno Veloso. A Câmara Municipal também tem tempo, o Eng. Rui Caseiro, Sr. Vice Presidente da Câmara, também tem interesse em expressar a opinião da Câmara. Esqueci-me que existe também uma inscrição do Sr. Presidente da Junta da Paradinha Nova.

----- Há tempo e a Mesa tem quatro horas para gerir durante o período da manhã, essas quatro

horas não estão esgotadas, temos que dar tempo aos Srs. Deputados e aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, não está esgotado o tempo, temos ainda tempo suficiente.....

----- Portanto, apelando ao vosso sentido de síntese, dou a palavra ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Paradinha Nova, depois ao Deputado Ortega e a seguir ao Sr. Deputado Bruno Veloso. Depois iremos interromper os trabalhos.....

----- Como sabem, vou depois apelar aos líderes dos Grupos Municipais, que se encontrem no sentido de elaborar uma proposta que depois quando se iniciarem os trabalhos da Assembleia, na parte de tarde, por volta das duas e meia, penso eu, estaremos em condições de receber um documento para votar, um documento que seja consensual.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Paradinha Nova.

----- **Domingos Seca** – Exma. Mesa, Sr. Vereador, Srs. Deputados, Caros Presidentes de Junta.

----- Numa abordagem aos habitantes da minha terra ninguém concorda que a Freguesia seja extinta, é uma Freguesia que fica a 35Km de Bragança, ou da sede do Concelho, e que leva tanto tempo como a andar cem, leva mais tempo do que chegar daqui a Mirandela, e só isso justifica que aquelas pessoas precisam de quem as ajudem e precisam de ter lá alguém com algum saber e com alguma capacidade capaz de auxiliar aquelas pessoas que a idade delas já é bastante avançada.....

----- E falando na junção das freguesias ou nos agrupamentos de freguesias, eu não me oporia desde o momento que entendesse que um agrupamento de freguesias me vinha trazer vantagens, o que me parece é que aqui já começa haver o egoísmo daqueles que pretendem ter a chamada sede do agrupamento de Freguesias, e isso é o que talvez me aflige mais, é ter que fazer parte de um agrupamento sem fazer parte do agrupamento, porque falou-se aqui que a lei permitia ter um representante de cada freguesia agrupada, eu não me parece que isso venha a acontecer porque depois quem manda ali são as listas concorrentes de qualquer partido que vá a eleições nas autarquias locais e não o representante de cada freguesia, porque talvez não seja possível que cada partido que concorre a essas eleições arranje um candidato naquela freguesia para ter o consenso de ser o representante daquela freguesia, não me parece muito viável.

----- Desde que esses agrupamentos respeitassem as outras pequenas freguesias, que são as pequenas freguesias que vão ter que ir para o agrupamento, eu não me opunha nem vinha por aí o mal ao mundo, mas vejo e por aquilo que me apercebo há gente já a bater-se - nós é que mandamos, nós é que seremos os bons - e eu nunca vou concordar com a extinção da minha Freguesia, as Juntas de Freguesia passam e as populações ficam e eu, por a parte que me toca, não estou muito interessado porque não serei mais Presidente de Junta de Freguesia, não estou aqui a defender a minha capela, já

não posso por lei, mas também por vontade própria não seria mais Presidente da Junta. O que eu tenho a pedir a estes agrupamentos é que se agrupem e que o agrupamento que seja uno e que não haja essa discriminação, porque o Documento Verde por o que ouvi hoje, aqui, cada vez tenho mais confusão com ele, cada pessoa defende de sua maneira e este Documento Verde, para mim, só veio trazer a discussão do assunto, do resto não me veio trazer mais luz nenhuma.

----- Esses 35Km sabem quanto tempo demora? Trinta e cinco minutos, ir e vir ao Concelho de Bragança leva setenta minutos, para quem quiser andar com segurança, ou anda por um carreiro que é o caminho do Vale Verde, ou anda por as curvas do Penacal que é aquilo que se sabe.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito Obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Sr. Deputado Ortega, tem a palavra.

----- **João Ortega** - Ora, eu cumprimento a todos, não vou dirigir-me pessoalmente a ninguém, para sermos rápidos, eu vinha aqui, primeiro para responder ao desafio que o Rui nos lançou, acho que não podia ser de outra maneira, mas também porque tenho mais alguma coisa a dizer.

----- Se concordo com o Vítor, tal como a bancada deste lado o interpretou, não posso concordar, agora concordo plenamente com aquilo que ele afirmou quando nos fazem regras, nos fazem um facto à medida e depois nos vêm dizer - agora apliquem-no - porque será, quem o aplica que ficará com o ónus, foi isso que foi aqui dito, foi isso que aqui foi dito e como tal se nos fabricam o fato à medida e a seguir me dizem - agora o responsável pelo vestir desse fato para ti e para a tua população és tu, não! Não estou de acordo com o fato à medida. Primeiro porque não entendo a urgência deste debate, esta Assembleia aprovou, o ano passado, o PDM de Bragança, este debate faz sentido dentro da discussão do Plano Diretor Municipal, não me parece que o debate tenha que ser simultâneo com todo o País, não me parece que as regras, nesse fato à medida, tenham que ser iguais para todo o País, para isso era preciso que o País fosse igual, porque os 15Km efetivamente são muito diferentes aqui na nossa região e dentro da nossa própria região para 15Km de Autoestrada, 15Km de Autoestrada são sete minutos dentro dos limites legais que é para não dizer fora dos limites legais. Porque eu considero que a democracia, sinceramente, tem um problema que nunca consegui resolver, é que se tem em atenção o número de habitantes, e efetivamente não poderia ser de outra maneira, nunca teve atenção o território onde esses habitantes vivem, e esse território condiciona de forma definitiva a forma como vivemos. Portanto não me parece que a regra possa ser a mesma para o Alentejo ou para Trás-os-Montes. E seria dentro de uma discussão do Plano Diretor Municipal entendido esse como o elemento que rege e deveria estabelecer os objetivos que o Concelho quer atingir, porque nesta discussão eu

também ainda nunca vi, quer dizer, por um lado o que dizia o Brinquete, o que é que estas regras em que é que não funcionam? Mas, por outro lado, que objetivos é que queremos ter?.....

----- Nestes trinta anos de democracia em que começámos por falar de descentralização aquilo a que temos assistido, e parece-me que esta é outra ocasião em que isso vai acontecer, o que tem acontecido, de facto, é que as decisões são cada vez mais centralizadas. E, se as Juntas de Freguesia eram o limite onde o poder devia chegar às populações, parece-me, do debate e da reflexão que tenho feito, que estamos a fazer as coisas ao contrário, estamos a pôr a decisão cada vez mais longe das pessoas e como tal a não servir a população. Será mais fácil de gerir, mas as pessoas não são apenas números, as pessoas não são números nem são dinheiro.

----- Se queremos fazer planeamento sério, uma proposta que eu já fiz, é que competia à Câmara, como Concelho, competia ter uma equipa capaz de planear, este sistema deveria estar permanentemente em aberto, uma extinção ou agrupamento ou aquilo que queiram pode não fazer hoje sentido e fazer sentido daqui a seis meses, mas se queremos planear e os PDMs têm uma validade de cinco anos, que não é nada de extraordinário, se queremos planear, o nosso PDM devia ter planeado isto antes, neste momento deveríamos estar a trabalhar numa revisão desse PDM, mas para daqui a quatro anos apresentar essas propostas, e não agora porque alguém se lembrou, e de repente parece que toda a gente fica de acordo, seja preciso alterar o número de freguesias, seja preciso alterar a forma como as coisas funcionam. Se queremos planear arranje-se o método para fazer esse planeamento, que não será, certamente, com a contratação de equipas que nada tem ver com o Concelho e com a Região, estabeleça-se o método de planeamento e depois aplique-se, se a Assembleia o aprovar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Deputado do PS, o Sr. Deputado Luís Pires, o Bruno Veloso não está presente.

----- **Luís Pires** – Boa tarde a todos, venho aqui por dois ou três motivos, um deles é que houve um reto também do Rui, que está lá em cima a acenar que era para eu ver, e de facto, Rui, há uma coisa que é preciso ter em atenção, é que às vezes as pessoas vêm aqui dizer terminadas coisas e depois não se pode vir cá dizer que a interpretação é uma ou é outra, não, o que o Vítor disse não foi aquilo que tu entendeste, eu sei que tu tens noção que nós vivemos num estado democrático, e um estado democrático rege-se por leis, aquilo que o Vítor aqui propôs foi que se fizesse uma lei. Qualquer empresa e pessoas que estão habituadas a trabalhar com empresas sabem que normalmente o que se faz é uma coisa no início do ano que é um Plano Diretor, um Plano Diretor é um plano agregado de

intenções que vai permitir, depois, a níveis mais detalhados fazer-se um agrupamento e definir estratégias para conseguir convergir com esse plano estratégico.....

----- Eu acho que, neste momento, nós estamos aqui a nível do País a perder uma oportunidade, permitam só que faça aqui uma pequena reflexão, um bocadinho à parte, deste assunto só para vos chamar a atenção para o seguinte. Se calhar o momento para nós fazermos a Reorganização Administrativa seria uma oportunidade para nós invertermos o estado do País. Nós estamos a partir da premissa que existe um conjunto de população em determinadas freguesias e como tal vamos ter que as agrupar porque elas são tão reduzidas que não têm dimensão, não têm escala e como tal é mau viverem assim e vamos agrupa-las para serem maiores, se calhar seria a oportunidade para nós invertermos e fazer condições nessas freguesias para que elas ganhassem população, mas isto era preciso muita coragem, nós sabemos que não é fácil, mas apenas vos vou chamar a atenção que o delineamento estratégico, muitas vezes, é aquilo que faz inverter o rumo de um povo, de uma nação, mas é preciso muita coragem.

----- Apenas relembrar-vos também mais duas ou três coisas. Eu estive com atenção a ler o documento da Troika, o documento da Troika tem trinta e quatro páginas, dessas trinta e quatro páginas apenas um parágrafo de quatro linhas é dedicado a este tema, e nesse paragrafo de quatro linhas aquilo que se refere é que se solicita ao Estado Português que faça uma reorganização de autarquias e de uma outra coisa que eles chamam, traduzido à letra, paróquias, porque eles não percebem muito bem o que são as freguesias, portanto engloba as duas e não dá ênfase em nenhuma delas, e o intuito de esta reorganização assenta em três vetores. Um deles é melhorar a funcionalidade entre cada uma dessas orgânicas. A segunda é reduzir custos. E há uma outra que é melhorar o serviço público. Eu acho que há uma grande concentração neste debate a nível nacional, não só aqui, na questão de reduzir custos.....

----- Há uns estudos, o Paulo já viu um que foi feito pela Universidade do Minho em parceria com o Instituto Politécnico de Bragança, que demonstra claramente que não há praticamente redução de custos. E se depois definirmos novos valores até pode haver uma coisa que é a inversão, pode haver aumento de custos.

----- Portanto se o objetivo, e nós estamos a fazer isto no âmbito da Troika que diz que estamos a gastar muito dinheiro e temos que reduzir, então, meus amigos, o pressuposto de reduzir custos está fora de questão. Então se está fora de questão e se queremos fazer algo estratégico para o futuro aquilo que eu vos pergunto é o seguinte. Se o País nos disse há uns tempos atrás, através de um referendo, que, se calhar, não há maturidade suficiente, ainda, não estamos ainda preparados para fazer uma coisa

que é a regionalização, porque é que nos vamos agora rapidamente, em cima do joelho, porque a Troika disse - tem que se fazer isto para reduzir custos, fazer esta reorganização - e é por isso que o PS tem uma posição muito bem definida.

----- Se eventualmente as populações estiverem de acordo e quiserem organizar-se muito bem, se elas querem porque é que nós vamos estar contra, se elas acham que é melhor, muito bem, agora têm que estar de acordo, se não estiverem de acordo pare-se, não se faz, não se faz porque não vamos estragar, portanto o importante aqui é fazermos isto e tornar isto uma oportunidade, e não esfrangalhar o País porque era esse o receio que havia com a regionalização, que era - vamos esfrangalhar a unidade que o País tem, Portugal não tem problemas de índole religiosa, não tem outro tipo problemas de sectarismo a nível de etnias, etc., e, a regionalização, havia esse medo, portanto não vamos fazer isso a uma escala mais pequena, não vamos pôr aqui uns contra os outros, não! Se houver consenso faça-se, se não houver não se faz, agora não interpretem as palavras do Vítor como dizer - lá em baixo resolvam – não! Nós sabemos resolver os nossos problemas, agora deem-nos tempo para pensar.

----- E era isso que eu falava, de manhã, ao Eduardo Malhão, que é necessário pensar muito bem, não vamos atirar aqui para cima da Mesa como fizeram as pessoas do Livro Verde, eles atiraram aquilo de uma forma leviana, atiraram com aquilo para cima da Mesa de uma forma leviana e quando viram o burburinho que estava a surgir é que se deram conta que aquilo estava mal feito, e agora estão a tentar corrigir outra vez em cima do joelho, isto não é bom conselheiro. Portanto aquilo que eu acho que nós temos que fazer é não nos precipitarmos, se for possível fazermos isto com calma, se houver algum conjunto de populações que queiram fazer, que tenham isso planeado, que haja um consenso muito alargado, mas muito largado, para que tal aconteça, muito bem, se não houver não vamos fazer asneiras, vamos manter a unidade das nossas regiões, porque reorganizar agora acho que não vai trazer nenhuma vantagem. Porque é essa a questão, nós temos um Livro Verde que diz – reorganizem - mas quais são os benefícios a nível da eficácia, do serviço público, digam-nos quais são, mostrem. Ok! São estes. Então muito bem, é que se não os mostrarmos estamos aqui a fazer política vã, isso não nos leva a lado nenhum, o País não pode ir por esse caminho.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, estamos praticamente em cima da hora de ter que terminar os trabalhos do período da manhã, ainda temos aqui alguns minutos para o Sr. Vice Presidente da Câmara fazer uma intervenção que considero como final e depois do período de almoço fazermos a votação de uma moção que irá

aparecer aqui na Mesa.

----- Tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

----- **Vice-Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde para todos, cumprimento o Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sras. Presidentes, Srs. Presidentes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Caro Colega.

----- Devo, de uma forma muito rápida, dar conhecimento daquilo que foi feito pela Câmara Municipal, também sobre este processo, e atendendo à sua importância, e dar nota que já em devido tempo e dentro da fase de discussão pública e tendo por base o Documento Verde da Reforma da Administração Local, o Município tomou uma posição, refletiu sobre o assunto e partindo do princípio base da concordância da Reforma, transmitiu aquilo que são as propostas, as nossas propostas, ao Sr. Ministro. Deu conta também desse documento à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à ANAFRE, também à AM e aos Senhores Presidentes de Junta.....

----- Pelos menos, três notas fundamentais que devo referir e que se extraem desse documento.....

----- Primeiro a preocupação que deve ser tida pelo Governo tendo em conta que a coesão territorial é fundamental neste processo.

----- Outra proposta que nós não concordamos e que penso que já teve frutos bons em termos de alteração, que era a questão do critério da demografia e das distâncias. Pela informação também que nos foi transmitida recentemente por alguém ligado ao processo, isto teria sido ultrapassado nomeadamente no que dizia respeito à distância, mas penso que o critério da demografia ainda falta conhecer, de facto, o que está pensado e que alterações pode haver a esse nível. Entendemos nós que, por questões também de coesão, não faria sentido algum que de um concelho para o outro os critérios sejam tão dispares que dê origem a que a agregação de freguesias aconteça de forma diferente para situações semelhantes.

----- Também entendemos que é fundamental, e isso aí é uma lacuna muito grande neste Documento Verde, que é a questão das competências, que tem que ser clarificado o papel das freguesias, as competências e os recursos financeiros associados a essas competências, essa é que é a grande lacuna neste documento. Portanto todos nós temos discutido muito à volta das questões do número, da quantidade, é a distancia e é o numero de habitantes por freguesia ou por agrupamento de freguesias, mas também nada se discutiu relativamente àquilo que é fundamental, que é aquilo que as novas freguesias, as freguesias agrupadas, terão como competências e os meios necessários para executar essas competências, penso que isso aí é fundamental, que saia um documento que clarifique e nos ajude depois a essa discussão.

----- Também devo dizer, por parte da Câmara, que entendemos que a reforma tem que ser feita obrigatoriamente com as freguesias, não de outra maneira, nem a régua nem a esquadro, é com as freguesias dentro do nosso Concelho, com as nossas freguesias, e a Câmara Municipal está disponível para colaborar, como tem feito, para ajudar em tudo o que for possível, dentro das suas competências e dentro da legalidade também que se lhe permite.

----- É só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, pelas suas palavras.....

----- Meus caros Deputados, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, vamos suspender aqui os trabalhos. Eu convidava os Srs. Deputados a iniciarmos os trabalhos por volta das três da tarde e sugeria que os vários líderes dos grupos municipais se juntassem, se possível, às duas e meia, ou que alcocem juntos, como entendam, combinem isso, para preparar um documento conjunto, como se conversou, para estar presente a votação a partir das três.

----- Bom almoço.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das quinze horas...

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, Srs. Deputados, vamos então iniciar os trabalhos. Srs. Deputados, é só tomarem o vosso lugar, fazerem silêncio e iniciamos os trabalhos, se os Srs. Deputados ainda não se sentaram na última fila, peço que não o façam, deixem a última fila para o público e vão ocupando as filas restantes, por favor, a última fila é reservada ao público.

----- Julgo, tanto quanto me é dado a saber, que os grupos municipais, através dos seus líderes, conseguiram elaborar um documento final, portanto uma moção que englobará o fundamental ou o essencial das duas moções anteriormente apresentadas, com a anuência de cada um dos proponentes, e portanto julgo então haver só uma, aliás eu pergunto desde já, se os outros dois proponentes, o Eduardo Malhão e José Brinquete, retiram a moção que colocaram em votação. Já tenho uma resposta afirmativa de ambos e nesse sentido eu chamava ao microfone o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde, Vítor Alves, que julgo ser a pessoa que tem já a proposta para ser apresentado para esclarecimento, intervenções e votação.

----- Então vou dar a palavra ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Gimonde para proceder à leitura da moção, tem a palavra, Sr. Presidente de Junta.

----- **Vítor Alves** – Então boa tarde a todos. Nós estivemos aqui reunidos depois de alguma consensualização resolvemos que se mantinham os considerandos da moção do Eduardo Malhão e por

isso escuso-me de os ler, até porque são considerandos abrangentes e que se coadunam com a moção que vem a seguir, e depois seguir-se-ia então o seguinte:.....

----- **A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão extraordinária de 27/01/2012, deliberou propor ao Governo o seguinte:**

----- 1 – A alteração dos critérios de organização territorial das freguesias rurais, localizadas em municípios do interior, no sentido da sua uniformização, independentemente da distância em relação à sede do município, considerando os problemas da área, do número de povoações anexas e da valorização e preservação do património ambiental, cultural e histórico, assegurando a universalização e a igualdade no acesso aos serviços públicos.....

----- 2 – O financiamento das freguesias deve manter-se diretamente do Orçamento de Estado através do Fundo de Financiamento das Freguesias, não aceitando que este passe para o Orçamento dos Municípios como sugere o Livro Verde da Reforma da Administração Local, e a clarificação e o reforço das competências das Freguesias de forma a poderem melhor exercer as suas competências em benefício das populações locais.....

----- 3- Não aceitar extinguir autarquias e reduzir as suas atribuições e competências em situações em que não exista concordância das populações envolvidas.....

----- Mais deliberou remeter a presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.

----- **“Apresentou, por escrito, a referida Moção, com os considerandos incluídos.**

“MOÇÃO

----- 1 – Considerando que o “Documento Verde da Reforma da Administração Local” não reflete a vontade da maioria das populações locais e apenas tem em conta critérios demográficos, colocando de lado problemas específicos ao nível da área e da preservação do património ambiental, cultural e histórico das freguesias que vão ser agregadas;.....

----- 2 – Considerando que a redução drástica de freguesias no concelho de Bragança resulta de critérios injustos e complexos que não promovem a coesão territorial e as dinâmicas de desenvolvimento do meio rural, gerando antes discriminação das populações e o aumento das assimetrias intraconcelhias, o que provoca o seu crescente e inevitável empobrecimento;

----- 3 – Considerando ainda que o “ Documento Verde da Reforma da Administração Local” não respeita o modelo constitucional previsto no artigo 267.º da CRP, que estatui que a Administração Pública deve ser estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações

e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva, devendo a lei, para esse efeito, estabelecer adequadas formas de descentralização e de desconcentração administrativa;.....

----- **A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão extraordinária de 27/01/2012, deliberou propor ao Governo o seguinte:**

----- 1 – A alteração dos critérios de organização territorial das freguesias rurais, localizadas em municípios do interior, no sentido da sua uniformização, independentemente da distância em relação à sede do município, considerando os problemas da área, do número de povoações anexas e da valorização e preservação do património ambiental, cultural e histórico, assegurando a universalização e a igualdade no acesso aos serviços públicos.....

----- 2 – O financiamento das freguesias deve manter-se diretamente do Orçamento de Estado através do Fundo de Financiamento das Freguesias, não aceitando que este passe para o Orçamento dos Municípios como sugere o Livro Verde da Reforma da Administração Local, e a clarificação e o reforço das competências das Freguesias de forma a poderem melhor exercer as suas competências em benefício das populações locais.....

----- 3- Não aceitar extinguir autarquias e reduzir as suas atribuições e competências em situações em que não exista concordância das populações envolvidas.....

----- Mais deliberou remeter a presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.

Os Proponentes:
Líderes dos grupos municipais: Rui Fernando Rodrigues Correia (PSD); Luís Carlos Magalhães Pires (PS); José João Martins Lourenço (Movimento Sempre Presente); José António Saraiva Brinquete (CDU); Luís Miguel Vale Fernandes Vale (BE) e os Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia na Comissão Permanente: Adriano Augusto Correia Rodrigues PSD) e João Vítor Alves (PS).”.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Bom, então está feita a leiteira da moção, eu, enfim, como é normal, ia abrir aqui um período de pedido de esclarecimento sobre esta moção.

----- Vítor! Eu precisava dessa moção aqui, por favor.

----- Guedes de Almeida tem a palavra.....

----- Paulo Xavier também para pedido de esclarecimento.

----- **António de Almeida** – Muito boa tarde a todos. O esclarecimento que eu pedia na leitura da moção, tem quatro pontos, não é? Três! Os dois primeiros, de certa forma, há uma concordância com a

agregação de freguesias, mas o ponto três acho que acaba por contradizer esses dois pontos, isto é, não aceitam se não houver a concordância das populações.

----- E como é que obtém, digamos assim, esta concordância das populações? Através de referendo local? Como é que se obtém? Portanto acho que não é congruente na sua globalidade esta moção, convém ser retificada porque no fundo o que se chega à conclusão é que não sendo consultadas as populações efetivamente não concordam com nada do que está em discussão neste momento relativamente ao Livro Verde.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas suas questões..

----- O Sr. Presidente da Junta de freguesia da Sé prescinde.

----- José Brinquete tem a palavra para colocar as suas questões.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da Assembleia, é a minha opinião, mas é um contributo para esclarecer o Dr. Guedes de Almeida, nesta procura do consenso foi visto esse aspeto e foi considerado que a lei que vier a ser aprovada, se respeitar esta nossa vontade, terá que encontrar a forma de as populações serem consultadas. Eu vejo, logo, duas formas: uma é os órgãos autárquicos, próprios, outra é o referendo. Mas não nos cabe a nós decidir, já, qual é a forma de consulta.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Foram formuladas estas questões, julgo que o Dr. Guedes deve ter estado também na preparação deste documento? Não! Ok!.....

----- Paulo Xavier insiste então em fazer um pedido de esclarecimento?

----- **Paulo Xavier** – Ora vivam, muito boa tarde. Só para questionar o nosso Membro da Assembleia, José Brinquete, se é referendo, na Moção deve lá estar explícito, seja aquilo que for, claro, porque estamos a votar naquilo que vai ser também, ... reitero as palavras do membro Guedes de Almeida, agora o terceiro ponto tem que dizer o que quer, coisa que não está, se é referendo é referendo e então aí estamos à vontade de votar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Ainda há um pedido de esclarecimento de Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Bem é um pedido de esclarecimento assim um bocadinho *deturpado*, Sr. Presidente, peço imensa desculpa, mas era só para dizer que, de facto, a concordância do PS também para com esta Moção relativamente àquilo que nós entendemos ser fundamental, é que não se faça extinção ou fusão de freguesias nas costas da população. Naturalmente, e voltando a dizer aquilo que o meu camarada Vítor Prada Pereira disse de manhã, quer dizer, nós não somos nós a propor quem é que vai decidir, serão as Assembleias Municipais, se é a instituição de referendo, como referiu, e muito bem,

o Brinquete, mas para isso, para que sejam as Assembleias Municipais, as Assembleias Municipais, nós próprios temos que estar mandatados competentemente para poder fazer isso, e portanto nessa circunstancia não nos compete a nós definir os nossos limites de atuação ou não, portanto dizer só que nada se faça contra o interesse das populações e sem que as populações sejam ouvidas.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado.

----- Sr. proponente da Moção, Vítor Alves, Sr. Presidente da Junta de Gimonde, ouviu algumas questões, quer proceder às respostas aos pedidos de esclarecimento ? Se entender, senão podemos passar às intervenções e depois, de alguma forma, responder no final.

----- **Vítor Alves** – Ora bem, como todos os presentes compreenderão facilmente, nós estivemos ali a tentar consensualizar um texto que fosse unânime e que representasse um pouco a vontade da Assembleia, de ver, digamos assim, em que a reforma da Administração Local fosse possível sem fraturas, isso, às vezes, é bastante difícil, não é?

----- Agora, respondendo a algumas coisas que aqui foram ditas, nomeadamente o terceiro ponto parece ser mais polémico, o próprio Livro Verde prevê a consulta às populações, e que se vá ao encontro desse desejo. Agora, como se faz, provavelmente será uma polémica, pois cada um aplicará como bem entender, acho eu, agora não fui eu que propus, realmente o segundo ponto foi mais proposta dos presidentes de junta, mas neste ponto não estive eu na redação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Vamos então proceder a um período de intervenções, pode haver um aprofundamento de esclarecimentos.

----- Sr. Dr. Guedes de Almeida, tem a palavra. Depois o Pedro, do PSD; Eduardo Malhão, do PSD; José Brinquete, da CDU e Vítor Prada Pereira, do PS.

----- **António de Almeida** – Ora bem, esta questão do Livro Verde já leva algum tempo, tem sido objeto de discussão, discussão não só nos órgãos autárquicos, discussão ao nível dos interessados por estas questões do poder e da organização política, ao nível individual também, e esta reunião foi convocada no restrito sentido de acautela, face a uma proposta de lei, que vai ser e que vai ser votada e vai ser decidida, muito legitimamente, é o Governo que a apresenta, submete-a à Assembleia, mas antes disso quis efetivamente auscultar os representantes do poder local. E aqui eu não deixo de estranhar e questionar, e eu estou aqui com todo o à vontade ao longo destes anos, que venha aqui alguém, no caso concreto o PS, que nada se faça contra os interesses das populações. Isto é um principio legítimo, mas devia sempre ser posto em prática em todas as questões fundamentais, e, já agora, constitucionais. E há questões fundamentais neste nosso Concelho e no nosso Distrito, que foram

levadas a cabo sem que nas governações, sobretudo do PS, mas também do PSD, mas sobretudo do PS, em que os interesses legítimos das populações não foram tidos em conta, ninguém lhes perguntou nada.--

----- Eu questiono, por exemplo, a reestruturação dos Serviços Hospitalares no Distrito de Bragança, Centro Hospitalar do Nordeste, foram ouvidas as populações? Alguém ouviu o interessado, se tinha que pagar viagens para ir fazer tratamentos a Macedo de Cavaleiros ou a Mirandela? Ninguém ouviu nada, quer dizer, isto é um interesse fundamental, o direito à saúde.

----- O direito a votar, alguém questiona sobre se a população do Concelho vota no dia das eleições? Se tem mesas de voto no local onde mora? Ninguém se interessa. Em todos os Concelhos, também não só no Concelho de Bragança, pessoas que não votam! As anexas das freguesias não votam no próprio local, nem sequer lhe põem lá uma mesa de voto, nem lhe são facultados os transportes públicos para ir votar. Este é um direito constitucional, tem o direito a votar e participar na vida pública, não são chamados.

----- E agora por uma questão, a questão em causa, esta é a minha perspetiva, é a perspetiva da população em geral - lugares de Presidente de Junta - gasta-se muito ou gasta-se pouco? Não é o valor economicista, o fundamental é alterar as regras por forma a que as populações sejam melhor servidas, com este sistema não estão a ser melhor servidas, pelo contrário, aliás existem competências, eu pergunto a algum Sr. Presidente da junta se alguma vez exigiu junto do Sr. Presidente da Câmara que lhes desse a globalidade das competências que lhes estão conferidas por lei. Alguém exigiu alguma coisa, falo neste Concelho, que estamos neste Concelho, ao Sr. Presidente da Câmara - nós queremos determinadas atribuições, nós exigimos, dos orçamentos da Câmara, "x" para as nossas freguesias, nós queremos esta obra e queremos aquelas - alguma relação dessas foi trazida aqui? Ou esperaram que o Sr. Presidente diga que vai fazer e vai fazer. Eu acho que este documento acaba com isso, ou pelo menos começa o início de uma nova era para os seus Presidentes da Junta reivindicarem junto do Sr. Presidente da Câmara.

----- E mais, há aqui esta moção que estamos a discutir, revela alguma "desconfiança" do Sr. Presidente da Câmara, que diz - nós queremos que as verbas nos sejam canalizadas diretamente do Orçamento Geral do Estado, porque, se calhar, o Sr. Presidente da Câmara não nos dá tudo a que temos direito - portanto é uma exigência, portanto há aqui algum mau estar que se nota também nesta moção, que eu considero depois de ler e ler as entrelinhas também do Livro Verde, nas entre linhas está muita coisa que efetivamente vai mudar o regime do poder local, em termos de custos, basta também fazer contas, ao cidadão comum, nós estamos a pagar, a maioria, ou quase a generalidade, está a pagar,

mesmo o Sr. Presidente da República, custos elevados pela política levada até este momento, e que a todos sai do bolso.

----- Nós temos quarenta e nove freguesias, multipliquem por quanto ganha cada Membro da Junta e vejam quanto se poupa, multipliquem pelas Assembleias Municipais quilómetros a debitar e senhas de presença, quanto é que representa para o Município. De maneira que estas são as questões que a população tem que saber.

----- O que está em causa é discutir um documento que abre novas perspetivas para o bem estar das populações, e vir aqui, ou queremos ou não queremos, ou queremos cooperar com a proposta de lei que vai ser apresentada e vai ser votada, se não houver a cooperação e este documento valoriza a participação das populações através dos seu representantes, eu julgo que fará mal esta Assembleia se não se prenciar e se não organizar um consenso, vir fazer uma moção que agrada desde a extrema esquerda à outra ponta do outro lado, onde quiserem, julgo que é impossível, não há perspetivas de política diferentes, há políticas de quem quer conforme está, está bem, há políticas de quem quer melhor, e há políticas em que no passado seria melhor. Portanto há que arranjar uma moção adequada aos tempos que correm, há as dificuldades das pessoas e lembrarmo-nos que vivemos num Concelho em que a melhor atividade, digamos assim, comercial, já que é um termo bastante lato, é a terceira idade, isto vai durar uns anos, no demais com esta política encontramos precisamente nestes estados em que nos encontramos. \

----- É urgente alterar a situação do poder local, permitir que haja mais discussão política, permitir que haja mais intervenção das populações no sentido de reivindicar os seu interesses e os seus direitos, a partir daqui eu julgo que será bom que saia daqui ou através da Câmara Municipal, ou através de uma proposta técnica, que haja uma agregação de freguesias, porque no documento não fala, em lado nenhum, a extinção de freguesias, digam onde é que vem extinguir freguesias, não vem, e muito menos fala em desacautelar os interesses das populações de qualquer concelho, de qualquer freguesia. Pelo contrário, ao haver um agregado de freguesias existe uma maior responsabilidade por parte do Estado para prestar o serviço público, há aqui um exemplo concreto. O Sr. Presidente da Freguesia de Pombares tem quarenta e poucos cidadãos, que força tem para reivindicar? Se não se agregar a qualquer outra freguesia que força passa a ter? Nada! Nenhuma. Isto também poderá ter uma projeção ao nível eleitoral para as legislativas.....

----- Ainda há dias um professor de direito político dizia, por exemplo, se houvesse uma região do Alentejo, só o Alentejo, que tem três distritos, poderia eleger dez ou onze Deputados, neste momento elege cinco ou sete, portanto há menos. Pronto quanto maior for o aglomerado de freguesias maior

poder reivindicativo, mais competências, maior poder de exigir e efetivamente que isto terá que ser também compensado ao nível do exercício de funções por parte do Presidente de Junta que vier a ser eleito, não pode trabalhar de borla, mas efetivamente o serviço público exigirá que as populações sejam bem servidas, sempre no seu legítimo interesse que é para isso que se faz política e é para isso que os políticos estão no exercício de funções.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado Guedes de Almeida.....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Malhão, do PSD.

----- **António Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente, Sr. Vereador, Sras. Deputados, Srs. Deputados, Sras. Presidentes de Junta, Srs. Presidentes de Junta, minhas Sras. e meus Srs.

----- Percebe-se bem que este é um tema complexo e difícil, que mexe com a emoção e com a paixão das pessoas. Eu gostaria de dizer que eu hoje irei sair daqui com a minha consciência tranquila e que estou muito feliz com algumas posições dos Srs. Presidentes de Junta que vieram aqui expressar de um forma clara e objetiva no sentido de defender as suas populações, em especial o meu caro Presidente de Junta da minha Freguesia, António Sá, a minha saudação pela sua interpretação que vai de encontro ao sentir e às preocupações mais profundas e mais íntimas das populações.....

----- Depois gostaria de dizer ao Sr. Deputado do CDS, que não percebo muito bem, ele que é a pessoa que mais, refere aqui a constituição, que não percebo porque tem medo de pôr as populações a falar. --

----- Os referendos locais é um princípio constitucional que está bem regulado e até não percebo muito bem porque não tem sido posto em prática, e esta matéria, de facto, é muito mais profunda e mais fundamental em termos da vivência e das dinâmicas locais, do que possa parecer ao Sr. deputado do CDS, só quem tem alguma raízes e algum apego às nossas freguesias rurais é que percebe bem este momento muito difícil, quase de pesar e de um sentimento de oitocentos anos de história em que com um documento num ápice tudo se apaga. E recordaria ao Sr. Deputado do CDS que o Documento Verde prevê agregar freguesias, mas aquelas que são agregadas são subalternizadas e perdem o seu órgão político, perdem o seu órgão político, perdem a Junta de Freguesia, as freguesias que vão ser agregadas perdem o seu órgão político, o seu órgão político é Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia. E vamos ser claros, caro Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que faz insinuações e depois fala ao telemóvel.

----- Gostaria de dizer, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Samil, que é Ipsi-verbis, assim, as freguesias que vão ser agregadas perdem o seu órgão político, perdem a Junta de Freguesia e perdem a

Assembleia de Freguesia.....

----- **António Malhão** - As freguesias que vão ser agregadas.....

----- **António Malhão** - Exatamente, claro! Não vamos entrar em diálogo, não vamos entrar em diálogo.....

----- **Presidente da Mesa** – Não pode, exato, ia precisamente dizer isso, prossiga Sr. Deputado.

----- **António Malhão** – Não vamos entrar em diálogo, a situação fica muito similar à que existe hoje na cabeça de Freguesia ...

----- **António Malhão** - Por amor de Deus, vamos respeitar vamos acabar com esse ruído, senão eu calo-me.

----- As pessoas tem que ter o bom senso de vir aqui a falar não é estar aí a entrar em diálogo, bem, isto não é nenhuma feira, que saiba, não é?

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, pode prosseguir, e pedia, de facto, que não entrassem em diálogos.

----- **António Malhão** – Com todo o respeito, mas eu acho que eu, quando estou no meu lugar, ouço todas as pessoas com toda a educação, agora estarmos aqui com este com este... peço desculpa.

----- Diria eu que a situação fica muito semelhante àquela que existe hoje em relação às anexas na sua correlação e na sua conectividade com a cabeça de Freguesia, por isso não devemos ter medo do diálogo, aliás eu acho que a essência da democracia deve ser o diálogo, não percebo! E fazer alguma coisa contra a vontade das populações isso não é um princípio de cultura democrática, pelo contrário, isso é próprio de ditaduras e é próprio até de imposições pela via da força, vamos ser claros, as pessoas devem perceber que o diálogo e ouvir as populações que é muito importante.....

----- Na minha Freguesia foi discutido o assunto em sede de Assembleia de Freguesia, foi feito um debate na Assembleia de Freguesia e no próximo Domingo, por iniciativa do Sr. Presidente da Junta, e muito bem, vai ser convocado a população e vai haver um plenário popular onde é que vai ser o assunto discutido, não há qualquer problema, as pessoas expressam-se, a democracia é assim.

----- Quanto às freguesias urbanas, eu compreendo que o problema das freguesias urbanas, nomeadamente do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, da Sé e de Samil, é um problema totalmente distinto das freguesias rurais, ele não tem que se preocupar com passeios, não tem que se preocupar com cemitérios, não tem que se preocupar com limpeza urbana, fazem um papel

enormíssimo, que eu reconheço, na área social, na área cultural, e não sou a favor da sua extinção, mas não podem pôr-se em igualdade circunstâncias com as freguesias rurais, são realidades distintas, querer fazer igual o que é desigual não é correto.

----- Eu diria ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria que a minha posição é muito clara, não tem ambiguidades e que sei exatamente aquilo que quero, não dou uma no cravo e outra na ferradura, a minha posição é pura e simplesmente esta, acho que deve ser feita alguma coisa em termos de ordenamento das Freguesias, mas não pode ser de uma forma tão drástica e tão, diria mesmo, leviana, em cima do joelho, é isso, e aliás os Srs. Presidentes de Junta, na sua maioria, expressaram aqui exatamente isso.

----- O estatuto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé é muito diferente dos Srs. Presidentes das freguesias rurais, até no estatuto remuneratório, nas competências, nas condições de trabalho, na proximidade, é diferente, obviamente que não estou por isso a tirar o mérito, bem pelo contrário, reconheço muito mérito ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé, que tem feito um excelente trabalho, que eu acompanho de perto, tem iniciativas muito proativas, mas estarmos a misturar três Juntas de Freguesia com quarenta e seis com realidades totalmente diferentes, uma que está a cem metros da sede de Município e outras que estão a trinta e a quarenta quilómetros são coisas que não se podem comparar, por isso a minha posição é muito clara e aliás eu até citava aqui, nem é uma posição política, é do Diretor do Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais da Universidade do Minho que defende exatamente, embora não haja uma reforma do território desde a Idade Média, essa não pode ser drástica e deve incidir sobre a qualificação técnica das freguesias. Num debate sobre precisamente Reorganização Administrativa recordou não ser feito uma reforma territorial nas freguesias quase desde a da idade média, não é bem assim, mas é, e alertou para a obrigação de fazer um ajustamento porque não faz sentido ter as coisas da mesma forma, mas não defendo uma redução drástica (estou a citar) do número de freguesias, realçou o especialista, porque há que ter em conta não só questões demográficas, mas também problemas de área e outros, foi exatamente isso que eu defendi, é isso que eu defendo e não é uma no cravo e outra na ferradura, nem é carne, nem é peixe, é pão, pão, queijo, queijo, isso que fique muito claro e a minha consciência é essa e é essa exatamente a minha posição.

----- Quanto à moção que aqui está, bem, se quiséssemos incorporar todas as ideias tínhamos de construir aqui noventa e nove moções. Não foi isso que os Srs. Presidentes de Junta pediram, nomeadamente o representante dos Presidentes de Junta do PSD, Adriano Rodrigues que pediu a colaboração dos partidos no sentido de arranjarmos aqui uma moção de consenso com algumas

cedências, estas coisas são mesmo assim, não quer dizer que eu concorde na íntegra com essa linha, com esse nº 3, aliás eu manifestei isso, mas tenho que entender que neste jogo há cedências de parte a parte e não é a moção ideal, mas é a moção possível, agora pelo facto de estar lá uma expressão, aquilo vale o que vale, não é vinculativa, enfim, no fundo visa refletir e visa fazer opinião, e visa também procurar influenciar que é esse o papel das moções, mas não é assim um caso de vida ou de morte para nos empolgarmos todos e para não valorizar este grande esforço que foi feito por parte de todos os partidos, que interromperam, se calhar, o seu almoço para se juntarem e para construírem este documento o mais rápido possível sem nos perturbarem e sem nos incomodarem e sem vos fazer esperar muito.....

----- É verdade que a realidade é esta, é complexa, que não foi fácil, mas obviamente que o PSD vai votar favoravelmente esta moção porque desde os pressupostos à essência da moção que foi apresentada por mim próprio, praticamente em termos de conteúdo e substrato não tem alteração nenhuma, tem uma alteração pontual de pequenas questões faseológicas. Por isso o PSD vai votar favoravelmente e apela à serenidade dos Srs. Deputados no sentido de que isto que está a ser proposto devia ter surgido desde logo na base da construção deste modelo de reorganização que era ouvir as populações e porque não através de referendo, porque eu sei que há pessoas que não estão a valorizar suficientemente esta matéria, mas só quando chegarmos à segunda fase do cronograma que é precisamente a fase da agregação de freguesias, aí é que as pessoas vão ver que nos estamos a meter numa camisa de sete varas, e podemos antecipar isso de uma forma serena e tranquila.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- -.....

----- **Presidente da Mesa** - Defesa da honra? Desculpe Sr. Deputado, não percebo.

----- -.....

----- **Presidente da Mesa** - Isso não é um insulto, com o devido respeito, peço desculpa, não vou conceder a palavra com esse objetivo, estava a inscreve-lo, porque vi o braço no ar, para fazer alguma intervenção, tem três minutos, use-os como entender, mas defesa da honra não, é o meu entendimento.

----- Bom, tem a palavra o Sr. Deputado José Brinquete.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, agora, no período de debate, o que é que ainda me parece que é importante dizer, sobretudo o que me suscitou a inscrever foi a intervenção do Dr. Guedes de Almeida para contrapor, eu respeito a opinião dele, mas para contrapor só duas coisas.....

----- A primeira é esta - O Dr. Guedes de Almeida colocou aqui uma questão muito pertinente que é a da democracia formal e a da democracia participativa, a todos os níveis, da administração. E é um debate interessante, embora me pareça que não é propriamente para agora, mas requereu isso como exemplo e é aceitável, mas não é para agora, porque esse é o tal grande problema do que é a democracia, porque toda a gente diz que a democracia é o melhor do regimes, mas tem muitos defeitos e precisa é de ser aperfeiçoado constantemente, mas isso não contradiz, o não ter havido consultas noutros casos não contradiz que deva haver neste, e o que nós estamos a discutir é o princípio.....

----- Depois, quando se propõe que o dinheiro para as freguesias venha do Orçamento de Estado, não se pretende, em nenhum momento, desconfiar do Presidente da Câmara de Bragança ou de qualquer outro do País, pretende-se uma coisa interessantíssima e que convinha não perdermos de vista que é também uma questão de fundo, que é, é ou não verdade que as autarquias da Freguesia, a Junta e a Assembleia de Freguesia, são entidades autónomas. Ora, tal como os Municípios são entidades autónomas também, da regionalização, se um dia se fizer, ou do Governo, as Freguesias são entidades autónomas das Câmaras, eu penso que isto é fácil de entender, sendo entidades autónomas devem ter um fundo próprio do Orçamento de Estado também em respeito a essa autonomia. Depois, claro que pode-se dizer, e eu não concordo, que o Sr. Presidente da Junta de Pombares, e o Sr. Presidente hoje está a ser muito citado, até porque foi um prazer velo aqui a falar, que raramente aqui vinha a falar, mas pode-se dizer que o Presidente da Junta de Freguesia de Pombares hoje não manda nada, eu também não estou de acordo, hoje ainda manda alguma coisa, mas se a sua Freguesia for extinta, se deixar de haver Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia, eles deixam de ter jurisdição sobre o seu território, e deixam de ter aqui assento na AM, e para não ir mais longe aqui da AM o voto dele vale tanto como o meu, o como de qualquer outro, manda alguma coisa.

----- Sobre as palavras, extinguir, agregar, seja o que for, quer dizer, se nos agarramos a isso! Nós devemos é ser fortes e corajosos, assumir as coisas. Claro que nós sabemos que quando se faz um texto muitas vezes quer-se minimizar o impacto, porque as palavras têm sentido e não é por acaso que o Livro Verde minimizou esse impacto, pôs a palavra agregação e tudo mais, mas na prática foi o que o Eduardo Malhão disse - acabam, extinguem-se - e o mesmo acontecerá com os Municípios se um dia se caminhar para aí. Portanto não vai ser a palavra, mas a palavra também é muito importante para quando conhecerem a nossa posição.

----- Por fim dizer que a moção é a procura de uma consenso, com os itens todos que o Eduardo Malhão colocou, até em respeito à demora que esta AM podia ter, e, por exemplo, da minha parte e da moção que eu apresentei, fiz cedências, compreensíveis e assumidas, em outros aspetos, a

regionalização, Constituição da República, etc. Porque? Porque estava-se à procura de encontrar aqui o máximo denominador comum em função sobretudo da vertente das freguesias, se repararmos a moção só versa às freguesias, não tínhamos tempo, claramente, tínhamos que levar agora a tarde inteira a discutir também a regionalização, também a lei eleitoral, também a lei das finanças locais.....

----- Portanto, das duas, uma, ou nós estamos em condições de avançar e assumir que só nos pronunciamos concretamente sobre esta vertente, ou então abrindo uma discussão mais vasta isto nunca mais tem fim.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado José Brinquete.

----- Tem a palavra, agora, Vítor Prada Pereira.

----- **Vítor Pereira** – Bom, muito boa tarde a todos. Eu queria começar por fazer um comentário de algumas palavras que o ilustre Deputado Guedes de Almeida veio aqui dizer... ..

----- **Presidente da Mesa** – Mas, ó! Sr. Deputado, comentário? Ou uma intervenção sobre a moção? O que está em causa é a moção, agora não há comentários! É que temos estado a falar uma manhã inteira, e a parte de tarde, e não avançamos.

----- **Vítor Pereira** – Bom, então eu concentro-me na moção. Eu concentro-me na moção, é evidente que depois se eu divagar para os comentários do Dr. Guedes de Almeida, não me leve a mal e não me corte a palavra, Sr. Presidente, porque não poderia deixar de comentar a moção sem eventualmente fazer um reparo àquilo que o Dr. Guedes de Almeida veio aqui dizer, é evidente.

----- Se repararem bem a moção tem três vertentes, ou três tópicos, se quiserem.....

----- Primeiro - Os critérios iguais em todo o mundo rural. Correto?

----- Segundo - As verbas, verbas diretamente do Orçamento do Estado.

----- Terceiro – Concordância das populações.....

----- Agora, como é que as populações vão concordar? Isso será uma matéria que a própria lei depois irá definir e irá dizer. Se nós formos ouvidos, diz-me ali o Bruno, e muito bem, se nós formos ouvidos. É evidente que tudo isto, ao contrário do que foi dito aqui, e se os critérios forem todos iguais para o mundo rural, eu acho que os custos com a manutenção das freguesias, sejam eles quais forem, sejam eles quais forem, vêm exatamente de acordo àquilo que a gente pretende e que o Dr. Guedes de Almeida também pretende, que é a defesa do mundo rural, que é a defesa da interioridade.

----- Há bocado veio dizer - qualquer dia temos que nos preocupar com os nossos idosos - muito bem. Ora, haverá alguém melhor do que os órgãos eleitos pelos próprios idosos para os defender? Pergunto eu. Alguém melhor do que eles para os defender? Aliás só, e eu aqui faço minhas as palavras

do Malhão, não, não vou tão longe, não sou tão erudito como isso, não vou, não vou a Guerra Junqueiro, alguém me falou no Guerra Junqueiro, mas não vou, estamos aqui, não estamos lá em baixo no fundo do Distrito, mas vou às palavras do Malhão, só quem não é da aldeia, só quem não sente como sentem as populações, o amor que têm pela sua terra, pelas suas raízes, pelas suas tradições, inclusivamente pelas próprias rivalidades que existem com as freguesias contíguas, toda a gente sabe que existem e quem é de lá como eu sou, quem foi nascido e criado lá, não pode vir alguém da cidade ensinar-me com quem é que eu me devo agregar, ou com quem é que eu mantenho ótimas relações de vizinhanças, ou quais são as minhas tradições, que diferem, por exemplo, da Aveleda ou diferem de Rabal, ninguém me pode vir ensinar isso.

----- E, portanto, Dr. Guedes de Almeida, esta questão dos cursos é uma falácia, esta questão dos cursos é uma demagogia barata, aliás o Sr. na sua intervenção teve várias contradições, quando vem dizer, por exemplo, que não foi ouvido, por exemplo, que nunca ninguém ouviu, para o povo se prenciar sobre a questão da saúde, pois é, mas é que os órgãos legitimamente eleitos que é o Governo deste País, tem legitimidade para fazer alterações. Agora não tem, não tem porque? Porque estamos a mudar regras de jogo da democracia representativa, que estão eleitos. Mas mais, mas eu vou mais longe, Sr. Dr. Guedes de Almeida, vou mais longe, pelo facto de cometermos um erro não quer dizer que agora cometamos outro, é evidente, então qual é o medo de ouvir as populações? Qual é o medo de ouvir as pessoas? Porque não? Então quer dizer. o Sr. diz que em relação à saúde nunca ninguém ouviu as populações, e agora vem dizer que não se devem ouvir as populações, senão não fazemos nada, não passamos da cepa torta.

----- Repare a contradição que está a defender aqui, é uma contradição enorme a todos os níveis. Mais, quando esta moção diz que as verbas devem vir do Orçamento de Estado é exatamente para defender aquilo que o Sr. há bocado estava aqui a atacar, para que os Presidentes de Junta não continuem a ser os parentes pobres do poder local, porque, até agora, são-no, porque até agora, salvo o erro e passo expressão e passo a metáfora, andam com um chapéu atrás do cimento, do saco, do paralelo e etc., todos nós sabemos isso, e portanto a freguesia tem que ter autonomia, tem que ter competências próprias para desenvolver os seus problemas com os quais foram eleitos. E não quer dizer que Carragosa, por exemplo, sozinha não seja capaz de o fazer, assim como o faz, por exemplo, Espinhosela, porque não sozinhas? Porque é que, por exemplo, não se fala deste Livro Verde, por exemplo? Já que se fala na tal CIM, que é uma Comunidade Inter-Municipal, porque é que não se fala também, cada um manter a sua identidade e criar comunidades de freguesias, porque não? E cada um manter a sua especificidade, porque não se defende isto? Porque não? E condenam-se agora - ai sai

mais caro! - Sai mais caro em que? Em que? Reunir três vezes por mês, uma vez cada três meses, isso sai caro? Isso é que sai caro? Não estou a ver porque isso será caro.....

----- E mais, há outra coisa que nós também podemos pôr aqui, a qualidade da democracia que tanto foi referida já aqui, também tem que ser respeitada, porque não há nada que pague os custos da democracia como se costuma dizer, dizendo ao contrário, os custos da democracia tem que ser pagos, tem que ser pagos, porque não? Porque também nós sabemos que há muitos organismos e muitas empresas públicas que dão a despesa que dão, mas que são fundamentais, na minha opinião, para percussão dos interesses do Estado democrático, e é o caso das freguesias, porque é que não? Porque é que não mantemos?

----- É evidente que também não temos que ser tão céticos e não ter o mínimo de racionalidade e perceber que há freguesias que já não tem o mínimo de eleitores para se manterem com identidade tal, que foi o caso que se referiu aqui de Pombares.....

----- Mas, agora, sejamos racionais, e não vimos agora com uma questão meramente monetária, uma questão economicista para tentar fazer com que as economias percam a sua identidade. Então eu continuo e digo como disse de manhã, porque é que não fazem isso aos Municípios? Porque é que não fazem isso? Penso eu.

----- Portanto eu concordo inteiramente com esta moção, é evidente que nós, e agora eu estou a falar politicamente enquanto PS, outras coisas gostaríamos de verter, mas também estou como diz o Brinquete, nestas coisas tem que haver bom senso, e como diz o Malhão, e tem que haver concordância, vamos votar a favor com certeza.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Pedro, do PSD.

----- **Pedro Fernandes** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Sr. Secretários, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, minhas Sras. e Meus Srs.

----- Nesta moção eu venho aqui expressar o meu sentido de voto se não houver alterações, penso que não haverá, uma vez que foi proposta pelos grupos municipais representados, e para justificar isto, e depois de ouvir algumas coisas que foram ditas aqui, queria esclarecer esta minha posição também com alguns esclarecimentos. É que em relação às negociações da Troika, isto porque durante o dia o Governo do PSD e do CDS/PP foi acusado de estar a fazer esta reorganização por motivos de redução de custos, estas quatro linhas que o líder do Grupo Municipal do PS falou de manhã, foram incluídas pelo Sr. Secretário de Estado, da altura, porque ficava bem incluir lá as paróquias, para os Troikianos, como usamos agora dizer, das freguesias e dos municípios, a redução destas identidades, ficava bem ficar lá e

assim já se poupava uns trocos, 00.3% do Orçamento.

----- Portanto o PSD e o CDS/PP apresentaram o Livro Verde para, de uma vez por todas e não de forma apressada, como foi aqui também acusado, fazer aquilo que se tentou já há uns anos para cá, porque toda a gente reconhece que é preciso fazer alguma coisa, à exceção do PCP, mas é preciso fazer alguma coisa, toda a gente assume que sim, mas nunca se fez nada, estiveram lá seis anos, na altura, nem com pressa, nem devagar, fizeram alguma coisa, tentaram negociar algumas medidas, alguns programas, não deu em nada, o que hoje aqui o CDS/PP e o PSD fazem é apresentarem uma proposta que até agora houve oportunidade de ser discutida por toda a gente no País, incluindo Assembleias de Freguesia, temos o exemplo do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela que tem sido uma das pessoas que tem levado a bandeira desta Reforma Administrativa, de forma mais empenhada, na reorganização das Freguesias e tem defendido a sua posição e a posição da Freguesia, e bem, mas acontece que esta proposta teve tempo, e tem tido tempo, para ser discutida.

----- O PSD e o CDS/PP foram acusados de não fazer diálogo, de não ouvir as populações, este tempo, e hoje esta Assembleia serve para isso, estamos a falar sobre o tema, não apresentamos nenhuma lei de regra e esquadro para depois ser implementada. Entretanto, coragem, falta dela não a temos, tanto o PSD teve coragem que apresentou este Programa, este Livro Verde. E portanto desta forma acho que as críticas de falta de diálogo, de falta de coragem, da pressa, acho que não é reportada nem deve ser reportada a esta situação.

----- Portanto não concordo com isto, o PS tem-nos acusado desta falta de diálogo, mas também diz que é contra isto, é contra aquela medida, não quer fazer isto, não quer aquilo, é contra aquilo, é contra tudo e mais alguma coisa neste Livro Verde. Propostas não apresenta nenhuma, apresenta é situações para inviabilizar a iniciativa que está em cima da Mesa. Portanto eu vou votar contra esta moção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Bruno Veloso, do PS. Enquanto o Deputado Bruno Veloso vem para a Mesa, eu queria avisar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada que não assinou a sua presença na folha de presença da manhã, tem que vir cá fazê-lo.

----- Sr. Deputado Bruno Veloso, tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu dividiria a minha intervenção efetuando um pequeno considerando sobre esta moção e sobre aquilo que também fui ouvindo...

----- Sr. Presidente, eu pedia-lhe,

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, por favor, o Sr. Deputado quer prosseguir com o seu raciocínio e entende, e eu entendo também, que está prejudicado, que não se consegue concentrar

devido ao barulho, de modo que peço silêncio na sala.

----- Sr. Deputado, tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado, Sr. Presidente. É que aqui faz, de facto, um ruído incomodativo para quem está a falar. E dizia eu que iria dividir esta minha intervenção em dois considerandos, um deles baseado naquilo que é a moção, e que, desde já, aplaudo naturalmente o esforço que foi tido pelos intervenientes, que conseguiram chegar a um consenso alargado, em termos do aspeto partidário, a um consenso tão grande quanto possível que o tempo o permite e que a questão o permite, nomeadamente centrando esta questão nas freguesias.

----- Parece-me que são pressupostos absolutamente universais e parece-me que são de todo o bom senso e bom, que, de facto, eles sejam aprovados, e dada, de facto, aquela que foi a amplitude e a vontade de quem se empenhou nesta negociação, à hora de almoço, para que fosse possível

----- Ó! Pedro, desculpa lá, quem está aqui a falar sou eu, estás a falar mais alto que eu.

----- E, portanto, dizia eu do esforço que foi tido pelas pessoas que desempenharam este acordo.

----- Naturalmente ele restringe-se às freguesias, porque naturalmente também foi aquilo que resultou prioritariamente do debate da manhã, e resultou exatamente de grandes preocupações que os Srs. Presidentes de Junta e que os diferentes intervenientes dos grupos municipais aqui trouxeram, e naturalmente também nesse aspeto esta moção responde a isso e faz algumas ressalvas. E naturalmente que esta moção é clara na rejeição daquilo que são as condições impostas da régua e esquadro, relativamente ao Livro Verde, e é nessas mesmas condições que esta Assembleia não se mostra em condições de o fazer contra as populações, apresentar qualquer proposta alternativa, de facto, assente naqueles pressupostos extraordinariamente rígidos, muito se falou de uma certa abertura que possa ter o Livro Verde, mas, em concreto, esta Assembleia e oficialmente em nada foi informada, e portanto quando se abre um debate público sobre o Livro Verde é exatamente sobre o Livro Verde e não sobre o que alguns atores políticos vêm dizer depois de o publicarem e de o submeterem à apreciação pública, isso depois será um debate eventualmente da lei, nos locais próprios que não nos compete aqui.

----- Relativamente às duas intervenções que eu aqui ouvi, de facto, preocupa-me que a intervenção do Deputado Guedes de Almeida tenha versado sobre tudo e sobre nada, e que tenha versado sobre o suposto preocupação com as populações e não tenha compreendido que não há preocupação maior para com as populações do que aquilo que está em causa, é que o Sr. Deputado Guedes de Almeida refere aqui uma coisa muito concreta que é - porque ninguém ouviu as populações sobre as alterações e as reformas na área da saúde, porque ninguém ouviu as populações sobre isto - mas esquece-se é o Sr.

Deputado que, de facto, essas medidas, concorde ou não concorde, o Sr. Deputado, foram tomadas por aqueles que estavam legitimamente, democraticamente, eleitos no órgão político para tomar essas decisões, e o que aqui está em causa, neste momento, é a alteração completa daqueles que são os nossos representantes políticos e daqueles que serão os decisores políticos e daqueles que terão as competências para alterar algumas das coisas que o Sr. Deputado aqui referiu, que é completamente diferente. Uma questão é a opção política, outra questão é aquilo que se está a referir, que são, caso concreto, a alteração dos nossos representantes com poder político e capacidade decisória, e isso é completamente diferente e não misture as coisas.....

----- E depois também, quer dizer, defende o Livro Verde, defende o Livro Verde, quer dizer, mas o Livro Verde para o caso concreto resume-se à régua e esquadro das aritméticas que estão lá embutidas. E o Sr. Deputado diz - á! Não! Mas isto está tudo mal, é preciso é mudar - só assente no Livro Verde, contra as populações, aceita tudo aquilo que o Livro Verde.....

----- Depois tem um enchente de contradições no seu discurso, um sem número de contradições, e vem depois com a questão dos gastos e das despesas, quer dizer, a democracia tem os seus custos, Sr. Deputado, e tentar minimizar os custos da democracia, muitas vezes é prejudicar o exercício da democracia, é prejudicar o acesso ao exercício da democracia e é, acima de tudo, prejudicar o interesse das pessoas e das populações.

----- Relativamente àquilo que também aqui foi assumido pelo Deputado do PSD, o Pedro, bem, o Pedro vem aqui falar um sem número de coisas,

----- **Presidente da Mesa** – Ó! Sr. Deputado, está a fazer considerandos, mais uma vez, sobre a opinião dos outros, gostava que você expressasse a sua opinião sobre o Documento.

----- **Bruno Veloso** – Termina já, eu expressei a minha opinião e também algumas opiniões que importa corrigir e dar também a minha opinião de uma forma alternativa

----- **Presidente da Mesa** – Não se concentre na opinião dos outros.

----- **Bruno Veloso** – O! Sr. Presidente, é uma intervenção e o teor compete-me,

----- **Presidente da Mesa** – Mas eu tenho que orientar os trabalhos no sentido de dizer que tem que concentrar sobre a sua opinião.....

----- **Bruno Veloso** – Relativamente àquilo que aqui foi dito, de que não foi feito nada, que as coisas foram inseridas na Troika porque houve alguém que as quis inserir, nada mais errado! Porque eu lembro, ao Sr. Deputado, de facto, e infelizmente, é preciso fazer alguma coisa, e o PS tem-no dito, e chegou a ter um acordo assinado com quem? Exatamente com o PSD, não foi o PS que o rasgou, e é exatamente aquilo que hoje o PS continua a defender em termos de lei eleitoral autárquica, e portanto

foi exatamente o acordo que assinou com o PSD, não digam que o PS não fez nada em seis anos, quando assinou um acordo com o PSD, que foi rasgado, e o PS continua a manter a mesma posição que necessita, naturalmente, de um consenso alargado, nomeadamente do PSD, aliás coisa que o PSD não fez perante o PS, relativamente ao Livro Verde, nem sequer teve a preocupação de alargar a discussão de uma matéria tão importante como esta.

----- Mas passando isto, de facto, eu achava extremamente importante que esta moção, dada a sua amplitude, fosse aprovada, eu acho que a aprovação desta moção nesta Assembleia seria, de facto, um momento histórico de que esta Assembleia está centrada efetivamente nos interesses das populações, acima de tudo, independentemente das divergências partidárias que possam surgir, e eu acho que numa matéria tão importante como esta, uma tomada de posição bem vincada e com a força que esta moção poderá ter, seria um passo histórico desta Assembleia, de uma união que, de facto, estaríamos todos centrados no real interesse e na defesa das populações e, acima de tudo, do interesse de salvaguardar a real representação das populações e dos órgãos autárquicos que cumprem trinta e seis anos, este ano, e que todos nós defendemos e do qual fazemos parte há algum tempo.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo, tem a palavra.

----- **Jorge Novo** – Obrigado, Sr. Presidente. Já não era para vir intervir, mas porque considero que algumas clarificações tem que ser feitas, e eu como gosto das coisas muito claras, muito objetivas, senti-me na obrigação de o vir fazer. E, esta clarificação, vou fazer cumprimento daquilo que me foi estabelecido, que é relativamente à moção.

----- Sobre esta moção quero dizer duas ou três coisas, começando por aquela que, para mim, é a mais discutível, que é a que se refere no ponto nº 3 e que parte de um pressuposto, do meu ponto de vista, se não é infundamentado, não será, de todo, verossímil, isto é, eu não vi, eu não li, eu não entendi, e muito menos compreendi, em nenhuma linha, em nenhum parágrafo do Documento Verde, lá, em lado nenhum, e vamos ser claros, e quando nós queremos dizer as coisas, dizemo-las pelos nomes, eu não vi lá, nenhuma vez, escrita a palavra extinção, não vi! Vi agregação, que é diferente também de fusão.

----- Fusão foi em Lisboa, meus caros Deputados, fusão foi em Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa por influencia do Sr. Presidente da Câmara António Costa, em Lisboa fizeram fusão, e eu vou explicar qual é a diferença, estou a falar só Lisboa porque é a realidade que eu conheço, só fusão.

----- Fusão é quando duas, três ou quatro freguesias ficam fundidas numa só. E o que é que

acontece? Não fica Santa Maria, nem Sé, nem, Samil, se fizéssemos aqui em Bragança, e ficava uma só, a de São Bento, ou São Bartolomeu. Isso chama-se fusão.

----- Extinção é quando a freguesia deixa de existir.

----- Agregação significa o quê? Podem ficar três freguesias, continuam as três freguesias, ficam simplesmente é os órgãos executivos diminuídos, órgãos executivos, e os órgãos executivos da Sé, da Santa Maria ou de Samil, ou de quem quer que seja, em vez de serem três juntas e em vez de serem três assembleias, fica uma Junta e fica uma Assembleia, podendo ficar na mesma o serviço da Santa Maria, podendo ficar o serviço de Samil, podendo ficar o serviço da Sé, na mesma, e os funcionários, o património e tudo, fica em gestão diferenciada, diferenciada.....

----- Portanto vamos entender o que é que se quer dizer por agregação. Agregação quer dizer isto, simplesmente isto, e ainda com uma outra valência que eu acho que também é importante clarificar.

----- Meus caros, se, se acha que qualquer reforma relativa às freguesias é para poupar dinheiro, é para reduzir despesas, vamos ser muito claros, isso é a maior demagogia que alguém algum dia pode dizer, porque o que é que se vai poupar em migalhas? Se representa 0.06%, segundo o que diz o Sr. Presidente da ANFRE, o Sr. Armando Vieira, 0.06%, portanto nem é meio por cento, é 0.06% das 4 259 (quatro mil duzentas e cinquenta e nove) freguesias. Dessas, 60% tem menos de mil eleitores, coisa que o PS, há uns anos, queria extinguir, todas as freguesias que tivessem menos de mil eleitores. Portanto agora - vamos aqui e tal, não estamos no poder e vamos tentar agora dizer o caso contrário - vamos ser históricos e rigorosos.

----- Portanto sobre a agregação eu não vejo nada disso, e eu estou a falar da agregação para chegar ao seguinte. Clarificando, eu, nas urbanas, entendo que não é mal nenhum fazer-se a agregação, entendo que não é mal nenhum. Nas rurais tenho algumas dúvidas, sobretudo naquelas que são mais pequenas não tenho dúvidas nenhuma, nenhuma, sendo que é importante, como aqui fala o ponto dois, e aí estou de acordo, é necessário ganhar mais recursos, e ter mais competências, porque, meus caros, eu já não dou para o campeonato, eu estou positivamente cansado desse campeonato das urbanas, das rurais, e tudo, sabem porque? Porque se a urbana faz um polidesportivo não é com o orçamento da freguesia, é com o orçamento do Município, e dá-lhe ou não dá, assim como em relação à freguesia urbana ela também faz ou não faz, eu fiz Polidesportivo, eu fiz balneários, eu posso dizer que fizemos mais de 8km de passeios, dava para ir daqui a Gimonde, fizemos espaços verdes, fizemos a própria sede da Junta de Freguesia, calcetamos largos e por aí fora, portanto as freguesias urbanas também fazem, e fazem obra como fazem as rurais, e fazem obra quando também têm dinheiro ou lhes são transferidas verbas, se não transferirem verbas, santa paciência, mas isso são todas, não é por

serem urbanas nem é por serem rurais, ou fazem porque têm dinheiro ou não fazem porque não têm, não é por ser urbana nem rural..

----- Aliás, até confesso o seguinte, se calhar, ali o colega Xavier não se importaria, de termos, por exemplo, as receitas da água, não nos importávamos nada de gerir, as águas, os saneamentos e por aí fora, era violino para nós, violino, percebem? Não nos importávamos de ter a receita da publicidade, e por aí fora. Mas as competências, curiosamente, desculpem, eu estou a falar alto, não estou exaltado é para afirmação das ideias, e porque? Bem, quando nós sentimos que é necessário clarificar temos que vir clarificar.

----- As urbanas fazem, exatamente, e tens as mesmas competências, exatamente, que a Freguesia mais pequena de Portugal, que fica no Alentejo, tem trinta e tal habitantes, as competências são exatamente as mesmas. E digo mais, há uma freguesia em Mãe Martins que tem quase toda a população do Distrito de Bragança, uma freguesia, percebem? E quais são as competências? São exatamente as mesmas daquela que tem trinta.

----- Agora isto pode continuar assim? Acham que isto faz sentido.

----- Até vou dizer outra coisa. No Congresso da ANAFRE, onde o Sr. Deputado Vítor Prada Pereira falou que foi apupado o Ministro e tal, e não sei que, o Sr. Ministro foi apupado por uma minoria, aliás por uma minoria e vou dizer mais, você não estava lá, mas eu estava lá, eu e outros colegas daqui, e sabe que a moção que recolheu unanimidade! Unanimidade! Não, estou a mentir, houve um voto de abstenção, foi a moção de um jovem que foi eleito nas últimas eleições, um jovem que está a começar, se calhar é por isso, está com o idealismo todo e com aquela pujança, que disse o seguinte - É necessário mudar, é preciso fazer alguma coisa, é preciso dar competências, é preciso recursos, é preciso isso tudo - e essa moção foi votada quase por unanimidade, só houve uma abstenção.

----- Portanto, o sentir das Juntas de Freguesias que estavam ali, ia nesse propósito, portanto não estamos aqui para perturbar um pouco o raciocínio das pessoas.

----- Termino dizendo o seguinte. Se, se refere, na moção, que é preciso aumentar as competências, os recursos, que é preciso respeitar a coesão territorial, concordo em absolutamente, isso concordo absolutamente, não concordo com a parte de onde diz extinção, porque eu não vi em lado nenhum, eu sou do PSD e respeito muito, as pessoas do PSD também são responsáveis, também são adultas, também respondem perante os próprios Membros do PSD, e elas também sabem o que é que andam a fazer. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria.

----- António de Almeida tem ainda um pedido de inscrição, e Rui Correia também, são as duas

últimas intervenções, julgo eu, mas quero dizer-vos o seguinte, enquanto o Guedes de Almeida se dirige para o microfone, é que ficou aprovado na Comissão Permanente usarem-se os tempos da Conta de Gerência e do Plano e Orçamento, isso significa imenso tempo para cada bancada, e a Mesa não tem outro remédio senão, naturalmente, dar-vos, e bem, todo o tempo que for disponibilizado, ainda ninguém tem esgotado o tempo para as intervenções, para que haja, de facto, pluralidade de opiniões, mas sinto que vai sendo tempo de abreviar-mos e terminarmos a sessão.

----- Sr. Deputado tem a palavra.

----- **António de Almeida** – Ora bem, eu, de início, disse defesa da honra, mas efetivamente isto tem a ver também com o conteúdo do que estamos aqui discutir, mas se há alguém, desde sempre, que defendeu a participação e a auscultação das populações, em tudo que seja tomar decisões administrativas ou públicas sobre os interesses das mesmas, sou eu, quer aqui, quer dentro do partido, sempre exigi que fossem questionados ou salvaguardados os interesses das populações, e que fosse sempre questionado o interesse público de qualquer decisão que fosse tomada. Portanto este é um comportamento meu desde sempre, portanto não tenho medo de que haja referendo e, para mim, o referendo devia ser uma forma essencial, imprescindível sempre que houvesse que mexer com os interesses das populações, neste caso concreto também o defenderia. Agora não o defendo, que na discussão deste documento, chamado Livro Verde da Administração do Território ou da Reforma da Administração Local, que se esteja aqui, digamos, a “armadilhar”, no sentido de querer um âmbito alargado, uma decisão política que é importante. E o CDS está envolvido e está envolvido também tendo consciência de que os interesses da população ficam mais salvaguardados do que estão neste momento, com esta estrutura que existe.

----- Relativamente ao PS, foi aqui dito, eu não me contradisse nem costumo contradizer-me e as contas da economia com a política, com a chamada democracia, efetivamente que eu condeno-as, e condeno-as relativamente ao estado em que nos encontramos. E de que é o único, ou quase exclusivo de 90% responsável, o PS, que quis uma democracia a qualquer preço e hoje obrigou à intervenção da Troika, reconheceu este instrumento como necessário, mas agora quer-se esquivar, mas não consegue esquivar-se, digamos assim, da chamada repulso do povo Português que está a sentir na carne todos os custos da democracia a que chegou este estado do País, crise criada pelo PS exclusivamente, não vamos confundir e temos vários exemplos.

----- **Presidente da Mesa** – Ora, vamos lá então continuar.

----- **António de Almeida** – Portanto eu olho ao custo, sim senhor, da democracia, a democracia tem que ter qualidade, mas na defesa dos interesses da população, não é na defesa dos militantes dos

partidos que estão no poder.....

----- Agora, eu li o documento e o documento tem vários setores, quem não leu o documento, pelos vistos, foi o PS, o Documento Verde tem a ver com a reforma da Administração Local e hoje dá dei aqui, sumariamente e objetiva, a reforma da gestão, reforma do território e reforma da política. E tem eixos fundamentais, um tem a ver, que é fundamental, é o mais discutido, é a democracia local, isto é, há participação política, hoje, ao nível das autarquias, do poder local? Não há, ou pelo menos está defeituoso, é isto que pretende melhorar. Não fala nunca em extinção, portanto esta moção o PSD vai votá-la, segundo me foi dito pelo Sr. Eduardo Malhão, vai votar contra as orientações do seu próprio partido, porque não fala, em momento algum, o documento, em extinção de juntas de freguesia, o documento fala em racionalização, redução do número de identidades, gerar economias de escala, melhorar a gestão e mais eficiência.

----- Apenas fala aqui, e que tem sido importante, na extinção, a única palavra extinção que tem o documento, extinção de empresas municipais, que apresentem resultados líquidos negativos consecutivos nos últimos três anos, com capitais próprios negativos e tecnicamente falidas. Aqui é que fala extinção, é a palavra que está, extinção de freguesias não o fala em nenhuma vez, fala em extinção de empresas que apresentem um peso contributivo dos subsídios municipais superior a 50% das suas receitas.

----- Relativamente a freguesias, prevê, aliás também fala o documento, de democracia local, reforma política e que vem lá como propostas, garantir a representatividade das atuais freguesias nos órgãos políticos administrativos das futuras unidades administrativas. Portanto é uma garantia que terá sido feito quando for no processo eleitoral, contrariamente ao que aqui foi dito pelo Deputado do PS, Bruno Veloso, não diz que vai já arrumar com todos os Presidentes da Junta e que deixam de mandar e ficam os outros, não! Isto será num novo processo eleitoral, talvez nas próximas eleições, portanto não vai eliminar nada. Extinguiram-se os Governos Cívicos, nem passaram cartão a ninguém, os Governos Cívicos fazem falta? Acabaram, bastou não nomear ninguém, ficou acabado.

----- Se houver Juntas de Freguesia que se extingam e ficam salvaguardados os interesses das populações, nota-se alguma diferença? Espero que não, e estou convencido que não.....

----- Portanto isto chama-se poupança de recursos sem que haja prejuízo e talvez venha depois a ter mais poupança, terá um maior apoio, em vez de serem os representantes políticos passam a ser funcionários responsáveis ou eleitos responsáveis com maior intervenção direta na defesa dos interesses das populações.

----- Portanto deixemo-nos de demagogia, há que, o documento acautela a participação das

populações, é versátil, quer dizer, aceita sugestões por parte dos órgãos representativos das atuais freguesias, das Assembleias Municipais, podem-lhe chamar congregação, por exemplo, de Freguesias da Lombada, em vez de ser a Junta de Freguesia tal, portanto aceita todas estas sugestões e preferência essas sugestões em vez de ter que impor, agora que tem que haver mudanças, tem que haver mudanças. Uma estrutura administrativa com mais de cento e cinquenta anos e em que se vê que as populações nada dela beneficiam, sobretudo ao nível das freguesias, porque há uma população envelhecida. Uma Senhora Presidente da Junta, hoje, falou - fazer a prova de vida! Hoje há mecanismos próprios sem ter que recorrer à Junta de Freguesia para fazer a prova de vida, a própria Segurança Social através de consulta ao Registo Civil poderá fazê-lo informaticamente.

----- Portanto há outros problemas, há outras carências nas populações que ultrapassam as competências das freguesias e pelos vistos, e só para resumir e concluir, acho que este documento poderá não ser o ideal, está longe de ser o ideal, mas é fundamental para que haja uma mudança, uma abertura e para que as populações sejam melhor servidas no futuro.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Terminamos as intervenções com a inscrição do Sr. Deputado Rui Correia, tem a palavra.

----- **Rui Correia** – Ora, boa tarde a todos, obrigado Sr. Presidente.

----- Bom, aqui, de facto, o que se pretendeu com esta moção não foi, de maneira alguma, armadilhar o documento, eu volto a repetir aquilo que disse de manhã, este é um documento base, um documento para poder-mos trabalhar sobre ele, nós podemos apresentar propostas, essas propostas podem ser enviadas para a Comissão, penso eu, até ao dia trinta e um. O que se pretendeu aqui foi elaborar um documento único, um documento que tivesse o voto, se possível, por unanimidade, desta Assembleia, por isso reunimos a Comissão Permanente e também o proponente da moção, neste caso o Eduardo Malhão, do PSD, reunimos e conseguimos chegar a um consenso, por isso é que às vezes nós estamos legitimados para poder fazer isso, porque senão então teríamos que estar lá todos, então seria discutido aqui em plenário, portanto não é para depois chegarem aqui e dizer - eu não voto, eu não acho legitimidade, não reconheço legitimidade àquelas pessoas que estão nomeadas para tal, para o fazer. -

----- Por isso foi feito este texto, podemos concordar ou não, podemos discordar de algumas partes, a verdade é que se no Documento Verde não existe a palavra extinção para as freguesias e acredito que não exista, não tenho isso presente, poderemos usar agregação, mas também ao mesmo tempo então o terceiro ponto fica sem efeito, se não há, se não está lá escrito extinção e se nós estamos a apresentar, por iniciativa do PCP ou da CDU, que a extinção, então este ponto fica sem efeito, porque extinção

nunca se verificará. Certo?.....

----- O que se pretende com este último ponto, penso eu, e foi isto que eu entendi na Comissão, é que, de facto, quando a legislação diz que uma agregação, chamamos-lhe assim, de Freguesias tem que ter cinquenta pessoas, que uma freguesia que só tenha quarenta e tal pessoas o possa fazer por iniciativa própria, ouvidas as pessoas com quem é que se querem agregar, quais são os vizinhos com quem se querem agregar. É isto que se pretende, sejam ouvidas para estarem dentro da legalidade.

----- Disse.

----- -

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, não sei se o PSD tem tempo ainda? Bem, o PSD tem ainda um bocadinho de tempo, tem, tem ainda um bocadinho de tempo, António Pereira, eu estou a dizer que sim, que o PSD tem um bocadinho de tempo, se quiser. Vocês têm que ter paciência, Srs. Deputados, mas a Mesa tem que conceder aos Deputados a palavra enquanto houver tempo para cada grupo municipal.

----- **António Pereira** – Boa tarde, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Vereador, Sr. Vice-Presidente, caros colegas.

----- Vou-me cingir só e apenas ao terceiro ponto da moção, e se este terceiro ponto alterado ou retirado, eu como Social-Democrata obviamente que vou votar contra, portanto aconselho os outros a lerem bem antes de votarem a favor, é só isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Não, não, eu vou ler a proposta, não, não foi isso, não confirmo isso, atenção eu vou ler a moção que é para todos estarem conscientes do teor da moção.

----- **“A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão extraordinária de 27/01/2012, deliberou propor ao Governo o seguinte:**

----- 1 – A alteração dos critérios de organização territorial das freguesias rurais, localizadas em municípios do interior, no sentido da sua uniformização, independentemente da distância em relação à sede do município, considerando os problemas da área, do número de povoações anexas e da valorização e preservação do património ambiental, cultural e histórico, assegurando a universalização e a igualdade no acesso aos serviços públicos.....

----- 2 – O financiamento das freguesias deve manter-se diretamente do Orçamento de Estado através do Fundo de Financiamento das Freguesias, não aceitando que este passe para o Orçamento dos

Municípios como sugere o Livro Verde da Reforma da Administração Local, e a clarificação e o reforço das competências das Freguesias de forma a poderem melhor exercer as suas competências em benefício das populações locais.....

----- 3- Não aceitar extinguir autarquias e reduzir as suas atribuições e competências em situações em que não exista concordância das populações envolvidas”

----- Este é o texto da moção.

----- Não vale a pena, estamos já para votar, acho que não vale a pena, o debate já vai tão longo, se me permite, Sr. Deputado, vai tão longo, já houve tempo suficiente para se expressarem os Srs. Deputados, já vamos com tempo suficiente, acho que é chegado o momento de por à votação.

----- A moção é votada em conjunto, uma moção não é votada por pontos, é votada na sua globalidade, mas, caros Deputados e Presidentes de Junta, está em votação esta moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, COM NOVE VOTOS CONTRA, SETE ABSTENÇÕES E SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de Voto? Eu registo Paulo Xavier, Joaquim Queirós, Guedes de Almeida, José Brinquete, Carlos Moreno, Jorge Novo, Pedro Fernandes, Afonso Domingues, Luís Pires.--

----- Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé, Paulo Xavier, tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Paulo Xavier** – Deixa-me dar parabéns, primeiro de tudo, ao nosso amigo Brinquete, que fez desta moção aquilo que de mais importante era para o PCP, era fazer efetivamente um rodilho à volta daquilo que era interessante, que era o terceiro ponto, e tudo o resto era demagogia, dou-lhe os meus parabéns. Teve muito mérito e deixe-me bater-lhe palmas. Mais que tudo, eu votei contra, e tenho que me rir, porque me dá vontade de rir, porque você é extremamente inteligente, claramente, e ficava-lhe muito bem em qualquer parlamento.....

----- Por isso votei contra, porque a decisão que agora a maioria tomou, não vai ajudar a transformar o poder local nem a nossa democracia, impunha-se o *envolvimento* e o esforço de convergirmos para uma reforma do poder local, não obstante, a moção não é realista e não contribui um cêntimo de oportunidade em torno de uma proposta concreta relativamente ao domínio autárquico.

----- Disse. Parabéns, Sr. Brinquete.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PSD, Joaquim Queirós.

----- **Joaquim Queirós** – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente, Srs. Secretários, os Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, meus caros colegas Deputados e a Comunicação Social.

----- Eu votei favoravelmente esta moção porque acho que não se compreenderia, após largas horas de profícuo debate e depois de a Comissão que acompanhou portanto também este assunto, ter trazido, de facto, uma proposta, um relatório, digamos assim, não saia absolutamente nada, eu não conseguiria compreender isso. Obviamente que o último ponto, de facto, levantou-me algumas dúvidas, de qualquer das formas tive que dar o benefício da dúvida a todos aqueles que estiveram hoje reunidos no sentido de criar aqui algum consenso.

----- E peço a atenção de todos para uma situação que vai continuar a verificar-se, que é, de facto, oxalá que não, mas vai, garantidamente, que é a continuação do abandono do interior. E se agora estamos preocupados com esta reorganização administrativa das freguesias, por ventura vai haver mais de cinquenta por cento de fusão, ou extinção, chamem-lhe o que quiser, se calhar em menos de cento e cinquenta anos estaremos aqui, ou os nossos filhos, ou os nossos netos, a lutar por quatro ou cinco freguesias, e isto é que é preocupante, e eu acho que, acima de tudo, devemos de facto trabalhar nesse sentido independentemente do partido a que pertencamos, que é efetivamente lutar pelo interior, e obrigar a que o atual Governo e os próximos Governos olhem o interior com uma outra postura. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. deputado Carlos Moreno, do PSD, para a sua declaração de voto.

----- **Carlos Moreno** – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, Exmos. Membros da AM. Eu votei contra esta moção porque o ponto três, em meu entender, subverte por completo o espírito do documento que esteve três meses em discussão pública, essa discussão pública, também em meu ver, deixa transparecer que há uma auscultação das populações, e se os agentes políticos, no terreno, não procederam a essa auscultação das populações, devemos dizer claramente onde se encontram os erros, onde se encontram as falhas.

----- Posto isto, ouvi discursos e ouvi discursos, ouvi demagogias e também ouvi muitas contradições, mas sobretudo este debate trouxe de uma forma apaixonada, de uma forma calorosa, um problema que é nosso, e eu compreendo, com todo o profundo respeito, o papel e a posição dos Srs. Presidentes de Junta, compreendo e respeito profundamente. No entanto e como todos nós

sabemos uma das nossas maiores dificuldades, enquanto seres humanos, é aquela resistência natural ao que temos de novo, é a resistência à mudança.

----- Eu acredito e estou confiante nesta reforma política administrativa, acredito nesta reforma porque ela, de facto, tem que ser feita. Diria mais, perde no tempo que esta reforma política administrativa não ter havido até este momento a vontade política do poder político fazer as reformas de modo a pensarmos também em todo nacional e em termos do País que nós queremos, de uma forma organizada, de uma forma estruturada e sobretudo em termos de coesão territorial, e sobretudo aquilo que também ainda não se começou a fazer, que é a correção das assimetrias entre o interior e litoral.

----- Se bem se recordam, há dois anos, foi aprovado aqui um documento, que é um instrumento de regularização do zonamento do nosso território que é o PDM, se bem se recordam esse PDM já previa e foi mostrado aqui um mapa com os núcleos do Concelho.

----- Acredito nesta reforma política administrativa porque sobretudo estou esperançado, estou otimista, que irá cumprir, a meu ver, dois grandes desígnios. O primeiro é dotar as instituições do poder local com mais recursos, com competências.

----- **Presidente da Mesa** – Ó! Sr. Deputado, peço desculpa interrompe-lo, é muito interessante a sua declaração de voto, é muito interessante, mas só são três minutos e é que já vai com quatro, então eu pedia que concluísse.

----- **Carlos Moreno** – Muito bem, então termino só falando e apontando estas duas grandes metas ou desígnios, que eu entendo que esta reforma administrativa irá cumprir. A primeiro é isso, é a dotação orçamental e dando maior capacidade financeira às estruturas locais e também sobretudo com a clara distinção de competências de cada instituição, e por outro lado também irá contribuir, a meu ver, uma maior participação da tal democracia participativa, isto é, acabar com a subserviência que hoje de Norte a Sul do País, e isto é muito apontado e muito criticado, esta subserviência que se instala nas inter-relações entre Municípios/Câmaras e Juntas de Freguesia.

----- Já agora, só para ilustrar aquilo que eu acabo de dizer, em 1980 o Clube de Bragança deu o pontapé de saída para uma feira do livro, depois o então Presidente da Junta de Freguesia da Sé, o José Cruz, mais conhecido pelo Zé do Ponto, associou-se a esta iniciativa, e bem, e deu continuidade, e penso que houve ali dois ou três anos que a Feira do Livro ainda foi feita em parceria entre Clube de Bragança e Junta de Freguesia da Sé.

----- Em 1997, mais propriamente em 1998, já o então atual Presidente da Junta de Freguesia da Sé, deu continuidade a este evento, que era um evento já em termos culturais marcantes para a nossa cidade e para o nosso Concelho.....

----- Chegamos a 2011, e vá-se lá saber porquê, a Junta de Freguesia deixou de organizar o evento, quem organizou foi a Câmara, e se estas competências estivessem perfeitamente estabelecidas, no papel, isto nunca aconteceria.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, eu tenho que pedir aos Srs. Deputados que o tempo para declarações de voto tem três minutos, estava muito interessante essa declaração de voto, mas eu peço, com franqueza, que não, senão fica o Presidente aqui da Mesa inibido por ter que cortar tão eloquente a intervenção, não é? São três minutos, são três minutos.

----- E portanto vamos continuar a dar a palavra para as declarações de voto, pedindo que se limitem a esse período de tempo que está regimentalmente aprovado. Jorge Novo tem a palavra para a sua declaração de voto, peço que respeite os três minutos.

----- **Jorge Novo** – Muito menos, Sr. Presidente. Votei contra porque não obstante concordar com o ponto 1 e com o ponto 2, o ponto 3 , considero que parte de um pressuposto não verdadeiro, de que este Governo pretende a extinção de freguesias, sendo eu o defensor de mais competências e mais recursos para as freguesias e dignidade dos eleitos locais, urgindo mudar a organização e administração do poder local, sendo também defensor da existência de Junta ou Juntas de Freguesia nas sedes do Município.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. Se puder deixar essa declaração de voto é ótimo porque ajuda para os serviços fazerem um trabalho mais célere na audição destas intervenções.

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Pedro Fernandes do PSD.

----- **Pedro Fernandes** – Eu, como disse anteriormente, votei contra, sou naturalmente a favor e reconheço a necessidade da reforma administrativa, o Documento Verde que foi apresentado é um documento que traçava as linhas gerais e que todos aqueles, de forma iniciativa particular ou através da instituição podiam e podem até ao final do mês fazer as suas propostas de alteração a essa proposta do Documento Verde e forem aceites, como já foram algumas, serão vertidas na lei que será apresentada proximamente. E claro que o ponto 3 não é, de modo algum, consonante com as medidas e com aquilo que eu reconheço que é a necessidade da reforma administrativa.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputando. Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Deputado Guedes de Almeida, do CDS/PP.

----- **Guedes de Almeida** – Eu votei contra esta moção precisamente porque:

----- Ponto 1 - Está consagrado, claramente, no Livro Verde, sobre a reforma da Administração Local, não é reforma administrativa, é reforma da Administração Local.

----- Ponto 2 - Também está previsto o financiamento das freguesias, só não entendo e interpreto que não vem no Livro, da discussão do Livro Verde, que tenha que ser diretamente do Orçamento de Estado para as Freguesias, quando o Município é constituído pela AM, Executivo Municipal ou Câmara Municipal e Freguesias, isto é uma forma de “duvidar” que o Município não lhe entrega o dinheiro às freguesias, não vejo qual seja a vantagem neste ponto 2 da moção, nem o Livro Verde levanta qualquer suspeição sobre isto, diz que haverá um reforço do financiamento das freguesias, não levanta qualquer questão de que não venham a ter maior comparticipação por parte, digamos assim, do fundo de financiamento das freguesias, portanto não faz qualquer sentido esse ponto.

----- O ponto 3 é uma total contradição do que está no Livro Verde e do que são, digamos assim, as intenções desta proposta de lei que irá ser discutida e votada na Assembleia da República, é como eu disse uma “vitória” do PCP, da CDU, através do Sr. José Brinquete, e também do PS que, numa gíria popular, tanto lhe como lhe deu.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a declaração de voto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pombares, Afonso Domingues

----- **Afonso Domingues** – Mais uma vez boa tarde. Eu nesta votação abster-me porque acho que , utilizando uma linguagem popular, estamos a andar com o caro à frente dos bois, ou seja, como todos conhecemos o meio rural, o jogo do fito, e utilizando essa linguagem popular estamos aqui a jogar o jogo do fito sem saber para onde é que está o vinte, porque estamos aqui a aprovar isto sem saber os pressupostos que à partida já deviam estar em cima da mesa.

----- Eu não sou contra a agregação, anexação, como queiram chamar, só que é assim, acho que agregação deve ser, certamente tem que ser feita em escala, porque conforme vimos nos censos de 2011 a disparidade que há entre 2011 e os anteriores ao de 2001, portanto se vamos ver em 2021 qual é que será o recenseamento da nossa população e qual será a população das nossas aldeias do meio rural, por isso estarmos a tentar agradar a gregos e troianos não vamos a lado nenhum, ou se faz a agregação como deve ser, em escala, porque estar aqui com o limite de 150 ou de 300 isso para mim é indiferente, porque 150 ou 300 se hoje está atualizada, amanhã deixa de o estar.....

----- Outra coisa também, como sou a favor, é que atualmente conforme estão as freguesias, conforme estão os seus Executivos, no meu entender, é uma farsa, isto porque? Porque todos sabemos, embora não o queiramos admitir, que embora existam no papel, o executivo, quem trabalha, quem faz as coisas é o Presidente. Muitas vezes o Secretário e o Tesoureiro é simplesmente um símbolo e não leva em consideração o seu papel. Por isso na maioria o mesmo se verifica com alguns Presidentes, que é assim, é o Presidente que é eleito, mas depois quem faz o trabalho é a mulher ou é o irmão ou é a irmã ou é a sobrinha, é a mesma coisa. E digo isto sem problema nenhum, porque é assim, se queremos cada vez mais ser profissionais e competentes para aquilo que nos propomos temos que realmente saber aquilo que queremos fazer.

----- Depois relativamente à agregação ou extinção acho que está isto tudo muito obscuro, porque é assim, há situações em que podem ser, se calhar, agregadas duas, três ou quatro freguesias, há outras situações em que podem ser agregadas, se calhar, nove, dez ou mais. Então estes executivos começam a ser formados depois. É assim, no meu entender, as freguesias mais pequenas, como é a minha, como é o meu caso, irão ser sempre prejudicadas, porque, queiramos quer não, todos queremos ter é população, e os mais pequenos se calhar não vão ter direito nem ao Executivo, nem à Assembleia nova que vai ser formada.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Luís Pires do PS, para a sua declaração de voto, apelo para o seu poder de síntese.

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos. O PS votou a favor desta moção porque, como é obvio, participou nela e ao participar nela a sua intenção foi uma intenção muito clara da procura de consensos e de fazermos chegar ao Poder Central uma mensagem positiva e de contributo para uma melhor lei, ou uma melhor reforma da Administração Local.

----- Salientamos, contudo, que esta moção se concentrava apenas num aspeto da Reforma da Administração Local que tem haver com a Organização do Território, e assumindo-se sempre, tendo nós a consciência que mais tarde teremos que nos debruçar sobre uma nova lei eleitoral. De qualquer forma fica aqui o nosso esforço, um esforço que consideramos muito positivo e um esforço sentido dado a posição do PS relativamente a este documento que é uma posição cáustica, não é?

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alfaião, o Sr. João Rodrigues.

----- **João Rodrigues** – Muito boa tarde a todos. Eu absteve-me relativamente a esta moção, e absteve-me por duas questões essenciais. Primeiro porque sou Presidente de Junta, e como Presidente de Junta eu votaria a favor desta moção, mas como sou posicionado aqui nesta ala direita devo alguma solidariedade ao partido com cuja bandeira concorri às eleições, para o PSD, e aqui tive que me abster. Então eu diria que como Presidente de Junta votaria a favor, como social democrata votaria contra, dividindo, absteve-me.....

----- Então, se me permitem, eu vou explicar melhor. A Junta de Freguesia de Alfaião já percorreu o caminho, deu os passos todos que eram preconizados no Documento Verde da Reforma da Administração Local. Quando recebemos o Documento reunimos a Junta, analisámos e traçamos linhas de ação que se dirigissem ao esclarecimento da população, recolher as dúvidas, procurar quem nos informasse melhor e fizemos esse trabalho. Quando foi no mês de dezembro, conforme organograma previsto no próprio Documento Verde, reunimos a Junta Novamente, elaborámos um documento que sintetizou as opções da nossa população, descrevemos as ações que foram tomadas, os caminhos que foram percorridos, e foi esse documento que foi proposto à apreciação dos três membros da Junta de Freguesia, e foi aprovado por unanimidade.

----- Em seguida reunimos a Assembleia de Freguesia, no dia 29 de dezembro, e apresentámos à Assembleia de Freguesia o documento com as opções da nossa população, documento esse que foi devidamente discutido e aprovado por unanimidade.....

----- E, entretanto, conforme no próprio organograma se dizia, se referia, se aconselhava, elaborámos cópias de todos estes passos das atas da Junta de Freguesia e da ata da Assembleia de Freguesia e do próprio documento que a Junta produziu e endereçámos às entidades que entendíamos, na altura e hoje entendemos também, que deveriam estar envolvidas no processo e nomeadamente naquilo que dizia respeito à Freguesia de Alfaião. Endereçamos uma cópia para o Sr. Ministro Adjunto dos Assuntos Parlamentares, outra cópia para SEALRA (Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma), outra cópia, outra cópia para a Assembleia Municipal de Bragança, outra cópia para a Câmara, outra para a Assembleia de Freguesia de Santa Maria, e outra cópia para a Junta de Freguesia de Santa Maria. Porque? Porque nós estamos aqui só a falar no querer da freguesia que se quer agregar, mas também desconhecemos, ou ainda não falamos, naquela freguesia ou no querer assumir da freguesia que quer ser agregada por outra à qual se pretende agregar, pode a Junta de Freguesia de Alfaião, e agora aproveito para dizer, nós não pretendemos que a nossa Junta seja

extinta, mas no caso de sermos obrigados a outra solução, queremos que a nossa agregação seja feita à Freguesia de Santa Maria com a qual temos uma história que já vem de há muitos e muitos anos, nós e a parte nascente da Freguesia de Santa Maria somos uma família, de maneira que nós queremos vir para a Freguesia de Santa Maria, não queremos vir para São Pedro, e por isso temos esse trabalho todo feito. --

----- Em relação à segunda parte de eu me ter absterido, eu, sintetizando, queria dar os parabéns ao Dr. Guedes de Almeida porque desta vez foi o Sr. que defendeu o Governo, o Governo da República constituído pelo PSD e pelo CDS.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Estamos praticamente na reta final, eu continuo a apelar para o vosso sentido de síntese nas declarações de voto. José Brinquete, tem a palavra para a sua declaração de voto. --

----- **José Brinquete** – Eu vou ser rápido. Eu, na declaração de voto da CDU, queria dizer o seguinte. Primeiro - Considero, que mais uma vez, não são assim muitas, mas, mais uma vez, esta AM sai altamente prestigiada e dignificada pelo debate que fez. E digo isto porque não é só a moção que nós aprovámos que conta, a moção que aprovámos, que é muito importante, e que vai para as entidades que ali estão referidas, são, como todos certamente estarão de acordo, uma parte do que foi o debate, e nas atas vai ficar o debate e o pensamento de todos os que intervieram, e eu penso que houve aqui intervenções muito boas.....

----- Em relação à moção, claro que eu participei no consenso, como disse, nas intervenções que fiz, é uma moção minimalista porque trata só a questão das freguesias, mas trata bem a questão das freguesias.

----- E sobre aquela palavra que queimou as mãos e que criou aqui alguma discórdia, eu lembrava uma coisa muito importante, para mim e penso que para vocês todos. Na idade média quando as sociedades, sobretudo a sociedade Europeia, começou a renascer com o iluminismo e com a renascença, quando a humanidade começou novamente a levantar-se do chão, dois homens, Geordane Bruno e Galileu Galileia foram condenados à fogueira, porque diziam que a terra não era o centro do Mundo, e quando estavam para ser queimados à fogueira disseram, mesmo assim vão-me queimar, mas a terra não é o centro do Mundo, e move-se, e ela move-se. E portanto quer nós queiramos, quer não, também todos os que sabem a importância que as palavras têm, os grandes poetas, os grandes escritores, não têm medo das palavras, e eu ouvi aqui alguns meus caros amigos que até muitas vezes se preocupam com as palavras, desta vez a fugirem, como o Diabo da Cruz, das

palavras. Não devemos ter medo das palavras, e por isso eu penso que Assembleia foi muito digna. E era só isto que eu queria dizer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Deputado Rui Correia do PSD, tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Rui Correia** – Muito obrigado. De facto as palavras contém magia, e pronto, e há quem saiba manipulá-las melhor, e outros nem por isso. A direção de bancada do PSD deu indicação de voto através do Vice Presidente, Eduardo Malhão, para que o PSD aprovasse esta moção uma vez que esteve a trabalhar nela e foi vontade desta Assembleia que a moção fosse aprovada, penso eu, por unanimidade, por todos, mas, pelo menos, por uma grande maioria. O que nós fizemos ao aprovar esta moção foi poder enriquecer o documento final, a proposta de lei, é isso que é esta moção que vai ser enviada, portanto gostávamos nós de poder ser nós a fazer essa lei, mas não, como já foi aqui dito, mas, de facto, não é isso, o que se propôs foi alterações a este documento de base. Claro que esta auscultação pública está a decorrer dentro da normalidade, qualquer um de nós pode enviar modificações, alterações, e este será o contributo desta Assembleia. É uma proposta concreta, não é ambígua, como foi aqui dito por alguns, o engraçado é que foi dito aqui por alguns que não apresentaram depois nenhuma solução, nem depois, nem antes, portanto criticar é sempre tão fácil, fazer é que é sempre muito mais complicado, isso é que é complicado, lamentamos não ter sido aprovada por unanimidade tendo em conta o esforço da Comissão e acho que ficámos todos a perder não ter sido, pelo menos, pela grande maioria

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Veloso, do PS.

----- **Bruno Veloso** – Quero congratular-me com a aprovação, com esta larga maioria, contrariamente ao que, por engano, o meu antecessor aqui disse, e dizer que, de facto, este momento foi, dos meus sete anos que levo de AM, talvez o momento mais alto de discussão política, séria, apaixonada e ao mesmo tempo produtiva, porque conseguimos produzir, em conjunto, um documento que defende os interesses das populações e que, acima de tudo, tivemos o interesse das populações e as pessoas acima de tudo, eu acho que esta Assembleia está hoje de parabéns, eu acho que este dia é um dia que fica para a história desta Assembleia e do Concelho de Bragança, de um conjunto de cidadãos eleitos democraticamente que a uma determinada altura tiveram que tomar uma oposição firme, consciente e ao mesmo tempo bastante decidida sobre o interesse dos representantes e do

poder local, eu acho que devemos saudar e é isso que quis transmitir com esta minha declaração de voto. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Para finalizar, temos o Sr. Deputado Eduardo Malhão, para a sua declaração de voto.

----- **Eduardo Malhão** – Não me vou alongar muito, porque já estão, certamente, saturados de me ouvir, e deste debate que já vai longo, apenas para cumprimentar e saudar esta Assembleia e com este cumprimento estende-lo a toda a população do nosso Concelho, penso que se aqui há vitórias essa vitória é das freguesias rurais, que têm aqui pessoas que se preocupam com os seus problemas, não daria valor, aqui, a questões assessorias, mas antes ao essencial, e parece-me que a palavra extinção ou agregação que não é importante, o importante é o resultado final, parabéns porque esta moção foi votada por uma larga maioria.....

----- Quero, também, obviamente, compreender e aceitar aqueles que não concordaram com o conteúdo desta moção, porque a diversidade é que valoriza a democracia, não vejo qualquer problema nisso, a democracia é assim mesmo, para mim, certamente, seria mais confortável ir para a última fila, ou não participar neste debate, mas para mim a minha terra está muito acima do partidos. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- -

----- **Presidente da Mesa** - O que é que pretende o Sr. Deputado Lourenço? E inscreve-se agora?

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Mas eu só estou a perguntar se se lembrou agora, não estou a dizer que você não tem direito a fazer declaração de voto, faça a declaração de voto se entender manter essa intenção, mas há de ver que eu sucessivamente disse - estamos a aproximar-nos do final, já é a última declaração de voto - teve tempo para se inscrever.....

----- **José Lourenço** - Boa tarde a todos, de manhã, na última vez que estive aqui, dizia o José Brinquete que não devia ser ingénuo, afinal acho que é bom ser ingénuo e acreditar que efetivamente em prol daquilo que acreditamos poder ser o melhor para o nosso Município, para o nosso Concelho, ter visto efetivamente, numa sala aqui ao lado, as pessoas a tentarem pôr de lado determinadas filosofias e determinadas posturas partidárias e fazer, de facto, um documento consensual. Tem alguma contradição relativamente a termos que o compõem, mas efetivamente foi um esforço que ali aconteceu para que efetivamente no nosso Município as tomadas de decisão fossem em diálogo, principalmente com as populações, para se tentar saber efetivamente as melhores soluções para cada

situação. Nesse intuito o Movimento também votou a favor e esperamos que tenha ficado alguma semente para que a imposição não seja a palavra de ordem no nosso Município, mas sim o consenso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Srs. Deputados. Estão terminadas as declarações de voto, estão terminados, hoje, os trabalhos da AM Extraordinária, um resto de um bom dia, e até breve.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Anibal de Jesus Raimundo Morais
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Pereira
António Manuel Teixeira Batista
Carlos Abílio Moreno
Carlos José Cadavez
Cândido Vaz Alves
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
João Paulo da Veiga Matos
Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós
José Alberto Moutinho Moreno
José Luís Baltasar
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Teresa
Pedro Luís Esteves Fernandes
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Fernando Carlos da Silva Paula
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria de Fátima Renovato Veloso
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar
Vanda Marisa Graças do Espírito Santo
Vitor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Armando José Morais
José João Martins Lourenço
José Fernando Cameirão
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José António Saraiva Brinquete

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

António Guedes de Almeida

BLOCO DE ESQUERDA

Luis Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto)
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Deilão	Manuel Benites Inácio

Donai	Carlos Bruno Afonso (substituto)
Espinhosela	Telmo Ramiro Afonso
Failde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo do Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Noguera	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto Santos Costa
Parad. Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela de Lampaças	Vítor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Emília Carolina Fernandes Caminha (substituto)
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
Salsas	Filipe Osório Caldas
S. Pedro	António Carlos Sá
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Comba	Elídio Alexandre Morais
Rossas	
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias
Zoio	Helder Jorge dos Santos

II – FALTAS

PARTIDO SOCIALISTA

Dinis Manuel Prata Costa

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Babe - Alberto Manuel de Sousa Pais (justificada)

Coelhoso - Paulo Manuel Almeida da Veiga

Mós - Anselmo Anibal Martins

Sortes - Juvêncio Alves de Carvalho

B- CÂMARA PRESENCAS:

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Humberto Francisco da Rocha

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezassete horas e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na segunda sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em __/__/2012 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____